

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

PATRÍCIA CATTI PRETA GUATIMOSIM

CONSUMO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

FLORIANÓPOLIS

2008

PATRÍCIA CATTAPRETA GUATIMOSIM

CONSUMO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração.

Universidade Federal de Santa Catarina.
Curso de Pós-Graduação em Administração.

Área de concentração em Sistemas de Produção e Meio Ambiente.

Orientador: Hans Michael van Bellen,
Dr.

FLORIANÓPOLIS

2008

G918c Guatimosim, Patrícia Catta Preta

Consumo e meio ambiente: uma análise exploratória / Patrícia Catta Preta Guatimosim; orientador Hans Michael van Bellen. – Florianópolis, 2008.

111 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Administração, 2008.

Inclui bibliografia

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Problemas ambientais. 3. Consumo. 4. Racionalidade. I. Bellen, Hans Michael van. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 65

Catálogo na fonte por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

PATRÍCIA CATTÀ PRETA GUATIMOSIM

**CONSUMO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE
EXPLORATÓRIA**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Sistemas de Produção e Meio Ambiente do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada, em sua forma final, em 06 de junho de 2008.

Prof^o Rolf Hermann Erdmann, Dr^o

Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof^o Hans Michael van Bellen, Dr^o

Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Prof^o Altamir da Silva Souza, Dr^o

Fundação Universidade Federal do Rio Grande/FURG

Prof^o Maurício Roque Serva de Oliveira, Dr^o

Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

RESUMO

GUATIMOSIM, Patrícia Catta Preta. **Consumo e meio ambiente: uma análise exploratória**. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Orientador: Hans Michael van Bellen, Dr.

Defesa: 06/06/08

A sociedade contemporânea confronta-se nesse início de século com várias reflexões relacionadas aos modelos de desenvolvimento adotados e seus impactos econômicos, políticos, sociais e ambientais. Entre as questões mais relevantes da modernidade, figuram as discussões sobre os problemas ambientais, cujo debate difunde-se cada vez mais pelos meios de comunicação, mobilizando hoje não só o meio político e acadêmico, mas também as entidades privadas e a sociedade civil, entre outras instituições. Partindo da perspectiva do desenvolvimento sustentável e dos questionamentos que tal conceito suscita, vários olhares lançam-se ao cenário atual em busca de análises que permitam compreender os problemas decorrentes da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. Inúmeros problemas ambientais têm sido estudados no meio acadêmico, mas para alguns teóricos, tais como Portilho (2005) e Cohen e Murphy (2001), a questão do consumo emerge como fundamental para que se possa vislumbrar uma sociedade sustentável. Este estudo visou aprofundar a compreensão sobre os pontos de vista que se desenvolvem em torno da questão do consumo. Para isso, foram entrevistados estudantes de Florianópolis, aos quais apresentamos questões envolvendo a importância dos problemas ambientais em comparação com outras questões da atualidade; a importância da questão do consumo entre os problemas ambientais; ações e agentes para solução dos problemas ambientais decorrentes do consumo; e racionalidade. Os resultados indicam que, entre os problemas gerais enfrentados pela sociedade na atualidade, os estudantes, tendem a preocupar-se mais com a violência, a saúde e a educação do que com o meio ambiente. Já quando o foco é apenas a crise ecológica, os resultados indicam que a emissão de gases e a perda dos habitats naturais são as questões que mais lhes preocupam. O impacto ambiental do consumo humano situa-se nos patamares intermediários, não sendo, portanto, um problema ambiental que gera grande mobilização, mas também não se tratando de uma questão que passa despercebida. Quanto as possíveis formas de resolução dos problemas ambientais relacionados ao consumo, na percepção dos jovens são as pessoas comuns seguidas das empresas as maiores responsáveis por implementar ações nessa área. Já sobre quais as ações especificamente devem ser adotadas para lidar com os problemas ambientais decorrentes do consumo, receberam maior número de citações as soluções de cunho tecnológico. No geral, as respostas dos pesquisados deixam implícita a necessidade de um maior debate público sobre o tema, de forma que este possa ser mais difundido.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Problemas ambientais, Consumo, Racionalidade.

ABSTRACT

GUATIMOSIM, Patrícia Catta Preta. **Consumption and environment: an exploratory analysis**. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008

Orientador: Hans Michael van Bellen, Dr.

Defesa: 06/06/08

The contemporary society has recently been dealing with different reflections about developmental models and their economical, political, social and environmental impacts. Amongst the most relevant questions of modernity, stand out the discussions about environmental problems, which have been widely debated through the media, mobilizing not only the political and academical fields, but also private entities and the civil society, as well as other institutions. From the very perspective of sustainable development, and the many different questions that emerge from this concept, attention goes to the present scenario, aiming at better understand the problems involving the relation between the society and the environment. Many environmental issues have been studied by academia, but for theorists as Portilho (2005) and Cohen & Murphy (2001) consumption emerges as a fundamental issue when it comes to a sustainable society. This study aimed a deeper understanding of the different viewpoints that surround the debate on consumption. We have interviewed students from Florianópolis and asked them about the importance of environmental problems compared to other current modern imbroglis. There were also questions about the importance of consumption compared to other environmental issues, as well as the predominant rationality, actions and agents that could solve the problems associated to consumption. Results indicate that among the general problems of society nowadays, students tend to worry more about violence, health and education than with environmental matters. When the focus is only the environmental issues, results indicate that gas emission and the loss of natural habitats are the categories that youth pays more attention to. Environmental impacts of consumption occupy an intermediary degree and it is not considered an environmental problem able to generate massive mobilization. It is not, however, a totally unknown matter. When asked about the possible solutions for the environmental problems related to consumption, young students reported that the ordinary people, followed by the private corporations, are the primary responsible for the development and implementation of policies. When it comes to specific policies, technological solutions were more voted. The data collected reflect the implicit need for more public debate about the theme, so it becomes more widespread.

Key Words: Sustainable development, Environmental problems, Consumption, Rationality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crescimento no consumo de energia na era industrial.....	12
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da amostra por tipo de escola.....	63
Gráfico 2 - Idade segundo tipo de escola.....	64
Gráfico 3 - Renda familiar segundo tipo de escola.....	64
Gráfico 4 - Valoração dos problemas da atualidade segundo tipo de escola.....	65
Gráfico 5 - Valoração dos problemas da atualidade segundo renda familiar.....	66
Gráfico 6 - Valoração do consumo segundo tipo de escola.....	71
Gráfico 7 - Valoração do consumo segundo renda familiar.....	72
Gráfico 8 - Agentes para liderar ações segundo tipo de escola.....	73
Gráfico 9 - Agentes para liderar ações segundo renda familiar.....	74
Gráfico 10 - Natureza da ação segundo tipo de escola.....	78
Gráfico 11 - Natureza da ação segundo renda familiar.....	79
Gráfico 12 - Ação a ser implementada segundo tipo de escola.....	80
Gráfico 13 - Ação de natureza econômica a ser implementada segundo renda familiar.....	81
Gráfico 14 - Ação de natureza social a ser implementada segundo renda familiar.....	81
Gráfico 15 - Ação de natureza tecnológica a ser implementada segundo renda familiar.....	81
Gráfico 16 - Racionalidade segundo tipo de escola.....	85
Gráfico 17 - Racionalidade segundo renda familiar.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Paradigmas vigentes no mundo científico.....	13
Quadro 2 - Principais tendências socioeconômicas e suas conseqüências ambientais.....	21
Quadro 3 - Instrumentos de comando e controle e instrumentos econômicos.....	33
Quadro 4 - Preceitos de uma sociedade sustentável.....	34
Quadro 5 - O consumo na perspectiva da racionalidade.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da amostra por tipo de escola.....	63
Tabela 2 - Idade segundo tipo de escola.....	63
Tabela 3 - Renda familiar segundo tipo de escola.....	64
Tabela 4 - Valoração dos problemas da atualidade segundo tipo de escola.....	65
Tabela 5 - Valoração dos problemas da atualidade segundo renda familiar.....	66
Tabela 6 - Número de jovens que colocam o meio ambiente em primeiro e em último lugar segundo a renda familiar.....	67
Tabela 7 - Número de jovens que colocam o meio ambiente em primeiro e em último lugar segundo tipo de escola.....	67
Tabela 8 - Valoração do consumo segundo tipo de escola.....	71
Tabela 9 - Valoração do consumo segundo renda familiar.....	71
Tabela 10 - Número de jovens que colocam o consumo em primeiro e em último lugar segundo a renda familiar.....	72
Tabela 11 - Número de jovens que colocam o consumo em primeiro e em último lugar segundo tipo de escola.....	72
Tabela 12 - Agentes para liderar ações segundo tipo de escola.....	73
Tabela 13 - Agentes para liderar ações segundo renda familiar.....	74
Tabela 14 - Natureza da ação segundo tipo de escola.....	77
Tabela 15 - Natureza da ação segundo renda familiar.....	78
Tabela 16 - Ação a ser implementada segundo tipo de escola.....	80
Tabela 17- Racionalidade segundo tipo de escola.....	84
Tabela 18 - Racionalidade segundo renda familiar.....	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	01
1.1 OBJETIVOS.....	05
1.1.1 Objetivo Geral.....	05
1.1.2 Objetivos Específicos.....	05
1.3 JUSTIFICATIVA.....	06
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 RELAÇÃO HOMEM E MEIO AMBIENTE.....	10
2.2 PROBLEMÁTICA AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA.....	19
2.2.1 Ações para lidar com os problemas ambientais.....	27
2.3 PROBLEMÁTICA AMBIENTAL RELACIONADA AOS PADRÕES DE CONSUMO.....	35
2.3.1 Definição do conceito de consumo.....	35
2.3.2 Importância do consumo em meio à problemática ambiental.....	36
2.3.3 Relevância cultural, social e psíquica do consumo.....	42
2.3.4 Ações para lidar com os impactos ambientais do consumo.....	46
2.4 RACIONALIDADE, VALORES E MUDANÇAS AMBIENTAIS.....	52
3 METODOLOGIA.....	57
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	57
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA.....	57
3.3 COLETA DE DADOS.....	58
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	59
3.5 DEFINIÇÃO DE TERMOS.....	60
3.6 LIMITAÇÕES.....	61
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	62
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	62
4.2 VALORAÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS.....	65
4.3 VALORAÇÃO DO CONSUMO EM MEIO AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS.....	68
4.4 AGENTES E AÇÕES PARA LIDAR COM OS IMPACTOS DO CONSUMO.....	73
4.5 RACIONALIDADE E MUDANÇA AMBIENTAL.....	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
5.1 RECOMENDAÇÕES.....	90
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE.....	96
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	97

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea confronta-se nesse início de século com várias reflexões relacionadas aos modelos de desenvolvimento adotados e seus impactos econômicos, políticos, sociais e ambientais. Calcada em uma racionalidade instrumental e marcada pela valorização do conhecimento científico e tecnológico, pela busca de produtividade e eficiência e pela emergência de relações em âmbito global, tal sociedade se encontra frente a questões de natureza diversa.

Entre as questões mais relevantes da modernidade, figuram as discussões sobre os problemas ambientais, cujo debate difunde-se cada vez mais pelos meios de comunicação, mobilizando hoje não só o meio político e acadêmico, mas também as entidades privadas e a sociedade civil, entre outras instituições.

Os problemas ambientais são compreendidos de formas diversas entre teóricos de diferentes áreas, havendo também uma efervescência de visões sobre o assunto entre os países, especialmente no que se refere à proporção e impacto de tais problemas e sobre quais as ações mais adequadas para minorá-los.

Em meio a este turbilhão que caracteriza o debate sobre a temática ambiental, surgem, por volta da década de 70, algumas idéias que vieram a constituir aquilo que se denomina hoje desenvolvimento sustentável. A partir do questionamento dos modelos de desenvolvimento vigentes e da análise de seus impactos sobre a sociedade e o meio natural, tal conceito tem sua emergência relacionada às propostas de eco-desenvolvimento, elaborados por Ignacy Sachs.

A princípio, a concepção de ecodesenvolvimento centrava-se nos países subdesenvolvidos, buscando enaltecer os conhecimentos das comunidades locais com o objetivo de alcançar uma gestão ecológica dos recursos ali existentes. Posteriormente, tal concepção ganha complexidade e passa a abarcar críticas às relações entre os países do Norte e do Sul e às conseqüências negativas do processo de industrialização (LEIS, 1999, p. 146).

Na concepção de Sachs, o ecodesenvolvimento se integrava com outros aspectos não estritamente ambientais para definir um verdadeiro desenvolvimento. Os principais desses aspectos eram: a satisfação das necessidades humanas básicas, a solidariedade com as gerações futuras, a participação da população envolvida e o respeito às culturas nativas.

A construção do conceito de desenvolvimento sustentável se organiza ao longo do tempo, consolidando-se a partir dos debates implementados pelo Clube de Roma,

que resultaram na publicação, em 1972, do relatório *The Limits of Growth*. Além de se constituir em uma alternativa em termos de modelos desenvolvimentistas, a concepção de desenvolvimento sustentável se destaca por propor o alinhamento de dois importantes elementos: o crescimento econômico e a proteção ambiental.

A idéia de um novo modelo de desenvolvimento para o século XXI, compatibilizando as dimensões econômica, social e ambiental surgiu para resolver como ponto de partida no plano conceitual, o velho dilema entre crescimento econômico e redução da miséria de um lado, e preservação ambiental de outro. (CAMARGO et al, 2002, p.13)

Embora o desenvolvimento sustentável possa ser entendido como, por exemplo, “uma maneira de a sociedade se relacionar com seu ambiente de forma a garantir a sua própria continuidade e a de seu meio externo” (VAN BELLEN, 2005, p.22) é importante ressaltar que existe uma multiplicidade de interpretações em torno de tal conceito (LEIS, 1999).

Por se tratar de um processo contínuo e complexo, observa-se hoje que existe uma variedade de abordagens que procura explicar o conceito de sustentabilidade. Ela pode ser mostrada pelo enorme número de definições deste conceito. (VAN BELLEN, 2005, p.23)

A literatura surgida em torno do conceito de desenvolvimento sustentável permite deduzir que grande parte da diversidade de interpretações desse conceito se deriva da tensão introduzida pela ética no campo da economia e da política. (LEIS, 1999, p.153)

Entre as muitas definições existentes, duas podem ser consideradas mais conhecidas e aceitas: a apresentada no relatório *Brundtland*, elaborado a partir da *World Commission on Environment and Development*, realizado em 1987; e a desenvolvida ao longo de todo o documento denominado Agenda 21, fruto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992.

Na primeira definição, a qual foi escolhida para fins deste estudo, o desenvolvimento sustentável é explicitado como aquele em que se atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades. (LEIS, 1999; TURNER et al, 1993; VAN BELLEN, 2005).

Segundo van Bellen (2005) o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado pelo relatório *Brundtland* contém duas idéias fundamentais: a concepção de necessidade, que se referiria especificamente aos países subdesenvolvidos, e a questão da limitação, que se relacionaria com os estágios de evolução tecnológica e de organização social e as pressões que tais elementos exercem no presente e no futuro.

Além de tais idéias, o conceito descrito também evidencia a articulação entre as gerações de hoje e de amanhã, demonstrando a preocupação quanto ao papel dos indivíduos de diferentes faixas etárias na construção e perpetuação da idéia de sustentabilidade.

Sobre a definição acerca do desenvolvimento sustentável, deve-se ainda destacar que segundo Dahl (apud van Bellen, 2005, p. 27) tal termo “é claramente um conceito carregado de valores, e existe uma forte relação entre os princípios, a ética e os valores que fundamentam uma sociedade ou comunidade e sua concepção de sustentabilidade”. Colocações desta natureza levam a reflexão sobre o caráter global e local que o desenvolvimento sustentável pode abarcar, além da importância que as comunidades e suas respectivas culturas assumem no processo.

Partindo da perspectiva do desenvolvimento sustentável e dos questionamentos que tal conceito suscita, vários olhares lançam-se ao cenário atual em busca de análises que permitam compreender os problemas decorrentes da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente.

Diamond (2005) classifica os problemas ambientais atuais em doze categorias relacionadas entre si, que contemplam a destruição ou perda de recursos naturais, a limitação dos recursos naturais, a produção ou transporte de itens capazes de causar danos à natureza e as questões populacionais.

As categorias elaboradas por Diamond (2005) se referem à destruição dos habitats naturais; a diminuição dos alimentos selvagens; a perda da biodiversidade; a erosão do solo; a limitação no acesso a fontes de combustíveis fósseis; a dificuldade na obtenção de água doce; a limitação da quantidade de luz solar utilizável pelo homem; a fabricação ou liberação de produtos tóxicos; a transferência de espécies do lugar de onde são nativas para outras áreas; a emissão de gases que danificam a camada de ozônio ou colaboram para o efeito estufa; o crescimento da população mundial e, finalmente, o impacto de cada indivíduo no meio ambiente, a partir do seu consumo.

Vários destes problemas têm sido estudados no meio acadêmico, mas para alguns teóricos tais como Portilho (2005) e Cohen e Murphy (2001) a questão do consumo emerge como fundamental para que se possa vislumbrar uma sociedade sustentável.

Embora possa ser tratado como um dos temas centrais em meio à problemática ambiental, o consumo é um tema complexo: mudanças nesta área implicam

transformações estruturais na sociedade em que vivemos, pois nela as relações sociais e econômicas baseiam-se em trocas entre aqueles que produzem e aqueles que consomem.

Ao mesmo tempo em que do consumo decorrem significativos impactos ambientais, este se constitui na mola propulsora da organização do mundo contemporâneo, sendo que qualquer mudança na área pode ser interpretada como uma limitação das liberdades individuais ou uma restrição ao desenvolvimento econômico.

Considerando que grande parte da humanidade insere-se numa sociedade de consumo, a questão volta-se a compreensão de como conciliar a estrutura social e econômica atual a novos padrões de consumo que permitam a proteção do meio ambiente, dentro de uma perspectiva mais sustentável.

Para que se construam propostas para os problemas ambientais relacionados ao consumo faz necessário compreender a importância que este assume para os indivíduos e a percepção destes acerca das possíveis soluções para seus impactos. Trata-se de uma questão eminentemente política e por seu caráter multifacetado é passível de contribuições oriundas de diferentes áreas do conhecimento, tais como as ciências econômicas, exatas, sociais, entre outras (COHEN e MURPHY, 2001).

Partindo destes pressupostos, este estudo visou aprofundar a compreensão sobre os pontos de vista que se desenvolvem em torno da questão do consumo. Buscou-se uma análise que abrace tanto a importância que o consumo assume no modo de vida moderno como seus impactos ambientais no meio natural. Para tanto, o estudo se propôs a analisar como se posiciona uma determinada camada da população brasileira frente a este problema, tendo como foco quatro aspectos específicos.

O primeiro aspecto se refere à valoração dos problemas ecológicos frente a outras questões da atualidade. Pergunta-se: qual importância tem a crise ambiental para o público jovem?

O segundo aspecto relaciona-se com a importância que o consumo assume entre os problemas ecológicos. Questiona-se: o consumo é visto como um problema ambiental? Em caso positivo, qual importância este assume em comparação com outros fenômenos, tais como a perda da biodiversidade ou a erosão do solo?

O terceiro aspecto abrange as possíveis ações e agentes para a solução dos problemas ambientais decorrentes do consumo humano. Pergunta-se: o que deve ser feito para contornar os impactos negativos do consumo no meio ambiente? Que agentes – mercado, Estado ou sociedade civil - devem liderar ações nesse campo?

Finalmente, o quarto aspecto se refere à racionalidade que norteia a ação individual. Indaga-se: há predominância de uma racionalidade instrumental ou substantiva entre os pesquisados? Em caso positivo, em que medida a racionalidade predominante influi nas atitudes e comportamentos dos jovens frente à crise ecológica?

Nesse contexto, investigou-se **“qual a percepção dos jovens de Florianópolis sobre os problemas ambientais, especialmente os relacionados ao consumo humano, e como este público avalia as possíveis ações e agentes para sua solução.”**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a percepção dos jovens de Florianópolis sobre os problemas ambientais, especialmente os relacionados ao consumo humano, verificando como este público avalia as possíveis ações e agentes para sua solução.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a. Verificar a valoração das questões ambientais em meio aos demais problemas enfrentados pela sociedade na atualidade;
- b. Examinar a valoração da problemática do consumo entre as demais questões ambientais;
- c. Identificar a racionalidade predominante entre os estudantes e seu impacto na forma como estes se relacionam com o meio ambiente;
- d. Verificar as expectativas em relação aos agentes e as ações possíveis para lidar com a problemática do consumo.

1.2 JUSTIFICATIVA

A crescente importância que a temática do consumo têm assumido faz com que tal assunto seja abordado por diferentes campos do conhecimento. Na Administração, o consumo tem sido discutido principalmente na área de Marketing, existindo um menor número de estudos que abordem o tema a partir de outras perspectivas, como a do desenvolvimento sustentável.

Os estudos brasileiros que abordam o consumo na perspectiva do desenvolvimento sustentável vêm investigando, por exemplo, a forma como as empresas estão agindo em relação ao meio ambiente e as percepções dos consumidores sobre os impactos do consumo (GONÇALVES-DIAS et al, 2007).

Tais pesquisas discutem, por exemplo, as melhores ferramentas de gestão ambiental empresarial; os níveis de consciência ambiental dos consumidores e a posição dos mesmos frente a produtos ecologicamente produzidos e comercializados; as diferenças entre os conceitos de “consumo verde” e de “consumo sustentável”, entre outros temas.

Gonçalves-Dias et al (2007) afirmam que, de forma geral, entre os estudos que tratam da questão dos impactos ambientais do consumo existe uma forte tendência em abraçar as perspectivas da economia e da engenharia. Estes autores chamam a atenção para a necessidade de uma concepção mais ampla da questão do consumo, que incorpore outras disciplinas como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a filosofia.

Este estudo visa dar seqüência aqueles já realizados, reunindo algumas das propostas debatidas anteriormente, no âmbito nacional e internacional, e abarcando, sempre que possível, uma perspectiva mais abrangente, o que inclui teóricos de outras áreas além da administração.

Pretende-se inicialmente verificar se a problemática ambiental, em primeiro plano, e do consumo, em segundo plano, transcendem a esfera científica e se constituem também em uma preocupação para uma parcela da sociedade civil.

Buscamos ainda agrupar algumas das possíveis ações relacionadas à problemática do consumo, discutidas em outros estudos, em três grupos (natureza econômica, natureza social e natureza tecnológica) e verificar o posicionamento dos jovens em relação às mesmas, discutindo também que agentes devem liderar a

implementação de tais soluções. Introduce-se, por fim, a discussão sobre a racionalidade e a forma como esta interfere na relação entre o homem e a natureza.

Independentemente do estado da arte em que se encontra a investigação sobre o consumo e o meio ambiente, no plano teórico o assunto se constitui em uma área que demanda intensa discussão.

Conforme afirma Diamond (2005), está longe de estar claro, tanto no meio científico como no governamental, o que fazer em relação às questões ambientais associadas ao consumo, tão complexas são as interações que o conformam. Logo, a realização de pesquisas multidisciplinares sobre o consumo se torna absolutamente necessária, colaborando tanto na expansão do conhecimento científico na área como na resolução de problemas de ordem prática.

É necessário ressaltar que a implantação das possíveis alternativas à questão do consumo discutidas no plano acadêmico ou governamental dependerá da adoção e da aprovação dos indivíduos.

Esta pesquisa se alicerça no pressuposto de que a sociedade atual, fortemente influenciada por valores como a democracia e o liberalismo, tem nos indivíduos os principais agentes a quem se dirige o consumo e, por essa razão, justifica-se verificar como estes pensam e tendem a agir em relação a tal questão.

As pessoas comuns desta sociedade podem sustentar ou não decisões políticas e iniciativas privadas, além de serem apontadas como elementos de grande importância na tomada de atitude frente aos problemas ambientais decorrentes do consumo (COHEN e MURPHY, 2001; DIAMOND, 2005; ESTER et al, 2004; FURTADO, 1998; PORTILHO, 2005). Ações relacionadas, por exemplo, ao controle da publicidade ou a delimitação dos padrões de consumo podem ser interpretadas como uma afronta à liberdade tão proclamada na modernidade, levando a decisões de outra natureza (MURPHY, 2001).

Segundo Ester et al (2004), a efetividade das emergentes políticas de sustentabilidade globais depende não somente da disposição dos governos nacionais em ratificar os acordos ambientais internacionais, mas, igualmente, da aceitação pública nacional dos impactos nos seus estilos de vida e padrões de consumo. A realização de um futuro global sustentável vai se materializar só quando o público, como parte da comunidade global, concordar que as metas sociais embutidas nas políticas da sustentabilidade são legítimas, justas, eficientes e possíveis.

Ester et al (2004), baseados na premissa de que políticas designadas a resolver problemas ambientais não alcançaram sucesso caso não tenham amplo suporte político, alegam que os tomadores de decisão responsáveis por políticas ambientais necessitam de uma compreensão precisa das atitudes gerais do público quanto ao meio ambiente.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998) propõe que mudanças rumo ao consumo sustentável incluam um melhor entendimento do assunto e uma crescente consciência geral a respeito dele o que, portanto, enaltece a participação efetiva da sociedade civil e justifica a realização de estudos que abordem este público.

O consumo sustentável não poderá ser bem sucedido a menos que a maioria dos consumidores participe do processo voluntariamente. Os indivíduos precisam "traduzir" os conceitos ligados a visões do futuro para novos comportamentos, aqui e agora. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1998, p.65)

Os governos e agências internacionais devem efetuar e promover pesquisas sobre o comportamento dos consumidores e danos ao meio ambiente decorrentes, a fim de identificar meios de mudar os padrões de consumo para uma forma mais sustentável e ao mesmo tempo atender às necessidades básicas de todas as pessoas. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1998, p.125)

Sobre o ponto de vista da resolução dos problemas ambientais relacionados ao consumo, em meio ao universo das pessoas comuns, uma parcela merece destaque. Os jovens além de constituírem em segmento de relevante impacto social e econômico no contexto brasileiro, também são decisivos para garantir que o consumo seja exercido de maneira sustentável nos próximos anos:

Particularmente, a população jovem do País constitui-se em um público-alvo de uma gama de estratégias necessárias e/ou intencionais (marketing, mídia, indústria do consumo e do lazer) voltadas exclusivamente para este grupo (...). Basta citar que estes jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressionam a economia para a criação de novos postos de trabalho. (IBGE, 1996, p. 01)

Por já constituírem um importante segmento do mercado consumidor, os jovens são o público-alvo de muitas ações de publicidade. É uma parcela da população que, nos últimos anos, tem aumentado significativamente o peso relativo de suas compras, movimentando bilhões de dólares e tornando-se importante fonte de negócios (...). E, para o mundo dos negócios, os jovens valem não só pelo que podem realizar agora, uma vez que nessa fase consolidam comportamentos de consumo que vão manter por toda a vida. (INSTITUTO AKATU, 2001, p.09)

Desta forma, face às diversas contribuições e propostas de ação apresentadas pelas diferentes áreas do conhecimento para a problemática do consumo, faz-se essencial conhecer a percepção dos indivíduos e, especialmente, dos jovens, de forma a direcionar o caminho a seguir.

Serão os eleitores, consumidores e cidadãos aqueles que colocarão em prática parte destas ações. Quando se trata do contexto brasileiro, a importância de pesquisas que investiguem as percepções da população sobre as questões ambientais ganha força em dois sentidos.

Primeiro, fortalece o processo de participação da sociedade civil nos debates que envolvem o meio ambiente, processo esse que se encontra em evolução (CAMARGO et al, 2002, p. 10).

A participação da sociedade civil nas decisões, principalmente das populações mais atingidas por ações governamentais e da iniciativa privada, é fundamental para gerar um controle público através da transparência das políticas de gestão de recursos de modo a promover o acesso igual aos meios e fins do desenvolvimento sustentável.

Segundo, fornece dados sistematizados, já que nem sempre é de conhecimento dos tomadores de decisão qual postura a população assume frente à temática ambiental. Para Ester et al (2004) existem distorções marcantes e sistemáticas na competência dos “*decision makers*” em estimar as crenças ambientais e o apoio a políticas públicas entre o público em geral. Estas distorções, curiosamente, estão relacionadas a questões centrais ao debate sobre sustentabilidade.

Os resultados deste estudo podem ser abarcados pela Administração em duas grandes frentes. Na Administração pública, este pode trazer dados relevantes sobre a racionalidade e tendência ideológica dos cidadãos acerca das questões ambientais e mais especificamente sobre o consumo e suas possíveis formas de resolução.

Na Administração de empresas, o estudo pode colaborar evidenciando até que ponto os consumidores valoram a problemática ambiental e o que tipo de postura eles esperam das empresas em relação aos impactos decorrentes do consumo. Tais dados podem indicar se a responsabilidade socioambiental é vista como um campo de ação pertinente para lidar com o problema, e quais agentes devem assumir a tomada de decisões (empresas, governo ou sociedade civil).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados os principais temas que fundamentam e norteiam o processo de pesquisa. Inicialmente, será abordada a relação entre homem e meio ambiente. Em seguida, discute-se a emergência da crise ambiental atual e os principais problemas que dela decorrem. Posteriormente, foca-se na temática do consumo, a partir da definição desse conceito, da discussão sobre o papel do consumo em meio à problemática ambiental e do debate sobre possíveis ações para contornar seus impactos negativos. Por fim, discute-se a racionalidade e seu papel mediador na relação entre homem e natureza.

2.1 Relação homem e meio ambiente

Originada há mais de cem anos, a preocupação do homem em relação à natureza, ganha, na transição para o século XXI, novos contornos. Tal relação, contudo, tem passado ao longo do tempo por fases distintas, sendo profundamente marcada pelos valores e crenças vigentes em cada época.

Harper (1996) analisa a relação entre o ser humano e o meio ambiente a partir de três perspectivas, fundadas nas sociedades coletora-caçadora, agrícola e industrial. As sociedades coletoras-caçadoras, que correspondem a três quartos da existência humana, eram constituídas por pequenos grupos de pessoas que sobreviviam da coleta de plantas nativas e da caça de animais, inclusive marinhos. Em tais sociedades quase não havia acumulação material e a busca por alimento era quase diária, havendo uma forte dependência de conhecimento sobre a natureza, tais como sobre as mudanças oriundas das estações do ano, as rotas de migração e as fontes de água. Segundo o autor, como estas populações viviam em pequenos agrupamentos possuíam padrões sociais descentralizados, usavam materiais e ferramentas pouco sofisticados (como flechas e cestas) e dependiam da energia vinda do próprio corpo, geravam impactos ambientais localizados e de pequena dimensão. Nestas sociedades, havia uma tendência a equidade social e prevaleciam crenças de que os seres e as coisas eram governados por forças

espirituais e que os humanos, como parte da natureza, deveriam lidar com a abundância e a limitação existentes neste mundo (HARPER, 1996).

Nas sociedades agrícolas que se desenvolveram a partir da descoberta dos modos de cultivo de grãos e da domesticação de animais, começa a ocorrer uma maior possibilidade de acumulação material, como no caso dos alimentos. Embora existissem muitos grupamentos nômades, nessa fase iniciam-se as comunidades de maior porte. Surgem estruturas formais de poder, regras e instituições, assim como a estratificação e a diferenciação social, emergindo categorias como a nobreza, a igreja e as pessoas comuns. À medida que as tecnologias de plantio e criação de animais vão se sofisticando, as sociedades agrícolas passam a contar com populações cada vez maiores, embora quase a totalidade das pessoas vivesse diretamente no campo (HARPER, 1996).

Os impactos ambientais das sociedades agrícolas, como a erosão do solo e a poluição das fontes de água, foram um dos motivos que levaram muitas das mesmas a desaparecerem. Segundo Harper (1996), nesse período a visão predominante deixa de ser a do homem como parte da natureza para ser a do homem controlando a natureza. Tal controle também era exercido entre os próprios homens e entre pessoas do sexo masculino sobre as do sexo feminino.

As sociedades industriais, marcadas pelas novas formas de produção por meio das máquinas e a diversificação das fontes de energias, apresentaram um salto na capacidade de acumulação material e econômica em comparação com as anteriores. Houve uma diminuição da demanda pela força de trabalho nas áreas agrícolas, existindo um forte aumento da urbanização. Fortificam-se as organizações e os estados-nação e passam a prevalecer classes sociais fundadas nas riquezas geradas pelo sistema industrial e pela posse de terras, passando a existir uma significativa iniquidade na apropriação dos bens (HARPER, 1996).

O desenvolvimento da ciência e a grande capacidade de geração de alimentos geram um enorme aumento populacional, mas as pessoas passam a desvincular-se cada vez mais da natureza e da vida em comunidade. Países industrializados passam a colonizar e dominar nações que outrora haviam dominado a era agrícola (como a Índia e o Egito) e constitui-se uma nova ordem mundial. Os impactos no meio ambiente aumentam, quantitativamente e qualitativamente, com a intensificação no uso dos recursos naturais e a emergência de novos tipos de substâncias sintéticas e mais poluidoras. Passa a ser notória a diferenciação entre os impactos ambientais das pessoas

das diversas classes sociais, sendo que a questão da pobreza e da riqueza torna-se relevante na análise dos problemas ecológicos (HARPER, 1996).

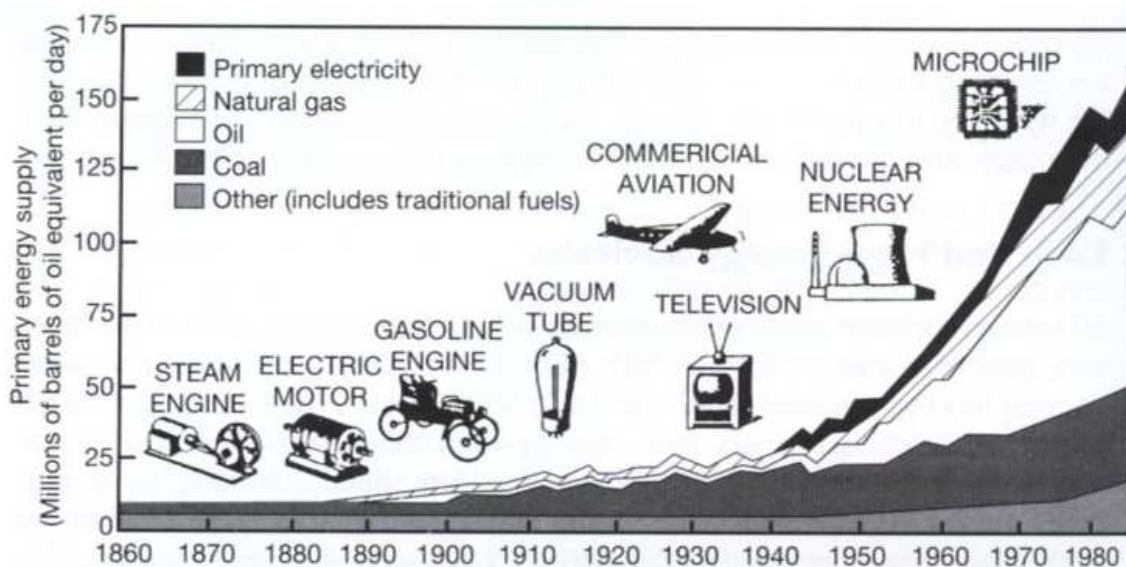


Figura 1: Crescimento no consumo de energia na era industrial
 Fonte: Davis (apud Harper, 1996, p. 210)

O Iluminismo, e a proeminência da racionalidade e do cientificismo, colaboram para que a natureza passe a ser vista nas sociedades industriais como uma fonte de recursos a ser usada e gerida pelo homem. Prevalecem preceitos como a valorização da maximização das riquezas e a aceitação dos riscos deste processo; a baixa valorização da natureza por sua própria conta; a compaixão pelos seres que estão próximos e o maior descaso com aqueles inseridos em realidades mais distantes; entre outros (HARPER, 1996).

De forma a elucidar o pensamento predominante no período moderno, Harper (1996) compara os paradigmas vigentes no meio científico no período que se refere às sociedades industriais. O autor discorre primeiramente sobre os paradigmas predominantes nas ciências sociais e econômicas, para depois mencionar aqueles relativos à sociologia ambiental e a economia ambiental, categorias científicas que emergiram junto aos movimentos ecológicos a partir das décadas de 60 e 70:

PARADIGMAS DA ECONOMIA E SOCIOLOGIA	PARADIGMAS DA ECONOMIA E DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL
<ul style="list-style-type: none"> - Os homens são únicos entre as criaturas existentes na Terra, já que possuem uma cultura. - A cultura pode variar indefinidamente e pode mudar muito mais rápido do que os traços biológicos. - Assim, muitas diferenças entre os homens são socialmente induzidas em vez de originadas com o nascimento, podendo ser socialmente alteradas e suas inconveniências excluídas. - A acumulação cultural significa que o progresso pode continuar sem limites, pois todos os problemas sociais são, de alguma forma, solúveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ainda que os humanos tenham características excepcionais, tais como a cultura e a tecnologia, estes estão inseridos entre outras espécies que são interdependentes e envolvidas em um ecossistema global. - As relações humanas não são influenciadas apenas por fatores culturais e sociais, mas também por intrincadas conexões de causa e efeito na rede da natureza, sendo que ações humanas têm muitas conseqüências não intencionais. - Os seres humanos vivem e são dependentes de um ambiente biofísico finito, que impõe restrições as ações humanas. - Embora a inventividade humana e os poderes dela derivados possam parecer capazes de estender os limites ecológicos, as leis da natureza não podem ser anuladas.

Quadro 1 - Paradigmas vigentes no mundo científico
 Fonte: Adaptado de Harper (1996)

Fica claro que embora existam diferenças entre as formas de pensamento, tais correntes teóricas baseiam-se em uma visão do homem como uma entidade superior aos demais membros da natureza, detendo meios e poderes para controlá-los.

Harper (1996) baseia-se em Rossides para afirmar que o fator mais distintivo sobre os seres humanos é que eles são criadores de cultura, portadores de cultura e entidades culturalmente controladas. Os serem humanos não seriam governados por processos naturais que governam plantas, animais e planetas, mas o são por suas próprias criações.

Harper (1996) ressalta, contudo, que a humanidade poderia estar passando por uma nova mudança rumo a sociedades pós-industriais ou pós-modernas, calcadas em novos valores e crenças. Para o autor, poderia estar emergindo um novo paradigma, que vêm sendo investigado a partir de estudos científicos.

Outro autor que analisa a relação entre homem e meio ambiente é Keith Thomas. Tendo como pano de fundo principalmente a Inglaterra e partindo de uma perspectiva histórica, Thomas (1988) afirma ter predominado entre os séculos XV e XVIII no Ocidente uma postura majoritariamente antropocêntrica. Tal postura era sustentada fortemente por fundamentos filosóficos e teológicos; e influenciada significativamente pelos patamares de desenvolvimento existentes naquele período.

(...) a visão tradicional era que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades. Tal pressuposto fundamenta as ações dessa ampla maioria de homens que nunca pararam um instante para refletir sobre a questão. (...) A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. (THOMAS, 1988, p.21)

(...) o predomínio humano tinha, portanto, lugar central no plano divino. O Homem era o fim de todas as obras de Deus. (...) Foi tendo em mente as necessidades humanas que Deus criou criteriosamente, projetou e distribuiu os animais. Os camelos, observou um pregador de 1696, foram sensatamente colocados na Arábia, onde não havia água. (THOMAS, 1988, p.23)

Entre o século XV e o início do século XVII, grande parte da força motriz provinha da tração animal, de tal forma que os elementos da natureza eram vistos unicamente como recursos para a sobrevivência e bem estar da humanidade. Os preceitos morais existentes neste período possibilitavam o uso indiscriminado e ilimitado dos recursos naturais, sendo algumas das ações humanas, tais como a domesticação de animais, vistas como benéfica aos mesmos, já que “os civilizava e aumentava seu número” (THOMAS, 1988, p.25). Separado do restante da natureza por deter o livre-arbítrio, a razão e a capacidade de falar, o ser humano era visto como soberano.

(...) “civilização humana” era uma expressão virtualmente sinônima de conquista da natureza. O mundo vegetal sempre foi fonte de alimento e de combustível; o Ocidente, por esta época, caracterizava-se por sua dependência excepcionalmente alta dos recursos naturais. A civilização da Europa medieval seria inconcebível sem o boi e o cavalo. (THOMAS, 1988, p.23)

Esta visão predominante nos primórdios da modernidade foi sendo gradualmente modificada, segundo Thomas (1988), a partir de uma conjunção de processos, tais como o desenvolvimento da história natural e de estudos científicos sobre animais e plantas.

O conflito entre a convivência cotidiana dos homens e animais e as ortodoxias teológicas da época, também contribuiu para a mudança, estimulando os intelectuais a desenvolverem uma nova visão sobre a relação ser humano e natureza. A defesa acerca do caráter e inteligência dos animais, por exemplo, inicia-se com o convívio e observação dos homens acerca de seus animais de estimação (THOMAS, 1988).

(...) conquanto os teólogos pregassem uma separação estrita entre homem e natureza, a prática usual na Inglaterra dos primeiros tempos modernos de forma alguma era tão rígida. (...) as relações do homem com os animais domésticos eram muito mais íntimas do que pretendia a religião oficial. (THOMAS, 1988, p.111)

A partir do final do século XVII, a preocupação do homem com a natureza começa a ganhar outros sentidos. Embora o antropocentrismo ainda detenha força, passa a ser aceitável pela doutrina cristã a idéia que animais e vegetais fossem considerados membros da Criação Divina e tivessem direito a serem usados com respeito (THOMAS, 1988).

No âmbito popular, torna-se crescente o sentimento de compaixão pelos animais. A crueldade existente na caça e no trato dispensado aos mesmos é algo que passa a ser visto com repugnância por parcelas do povo Inglês, não somente pelo sofrimento capaz de impor-lhes, mas também por deter um efeito negativo sobre o caráter humano, tornando os homens brutos e cruéis entre si. Segundo Thomas (1988, p. 198):

Em fins do século XVII, a própria tradição antropocêntrica sofria acentuada erosão. A aceitação explícita da idéia de que o mundo não existe somente para o homem pode ser considerada como uma das grandes revoluções no moderno pensamento ocidental (...). Tornou-se cada vez mais comum defender que a natureza existia para a glória divina e que Deus se preocupava tanto com o bem estar das plantas e animais quanto com o do homem.

De acordo com Thomas (1988, p. 199), no âmbito científico, avanços na Astronomia trazem à tona novos questionamentos sobre a centralidade do homem no universo e alteram algumas das crenças até então vigentes:

(...) foi, acima de tudo, a vasta expansão no tamanho do mundo conhecido o que levou os sábios a mudarem de opinião. À medida que astrônomos revelavam não apenas que a Terra não era o centro do universo, mas que havia uma infinidade de outros mundos, cada um deles possivelmente habitado por espécies desconhecidas, ia se tornando mais difícil defender que a criação existisse para uso exclusivo e benefício dos moradores humanos de um diminuto planeta.

Reforçando esse processo, a crescente industrialização e urbanização que se seguem aos séculos XVII e XVIII tornam os animais e vegetais cada vez mais marginais ao processo de produção e trazem à tona novas maneiras de concebê-los. Embora a caça e a destruição de floretas sigam ocorrendo, bichos de estimação, árvores e flores passam a deter cada vez mais valor simbólico para as novas populações urbanas, que tendem a desvinculá-los de sua função prática (THOMAS, 1988).

A idéia de que os animais selvagens devem ser preservados mesmo que não tenham nenhuma utilidade começa a ser discutida, embora ações em prol da proteção de criaturas destinadas à caça já existisse de forma isolada desde os tempos medievais. Segundo Thomas (1988, p. 339), “o início do período moderno de fato engendrou essa sensibilidade cindida, da qual sofremos até hoje.”

Devemos ressaltar, no entanto, que esta sensibilidade para com a natureza entra em choque com os modelos de produção e consumo que passam a ser praticados na era mais recente, o que se constitui em um grande paradoxo. Se por um lado o homem tende a afeiçoar-se às criaturas e a desejar protegê-las, por outro emprega métodos cada vez mais sofisticados para manipular e alterar o meio ambiente. Segundo Thomas (1988, p. 357-358):

A independência econômica face à energia animal e o isolamento urbano em relação aos bichos de criação nutriram atitudes difíceis, senão impossíveis, de se conciliar com a exploração dos animais que dava sustento à maior parte das pessoas. Doravante, uma visão cada vez mais sentimental dos animais enquanto bichos de estimação e objetos de contemplação iriam acomodar-se mal com a sombria realidade de um mundo no qual a eliminação das “pestes” e a criação de animais para abate ia-se tornando cada dia mais eficiente. Oliver Goldsmith escrevia, de seus contemporâneos, que “eles se apiedam e se alimentam dos objetos de sua compaixão”. O mesmo podia ser dito das crianças de hoje que, alimentadas por uma dieta de carne e protegidas por uma medicina desenvolvida através de experimentos com animais, levam, não obstante, bichinhos de pelúcia para a cama e prodigam afeição a cordeiros e pôneis. Para os adultos, os parques nacionais e as áreas preservadas cumprem uma função que não é diferente da que os bichos de pelúcia têm para as crianças; são fantasias que cultuam valores mediante os quais a sociedade, como um todo, não tem condições de viver.

Para Thomas (1988) o conflito homem e natureza é uma das maiores contradições em que se assenta a civilização no período moderno, sendo, por essa razão, passível apenas de especulações. Independentemente da força que tal conflito assume nos últimos séculos, cabe reconhecer que recentemente esforços têm sido feitos para delimitar e buscar soluções às questões ambientais.

Entre os esforços existentes, podemos mencionar a expansão do movimento ambientalista, que tem suas raízes no século XIV e se torna uma das mais importantes forças em direção à compreensão e preservação da natureza. Embora possa ser definido de outras formas diferentes, o ambientalismo pode ser compreendido, segundo Leis (1999), como um movimento histórico que vê a sociedade atual como insustentável, não só no que tange a seus modelos de desenvolvimento, mas também às suas instituições e valores, em especial aqueles que se referem ao consumismo e ao crescimento econômico ilimitado.

A história do movimento ambientalista pode servir de ponto de partida para uma compreensão mais detalhada acerca da relação entre o homem e a natureza no período moderno. Partindo deste ponto de vista, pode-se afirmar que no decorrer dos séculos XVIII e XIX a tendência a proteção e preservação do meio ambiente vêm se expandindo, embora nem sempre com força e intensidade uniformes.

Em 1909 foi realizado o primeiro Congresso Conservacionista Norte-Americano, cujo resultado mais relevante foi evidenciar que a conservação da natureza era uma questão internacional, o que abriu espaço para se pensar em um encontro mundial em torno do tema, que acabou não sendo realizado devido à substituição de *Theodore Roosevelt* por *Taft* na presidência dos EUA. Na Europa, movimentos de caráter preservacionista ocorriam concomitantemente, tendo sido realizado em Paris o Congresso Internacional para Proteção da Natureza, que fomentou a criação, em 1913, de uma Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza (LEIS, 1999).

A consolidação do movimento ambientalista, entretanto, foi impactada pela ocorrência das duas grandes guerras mundiais, especialmente a última, cujo cessar fogo marcou uma preocupação eminente com a reconstrução econômica e a reabilitação social do mundo. Segundo Leis (1999, p. 73), nesse período, a prioridade mais próxima à problemática ambiental referia-se ao combate à fome.

(...) a guerra tinha sido acompanhada por uma austeridade que todos queriam agora abandonar e substituir pelo consumo e a prosperidade. A proteção a natureza ecoava em muitos ouvidos como um chamado a uma nova austeridade que ninguém queria escutar, e uma inserção efetiva dos ambientalistas nas atividades e no sistema das Nações Unidas (e na política em geral) deveria esperar praticamente até a conferência de Estocolmo-72 sobre Meio Ambiente Humano.

As décadas de 60 e 70 foram marcadas por um debate ambientalista com tendências radicais: idéias neomalthusianas e de crescimento zero da economia chocavam-se com percepções de que tudo se resumia a simples “alarmismos”. Nessa mesma época há uma grande profusão de organizações não-ambientais.

Tais organizações foram capazes de renovar o movimento e mobilizar muitas pessoas, tal como ocorreu em abril de 1970, quando quase meio milhão de norte-americanos participou do Dia da Terra.

Esta mobilização indicava uma alteração nos valores existentes na sociedade civil, abrindo espaço para que fossem discutidas transformações drásticas na economia e nos estilos de vida: “o preservacionismo e conservacionismo que dominaram o ambientalismo nas décadas anteriores era revitalizado agora para uma expressão que combinava as preocupações estéticas e científicas com as sociais” (LEIS, 1999, p. 105).

Além da proliferação das ONGs, mobilizando a sociedade civil, a partir da década de 70 começam a se organizar os partidos verdes (em 1980 foi fundado o Partido Verde Alemão, que em três anos já possuía 27 representantes), indicando que o ambientalismo passava à esfera política (LEIS, 1999).

O movimento ambientalista passa a ganhar ainda mais força a partir da Conferência da ONU em Estocolmo, em 1972, em que as organizações não-governamentais compareceram em peso e obtiveram grande destaque. O encontro fomentou a criação de programas e instituições voltados à proteção da natureza, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, além de propiciar a redação de um documento que chamava a atenção para a necessidade de adoção de políticas globais para contornar os problemas ambientais. (LEIS, 1999)

Apesar de destacar o caráter global da crise ambiental, o documento elaborado na Conferência de Estocolmo também se ateve às questões particulares, enumerando, por exemplo, os problemas relativos às nações desenvolvidas, tais como contaminação, consumismo e pressão sobre recursos naturais; e aqueles relacionados às nações subdesenvolvidas, tais como as pressões populacionais e o crescimento urbano. (LEIS, 1999).

Embora tal conferência tenha trazido avanços expressivos, nem todos os países participantes alinhavam-se ao seu discurso central. No que se refere ao contexto nacional, “a conferência da ONU em Estocolmo teve um impacto mínimo na opinião pública brasileira, se comparado não apenas com os países desenvolvidos, mas também com outros países do Terceiro Mundo como a Índia e a Venezuela” (VIOLA, 1992, p.5). De acordo com o autor, o Brasil enfrentava uma repressão político-cultural e este defendeu no encontro muitas das batalhas contra o reconhecimento da problemática ambiental.

Mesmo em vista de uma certa falta de consenso nas posições políticas dos países frente às questões relativas à natureza, fato que geralmente marca encontros na área ambiental, após Estocolmo, muitas outras conferências, como a Rio Eco 92, vieram a colaborar para o desenvolvimento e solidificação do movimento ambientalista. Embora existam divergências e conflitos de interesse, pode-se afirmar que tais conferências em muito colaboraram para o desenvolvimento de novas reflexões sobre a relação homem e natureza.

Entre as concepções elaboradas a partir da década de 70 e discutidas em conferências na área ambiental, chamamos atenção para a que propõe o desenvolvimento sustentável. Uma importante contribuição desta proposta é evidenciar a necessidade de aliar proteção ao meio ambiente com desenvolvimento econômico, contrariando algumas tendências anteriores que propunham ora o crescimento

econômico zero, ora um desenvolvimento ilimitado, a despeito de suas conseqüências ecológicas.

Por um lado, pode-se questionar se tal concepção evidencia de fato a emergência de um novo paradigma e de uma nova etapa na relação entre a humanidade e a natureza, já que mostra como urgente e definitiva a necessidade de respeito e equilíbrio no uso dos recursos naturais e define uma nova forma de enxergar a natureza.

Por outro lado, cabe indagar se tal respeito e parcimônia no uso dos recursos naturais, embutida no conceito de desenvolvimento sustentável, não carregaria em si uma motivação essencialmente antropocêntrica já que um dos objetivos é garantir as necessidades das gerações (humanas) futuras, não se distanciando, desta forma, da priorização do homem frente a natureza, latente ao longo dos últimos milênios.

Em caso afirmativo, fica claro que embora a humanidade tenha passado por significativas modificações no sentido que atribui à natureza e que o movimento ambientalista tenha surgido em defesa desta última, o antropocentrismo é um traço onipresente, mesmo entre aqueles que se dedicam a encontrar os melhores caminhos para a problemática ambiental.

2.2 Problemática ambiental contemporânea

Para compreender os desafios que se apresentam à proposta de desenvolvimento sustentável, revisaremos a seguir os principais problemas ambientais da atualidade, focando, em momento posterior, especificamente na questão do consumo.

Faz-se necessário salientar, antes de tudo, que a crise ecológica suscita uma pluralidade de opiniões, que muitas vezes não encontram consenso. Kennedy (1993) afirma existirem visões mais otimistas e mais pessimistas sobre o assunto, o que também ocorre na percepção de Harper (1996), que denomina como “Pollyannas” e “Cassandras”, pessoas que se assumem a primeira ou segunda postura, respectivamente.

Segundo Harper (1996), as Cassandras apontam uma catástrofe ambiental e afirmam que o mundo atual passa por uma fase em que cada vez mais pessoas demandam recursos naturais e que há muito mais tecnologias poderosas capazes de alterar o meio ambiente hoje do que nas sociedades pré-industriais. As Cassandras alegam também que o desejo comum da maioria das populações de diversas partes do mundo é elevar seus padrões de vida (o que significa maior nível de consumo e de

geração de rejeitos) e que o volume de lixo gerado atualmente por atividades humanas é maior que em outros tempos, além de ser cada vez mais quimicamente complexo e por isso de difícil reabsorção pela natureza.

Pollyannas contra argumentam, apontando que de fato existe uma degradação ecológica, mas que por outro lado, há também melhorias, como a recuperação ambiental de lagos e rios anteriormente poluídos, que relativizam os cenários mais ameaçadores. Pollyannas acreditam que fontes de recursos naturais podem ser ainda descobertos e melhor explorados pelo homem, a partir de sua engenhosidade. Pollyannas também afirmam que muitas previsões desastrosas feitas no passado, como as elaboradas por Malthus ou pelo Clube de Roma, não se concretizaram e colocam em cheque as evidências científicas existentes sobre a crise hoje.

A despeito das posições existentes frente à crise ecológica, Harper (1996) ressalta que as mudanças ambientais contemporâneas diferem das que ocorreram no passado em dois aspectos: tais mudanças são hoje muito mais rápidas e, como em nenhum outro período, suas causas se relacionam às ações humanas, mais do que a fenômenos gerados pela própria natureza.

Tendo em vista a importância do fator humano em meio à crise ecológica, Stern et al (apud Harper, 1996) aponta algumas variáveis sociais que seriam responsáveis por estas transformações no meio ambiente, tais como o crescimento populacional; os arranjos institucionais, incluindo a política econômica e o crescimento econômico; a cultura, abrangendo os valores, crenças e atitudes; e as mudanças tecnológicas.

Reforçando a tese de que a crise ecológica atual é desencadeada por ações humanas e baseado nas críticas que o movimento ambientalista apresenta frente ao mundo contemporâneo, Leis (1999) afirma que os problemas ambientais do presente estão associados à evolução e ao progresso característicos das sociedades contemporâneas. Para o autor, “a sociedade evolui à medida que se intensificam seus fluxos de pessoas, informação, energia e mercadorias” (LEIS, 1999, p.42), sendo a sociedade dos dias de hoje, portanto, mais desenvolvida que as organizações humanas da antiguidade.

Para Leis (1999), os aglomerados humanos existentes na Idade da Pedra podem ser considerados menos complexos que os atuais, tendo vivido à base da caça e da pesca, sem imprimir profundas mudanças no meio ambiente. Já as sociedades constituídas nos últimos milênios, que atravessaram revoluções tais como a agrícola, a industrial e, mais recentemente, a da informação, têm sido capazes de alterar

substancialmente a natureza, a partir de um acelerado processo de produção relacionado a uma vida social de grande complexidade.

O autor analisa algumas das tendências sócio-econômicas das sociedades modernas e aponta quais seriam suas prováveis conseqüências ambientais:

PRINCIPAIS SOCIOECONÔMICAS	TENDÊNCIAS	PRINCIPAIS CONSEQÜÊNCIAS
- Aumento da população		- Pobreza - Escassez de recursos naturais
- Urbanização e Industrialização		- Mudanças climáticas globais - Desflorestamento
- Mudanças no aproveitamento e uso da terra e seus recursos		- Desertificação - Perda da biodiversidade - Perda da diversidade cultural
- Globalização da economia, a tecnologia e as comunicações.		- Contaminação e/ou degradação de ar, água, terra e mares.

Quadro 2 - Principais tendências socioeconômicas e suas conseqüências ambientais.

Fonte: Leis, (1999, p. 42)

Para analisar o contexto atual, Kennedy (1993, p. 29) menciona algumas das tendências sócio-econômicas citadas por Leis (1999) e demonstra como a combinação de aumento populacional e baixo desenvolvimento tecnológico por parte dos países menos desenvolvidos, aliados as altas taxas de consumo por parte dos desenvolvidos impactam negativamente o meio ambiente na atualidade.

(...) a Terra está sofrendo um duplo ataque dos seres humanos, devido tanto às demandas excessivas e hábitos perdulários das populações ricas dos países desenvolvidos, como aos bilhões de novas bocas nascidas no mundo em desenvolvimento que (muito provavelmente), aspiram aumentar os seus níveis de consumo.

O autor ressalta que quando Malthus elaborou previsões catastróficas para a humanidade, em 1798, este não contou com as possibilidades de expansão das fronteiras geográficas, de revolução agrícola e de maior produtividade industrial, que acabaram por salvar aquela sociedade de uma catástrofe. Kennedy (1993, p. 11) argumenta que diferentemente do que aconteceu na Europa naquele século, atualmente a humanidade não possui as mesmas possibilidades de solução para seus problemas ambientais.

A explosão tecnológica está ocorrendo, de maneira predominante, nas sociedades economicamente adiantadas, muitas das quais com populações de lento crescimento, ou mesmo em declínio. Mas a explosão demográfica está acontecendo em países com limitados recursos tecnológicos, poucos

cientistas e trabalhadores especializados, investimento inadequado em pesquisa, e poucas, ou nenhuma, empresas bem sucedidas.

É interessante ressaltar que embora Kennedy (1993, p. 104) atribua à tecnologia o poder de impulsionar nações rumo ao desenvolvimento e de atenuar os impactos ambientais nocivos, o autor explicita que a mesma tecnologia colaborou para a geração de muitos dos problemas ecológicos existentes atualmente. Ou seja, conforme o autor, se por um lado a tecnologia é vista como uma solução à crise ambiental e um fator fundamental para a prosperidade, ao mesmo tempo ela é capaz de promover desequilíbrios na sociedade.

(...) as descobertas tecnológicas em consequência das revoluções científica e industrial produziram novas formas de conversão – a máquina a vapor, a combustão interna, a eletricidade (...). Também contribuíram para a intensificação do ritmo de crescimento da população mundial depois de 1750, o que por sua vez provocou o dilema atual.

Além de variáveis como desenvolvimento tecnológico e taxas de crescimento populacional, para Kennedy (1993) fatores como a cultura, as crenças religiosas e as atitudes sociais são responsáveis pela capacidade de ação e de mudança, sendo tais fatores capazes de diferenciar as sociedades e explicar sua postura frente aos desafios modernos, entre eles os problemas de ordem ecológica.

Diamond (2005), assim como Kennedy (1993), estabelece parâmetros de comparação entre as diferentes sociedades e acaba por construir sua análise acerca da crise ambiental contemporânea a partir do questionamento sobre as razões que levam algumas destas sociedades a tomarem decisões desastrosas. Kennedy (1993) menciona fatores culturais, religiosos e sociais e Diamond (2005, p. 625) segue na mesma direção, afirmando que mudanças de rumo capazes de contribuir positivamente para as sociedades dependem de alterações em seus valores:

(...) que valores devem ser alijados e substituídos por abordagens diferentes? A Groenlândia Nórdica recusou-se a se livrar de parte de sua identidade como sociedade européia, cristã e pastoril, e morreu por isso. Em contraste, os insulares de Tikopia tiveram a coragem de eliminar seus porcos ecologicamente destrutivos, mesmo esses porcos sendo o único animal doméstico grande e um símbolo de prestígio nas sociedades melanésias.

Como já citamos anteriormente, para Diamond (2005, p. 581) “os problemas ambientais mais sérios enfrentados por sociedades do passado e do presente recaem em uma dúzia de grupos”. Antes de examinar estes grupos de problemas ambientais, é necessário explicitar, que embora tais problemas possam ser classificados em algumas categorias, estes estão intimamente interligados, tendo assim seus efeitos multiplicados.

Segundo Harper (1996), para compreender os problemas ecológicos há que se ter em mente que a natureza nada mais é que um sistema, ou uma cadeia de partes interconectadas e interdependentes. Um lago ou uma floresta pode ser um ecossistema e seus componentes são inseparáveis do todo.

Altvater (1996, p. 30) explicita esta relação afirmando que “quando se extingue uma espécie de ave, extinguem-se (pela estatística) meia espécie de mamíferos, duas espécies de peixes, 35 espécies de plantas e 90 espécies de insetos.”

Neste contexto, o primeiro problema ambiental descrito Diamond (2005) refere-se a destruição de habitats naturais ou transformação dos mesmos em, por exemplo, áreas industriais, residenciais ou estradas. Segundo o autor, os habitats mais ameaçados são as florestas, os pântanos, os recifes de coral e os fundos oceânicos. Sobre as florestas, o autor alega que estas cumprem importante papel na formação dos regimes de chuva, além de serem lar de diversos animais e plantas, resguardarem as bacias hidrográficas e protegerem o solo contra processos erosivos, sendo ainda fontes de diversas matérias primas, tais como a madeira. O desmatamento conforme Diamond (2005) levou ao colapso algumas sociedades do passado.

O segundo problema trata da perda ou diminuição dos alimentos selvagens, tais como peixes e mariscos, que representam uma parcela das fontes de proteínas consumidas em nossa sociedade. Para Diamond (2005), este tipo de alimento é importante, pois ajuda a sustentar cerca de dois bilhões de pessoas que dependem dos oceanos para sua sobrevivência.

O terceiro problema ambiental é a perda de diversas espécies nativas, restringindo o patrimônio e a diversidade genética. Diamond (2005) argumenta que embora a princípio algumas espécies pareçam ter pouca importância (em especial para o uso humano), a natureza é composta por uma ampla teia de relações entre as diferentes espécies, sendo que um desequilíbrio em um dado ponto pode afetar toda uma cadeia. O autor exemplifica tal relação de inúmeras formas, dentre elas mencionando o caso das sementes dispersadas por morcegos frutívoros (frequentemente exterminados) ou das bactérias do solo que nele fixam nitrogênio, elemento essencial nas áreas cultivadas.

O quarto problema citado é a erosão do solo a partir da ação da água e do vento, dificultando sua regeneração e afetando diretamente a agricultura. Além da erosão, Diamond (2005) cita ainda outros impactos negativos no solo como a salinização, a perda da fertilidade, a acidificação (em alguns lugares) e a alcalinização (em outros pontos). Juntos tais fatores foram capazes de gerar algum tipo de dano à uma parcela de

20% a 80% das terras cultiváveis existentes, o que põe em risco a produção de alimentos. Segundo Diamond (2005), de forma análoga ao desmatamento, alterações no solo foram igualmente responsáveis por catástrofes em determinados países.

A limitação na disponibilidade de exploração de fontes de energia de origem fóssil é o quinto problema descrito por Diamond (2005). Petróleo, gás natural e carvão vegetal são as principais fontes de energia nas sociedades modernas e embora o autor argumente que existem discussões sobre os limites de exploração de tais recursos, pode-se dizer que estes têm limites que podem se esgotar em algumas décadas. Além do risco de esgotamento, a exploração destas fontes de energia tende a ser cada vez mais dispendiosa, tanto no que tange aos custos financeiros como quanto aos ambientais (Diamond, 2005).

A limitação de outra categoria de recursos naturais, neste caso, os hídricos, é o sexto problema ambiental apontado por Diamond (2005). Para o autor, grandes quantidades de água doce oriundas de rios e lagos já vêm sendo empregadas na agricultura, na indústria, para transporte, para recreação e para abastecimento doméstico. Diamond (2005) afirma que enquanto os aquíferos subterrâneos esgotam-se antes que possam se recompor-se naturalmente, as fontes de água doce ainda não exploradas (tais como alguns rios e lagos) encontram-se distantes dos núcleos populacionais, agravando a situação, existindo atualmente cerca de um bilhão de pessoas sem acesso à água potável.

A limitação da energia fornecida pela luz solar é o sétimo problema ambiental que Diamond (2005) elenca. Conforme o autor existe uma crença de que o fornecimento de luz solar é infinito. Porém trata-se de um recurso limitado, cuja tendência é ser monopolizado para propósitos humanos, seja sendo aproveitado para em plantações ou na produção de árvores, seja sendo desperdiçado a partir da incidência em estradas e construções de concreto, pouco restando para as comunidades vegetais, o que afeta sua capacidade fotossintética.

O oitavo problema ambiental de que trata Diamond (2005) é a fabricação ou liberação de produtos químicos tóxicos, tais como os produzidos pelas indústrias químicas. Estas substâncias, em pequenas ou grandes quantidades, contaminam o ar, a água e o solo. Exemplos conhecidos, segundo o autor, são os pesticidas, o mercúrio, detergentes e gases refrigeradores, todos com históricos de danos aos seres vivos, inclusive os humanos e que, em muitos casos, são capazes de permanecer um longo tempo antes de se diluir, gerando altos custos de recuperação ambiental nas áreas

afetadas. Diamond (2005, p. 588) afirma que “em baixíssimas concentrações, causam diversos defeitos de nascença, retardamento mental e dano temporário ou permanente de nossos sistemas imunológico e reprodutor.”

O transporte e a disseminação de espécies exóticas é o nono problema entre os doze descritos por Diamond (2005). Apesar de plantas de cultivo, animais domésticos e vegetação para paisagismo comporem um conjunto de espécies exóticas usualmente presentes em nosso cotidiano, a disseminação de tais espécies pode ser extremamente perigosa. Por não possuírem experiência evolucionária anterior, ao entrar em contato com espécies nativas, as espécies exóticas são capazes de alterar seu curso natural e até exterminá-las, alterando todo um sistema biológico de uma determinada região.

O décimo problema ambiental é a emissão de gases na atmosfera, que danifica a camada de ozônio e contribui para o efeito estufa, este último associado ao processo de aquecimento global. De acordo com Diamond (2005), relacionados direta ou indiretamente a atividades humanas, o dióxido de carbono e o metano são exemplos de gases nocivos capazes de colaborar para o aumento da temperatura no globo. Este aumento tende a ter efeitos mais nocivos, tais como erosões e inundações, em locais como os Países Baixos, Bangladesh, costa leste dos EUA, ilhas baixas do pacífico, deltas dos Rios Nilo e Mekong, cidades costeiras do Reino Unido, Índia, Japão e Filipinas.

O décimo primeiro problema ambiental refere-se ao crescimento populacional, ao qual, segundo Diamond (2005), tem sido atribuída grande atenção nas últimas décadas. Diamond (2005, p. 590) alega que “mas gente requer mais comida, espaço, água, energia e outros recursos”, sendo a ocorrência de tal fenômeno desigual entre os países. O autor ressalta que inexistente um consenso sobre a estabilização ou não do crescimento populacional no futuro, existindo algumas estimativas que prevêem a continuidade de tal processo por pelo menos mais setenta anos.

Finalmente, o décimo segundo problema ambiental abordado pelo autor é a questão do consumo humano e sua conseqüente geração de rejeitos. Assim como o crescimento populacional, o consumo não ocorre uniformemente no planeta. Diamond (2005), que como Kennedy (1993) utiliza cálculos matemáticos para comparar os danos causados pelos indivíduos de cada país, afirma que cidadãos dos EUA, Europa Ocidental e Japão consomem 32 vezes mais do que os que vivem em nações do Terceiro Mundo. Os impactos ambientais do consumo serão discutidos detalhadamente em

capítulo posterior, mas cabe desde já expor a dificuldade que Diamond (2005, p. 593) percebe em contorná-los:

No momento, é politicamente impossível para os líderes do Primeiro Mundo propor aos seus cidadãos que baixem o seu padrão de vida, através do menor consumo de recursos e da menor produção de rejeitos. O que acontecerá quando os povos do Terceiro Mundo finalmente se derem conta de que os padrões de vida do Primeiro Mundo são inalcançáveis, e que o Primeiro Mundo recusa-se a abandonar tais padrões?

Embora a crise ecológica seja hoje amplamente debatida nos meios de comunicação e existam inúmeros teóricos capazes de discorrer sobre os problemas ambientais, é importante destacar que tais percepções, além de muitas vezes confrontarem-se entre si, como já explicitamos, podem não corresponder àquelas existentes entre as diversas populações distribuídas no globo.

Pode-se perguntar se os problemas anteriormente citados são, por exemplo, reconhecidos pelas pessoas comuns ou se são capazes de preocupá-las e de alterar seus comportamentos.

Segundo um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998, p. 25) os problemas ambientais nem sempre são compreendidos pela população, principalmente porque os impactos negativos não são comumente detectáveis pelos sentidos humanos. O fato de as causas e as conseqüências da crise ecológica estarem muitas vezes distantes no tempo e no espaço também dificulta o dimensionamento dos problemas. Outra questão envolve a divulgação das informações sobre o assunto:

Mudanças no conhecimento científico a respeito de problemas ambientais e modificações na extensão dos próprios problemas também tornam mais difícil para os consumidores entender essas questões. É como se quase todo dia as notícias trouxessem uma palavra sobre outro prejuízo ao meio ambiente revelado por pesquisas, ou talvez um novo debate que põe em dúvida se um dano anteriormente divulgado é realmente um problema. Os consumidores médios freqüentemente não sabem em que acreditar quando não há consenso entre os especialistas.

De acordo com Harper (1996), o comportamento social é direcionado por construções simbólicas, sendo que apesar de as pessoas estarem inseridas em ambientes naturais, estas vivem e agem em mundos mediados e construídos por símbolos culturais.

Assim sendo, embora exista um ambiente biofísico real, as pessoas agem conforme o que elas acreditam ser o meio ambiente, o que abre fronteiras para uma multiplicidade de opiniões, não só dentro do meio científico, mas também fora dele. Tal fato reforça a necessidade de conhecer as percepções sobre os problemas ambientais existentes, em busca de um consenso sobre as possíveis ações para contorná-los.

2.2.1 Ações para lidar com os problemas ambientais

Embora seja possível delimitar e categorizar grande parte dos problemas que decorrem da ação humana sobre o meio ambiente, autores como Leis (1999) e Diamond (2005) indicam que a busca de soluções para tais problemas mostra-se tarefa bem mais complexa.

Segundo Leis (1999, p. 24), as instituições modernas encontram-se em um impasse quando se trata de questões ambientais. Este impasse seria fruto tanto da inexistência de autoridades internacionais com poderes concretos para gerir os recursos naturais globais, quanto da tendência a uma orientação individualista e competitiva por parte dos agentes envolvidos, impossibilitando a tomada conjunta de resoluções de maior amplitude.

(...) as causas da crise ecológica vão, portanto, muito além da eventual falta de compreensão dos riscos ambientais existentes ou da pouca vontade política para tratar desses temas, por parte das elites, desafiando a humanidade a encontrar soluções abrangentes e complexas que claramente transcendem as capacidades da ciência, da técnica e das instituições existentes.

Ainda que assumam a dificuldade existente na busca de soluções para os problemas ambientais, autores de diferentes áreas de conhecimento apresentam propostas de ação. Analisando tais propostas conjuntamente, é possível notar que estas se sustentam, no geral, em três grandes agentes – no Estado, no mercado e na sociedade civil.

Leis (1999, p. 97), baseado em Max Weber, afirma que “as peculiaridades do mundo moderno são um derivado direto da importância alcançada pelas forças do mercado e do Estado.”

Segundo Leis (1999), as concepções de desenvolvimento presentes no século XX delinearam-se a partir de dois modelos, um calcado no papel do mercado e o outro no papel do Estado. Porém, mudanças trazidas pela vida moderna, tais como questionamentos sobre valores e práticas fundamentais da nossa sociedade, estariam pondo em cheque os modelos existentes. Reflexões sobre os direitos humanos, o meio ambiente, a paz, entre outras, favoreceriam a ampliação e o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais, suportadas pela sociedade civil.

Conforme Leis (1999) existiriam hoje diferentes preferências institucionais para conduzir as questões relativas à crise ecológica. A primeira delas vê a qualidade ambiental como um bem comum que deve ser preservado a partir da intervenção normativa e reguladora do Estado. Tal posição está relacionada às políticas ambientais e às instituições do setor localizados na Europa Ocidental e América do Norte sendo também defendida, em parte, pelas organizações ligadas ao movimento ambientalista.

Uma segunda corrente aposta na sociedade civil como instituição mais capaz de lidar com tal problemática. De acordo com Leis (1999, p. 153), esta é a preferência de agentes ligados às organizações não-governamentais do hemisfério Sul, que “desconfiam do Estado e do mercado como alocadores de recursos, julgando que ambos deveriam preencher um papel subordinado aos critérios dados pela sociedade civil.”

Uma terceira corrente prioriza o mercado e defende a premissa de que os bens ambientais podem sofrer apropriação privada. Os defensores desta proposta, que são principalmente os representantes da esfera empresarial, acreditam que os produtores tenderão a preservar o meio ambiente a partir de demandas de seus consumidores e que tal modelo é mais eficaz que o sistema de regulação estatal.

Para Leis (1999, p. 153), este grupo alega que por meio da lógica de mercado “acompanhada de uma significativa apropriação privada dos recursos naturais e da expansão dos consumidores verdes, avança-se eficientemente na direção de uma sociedade sustentável.”

Frente às três preferências institucionais descritas, Leis (1999) aponta que as forças do Estado tendem a continuar possuindo legitimidade na solução dos problemas ambientais, principalmente em nível local. Contudo, quando se trata de governabilidade em âmbito global, a solução de tais problemas passa a contar cada vez mais com a sociedade civil. Para Leis (1999, p. 129), “(...) sem o surgimento de novos valores e movimentos no seio da sociedade civil não se pode esperar que surjam partidos verdes ou políticas ambientais.”

Viola (1992) afirma existir um debate em torno de qual o tipo de desenvolvimento sustentável desejável, e a partir deste debate o autor alega existirem três posturas, as quais denomina “estatista”, “mercado” e “comunitária”. Analisando tais posturas observamos que estas correspondem às descritas por Leis (1999), anteriormente citadas.

A posição estatista se utiliza de mecanismos normativos, reguladores e promotores e valoriza a equidade em detrimento da eficiência. A posição de mercado,

ao contrário, prioriza a eficiência em detrimento da equidade e propõe o emprego de mecanismos como as taxas e tarifas de poluição e depleção de recursos, assim como as permissões de poluição comercializáveis. A posição comunitária se estruturaria a partir dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais cujo objetivo é constituir um novo sistema de valores calcado na solidariedade. Seu foco é na equidade, sendo desconsiderada a questão da eficiência (VIOLA, 1992).

Segundo Viola (1992, p. 15) enquanto grande parte dos integrantes do movimento ambientalista identifica-se com a posição comunitária, os cientistas tendem a priorizar a posição estatista. Os empresários orientados para a sustentabilidade são aqueles cuja aposta é na posição de mercado. Embora o debate em torno das três posições descritas possa significar um avanço rumo à sustentabilidade, o autor ressalta que há uma significativa dificuldade em colocar em prática os preceitos que as constituem:

Os comportamentos individuais estão muito aquém da consciência ambiental presente no discurso; são muito poucas as pessoas (inclusive entre os ambientalistas militantes) que pautam conscientemente seu cotidiano pelos critérios da eficiência energética, reciclagem de materiais, redução do consumo suntuário e participação voluntária em tarefas comunitárias de limpeza ambiental. As políticas públicas estão a meio caminho entre um discurso-legislação bastante ambientalizado e um comportamento individual-social bastante predatório: por um lado as políticas públicas têm contribuído para estabelecer um sistema de proteção ambiental no país; por outro lado, o poder público é incapaz de fazer cumprir aos indivíduos e empresas uma proporção importante da legislação ambiental.

As três posições descritas enfrentam ainda outros desafios, além dos citados por Viola (1992). A questão conhecida como “tragédia do bem comum” é um modo particular de conflito de interesse que pode dificultar a gestão de recursos que não pertencem nem a entidades públicas nem a privadas.

Segundo Diamond (2005), numa situação em que um grupo de pessoas exploram um recurso comum, tal como a pesca no mar ou a criação de ovelhas em um campo comunitário, caso estas pessoas excedam tal exploração, os recursos tenderão a declinar ou mesmo a desaparecer, prejudicando a todos.

Embora a opção mais adequada fosse que o interesse coletivo prevalecesse e que os recursos fossem utilizados de forma coerente, quando não há uma regulação efetiva sobre quanto cada pessoa pode explorar dos mesmos, pode prevalecer o comportamento racional e individual, levando à destruição do bem comum.. Os pescadores ou pastores podem pensar que se eles próprios não pescarem ou deixarem suas ovelhas pastarem,

outros logo o farão, passando assim realizarem uma super exploração, que ao final conduz o grupo ao prejuízo. Para Diamond (2005, p. 513):

A solução remanescente para a tragédia do bem comum é os consumidores reconhecerem seu interesse comum e projetarem, obedecerem e aplicarem quotas de extração prudentes para si mesmos. Isso só ocorre se foram cumpridas uma série de condições: os consumidores precisam formar um grupo homogêneo; aprender a confiar uns nos outros e a se comunicar entre si; esperar compartilhar um futuro comum e passar o recurso para seus herdeiros; ser capazes de se organizar e policiar a si mesmos; e definir bem os limites do recurso e o grupo de consumidores.

Outro tipo de desafio relaciona-se a interação entre a sociedade civil e as forças de mercado e se refere à capacidade de tal sociedade tomar conhecimento, julgar e intervir junto aos demais agentes em casos de problemas ambientais.

Para Diamond (2005), uma das armas que a sociedade civil dispõe é sua capacidade de boicotar produtos de empresas, forçando-as a adotar posturas ecologicamente mais corretas. Entretanto, nem sempre há uma proximidade entre os centros produtores e os consumidores, ocasionando desconhecimento por parte da sociedade civil sobre os danos, por exemplo, gerados por uma determinada empresa. Sem conhecer tais danos, os consumidores podem deixar de punir tal empresa, o que representa uma falha neste sistema.

Ainda que estes tipos de barreira possam vir à tona, Diamond (2005, p. 579) se posiciona francamente favorável à atuação da sociedade civil na solução dos problemas ambientais, em especial aqueles relacionados com a atuação de grandes empresas.

As empresas mudaram quando o público passou a esperar e a exigir comportamento diferente, e a recompensar empresas pelo comportamento que esperava delas, e tornar as coisas difíceis para empresas que tivessem comportamentos avessos à vontade pública.

Harper (1996) se refere às mesmas instituições que Leis (1999) e Viola (1992) ao discorrer sobre agentes ligados a crise ambiental. Baseado em Gramsci (1971), Harper (1996) define a esfera política como aquela que inclui o estado, as burocracias públicas e os partidos políticos; a esfera econômica como a que inclui as corporações, os empreendimentos privados e os sindicatos; e a esfera da sociedade civil como a que inclui uma diversidade de organizações ligadas à comunidade, religião, cultura e demais filiações ideológicas.

Harper (1996) analisa os campos de ação das três esferas e aponta os desafios das propostas ligadas ao mercado e ao estado na solução dos problemas ambientais.

Segundo Harper (1996), para os economistas neoclássicos, o mercado, espaço que reúne investidores, produtores, vendedores e compradores, é tido como capaz de alocar os valores que as pessoas atribuem aos produtos e serviços. Contudo, o sistema de mercado enfrenta alguns desafios para sanar os problemas ambientais.

Uma falha em tal sistema relaciona-se à presença de externalidades, que conforme Harper (1996) significa que os custos ambientais da produção e do consumo são suportados por alguns, mas não são incorporados aos preços dos produtos e serviços. Desta forma, a poluição afeta os seres humanos e as outras espécies de forma geral, na medida em que se espalha no ar ou flui junto à correnteza dos rios, envolvendo não somente determinadas indústrias ou certos consumidores de determinados produtos.

Há outros fatores que dificultam o bom funcionamento do sistema de mercado na solução dos problemas ambientais, fatores esses por vezes relacionados à interação da esfera governamental com a econômica. Harper (1996) alega que um problema relaciona-se ao fato de que existem diferentes tipos de recursos – recursos de propriedade privada, recursos de propriedade comum e recursos de propriedade pública - sendo que no que tange aos dois últimos, nem sempre os mecanismos de mercado funcionam bem.

Além da questão da tragédia dos comuns, relativa aos recursos de propriedade comum e já descrita anteriormente neste capítulo, Harper (1996) cita a influência de interesses políticos organizados que pressionam o governo na regulação dos bens naturais. Tal pressão faria com que estes sejam utilizados a custos mais baixos do que se estes fossem tratados como propriedades privadas.

Segundo o autor, direitos de acesso a florestas, pastagens, minerais e recursos energéticos são frequentemente dados a preços muito mais baixos do que eles teriam se fossem tratados como recursos de propriedade privada. Essas dificuldades em prevenir o uso insustentável de dos recursos de propriedade comum e pública existem porque não há razões econômicas reais para preservá-los.

Harper (1996) menciona também os subsídios e incentivos dados pelos governos na exploração de recursos naturais e na própria agricultura, que muitas vezes são capazes de impedir ou suplantam o bom funcionamento do mercado e gerar graves impactos ambientais. O autor cita o caso de incentivos para o povoamento e exploração de pecuária na Amazônia brasileira, que foi incentivada pelo governo a partir do abatimento de taxas e que têm causado desflorestamento, perda da biodiversidade, erosão do solo e degradação das águas.

Frente a tais falhas, Harper (1996) afirma que emergem inúmeras idéias, tais como a internalização dos custos ambientais, de forma a reverter as externalidades; e a privatização das propriedades comuns. Segundo Harper (1996), no ponto de vista de pensadores econômicos e políticos mais conservadores, deve-se diminuir as intervenções e deixar “que a mágica do mercado trabalhe”.

No entanto, Harper (1996) demonstra que mesmo havendo propostas para a correção das falhas existentes no sistema de mercado, esta vertente encontra limitações, pois de uma forma ou outra, todos esses problemas com o mercado significam que ele não precifica todas as coisas efetivamente e não precifica muitas coisas com as quais as pessoas possam se importar.

Harper (1996) conclui que o sistema de mercado pode superar suas falhas com o apoio de instituições da esfera política, porém em um modelo diferente do atual. Para o autor, as estratégias de mercado para lidar com os problemas ambientais tais como as taxas verdes, a privatização dos comuns e a criação de mercados de emissão de permissões comercializáveis, necessitam de ação política para reorganizar mercados que emitem diferentes sinais para produtores e consumidores. Não é o caso de mover-se de um livre mercado para um mercado muito organizado, mas de mudar das intervenções perversas de hoje para um novo conjunto de outras menos perversas.

Conforme Harper (1996), a esfera política pode colaborar paralelamente ao mercado na solução dos problemas ambientais a partir de quatro estratégias, ligadas a mudanças nas tecnologias, comportamentos, idéias e leis.

Quanto às tecnologias, as políticas públicas podem estimular inúmeras ações, como a produção mais limpa ou o menor consumo de energia, a partir de investimentos públicos, mandatos regulatórios, taxas, etc. No que se refere aos comportamentos, as políticas públicas podem objetivar a alteração de hábitos, como diminuir o uso de aquecedores e sistemas de ar refrigerado, economizando energia; a partir de um sistema de incentivos ou penalidades. Quanto às idéias, as políticas públicas podem gerar consciência dos problemas entre as pessoas, o que inclui campanhas na mídia e ações na educação pública. Sobre as leis, os governos podem estabelecer mandatos legais que exijam a instalação de equipamentos anti-poluição ou a reciclagem de lixo industrial (HARPER, 1996).

Ao analisar criticamente a atuação do mercado e do Estado, Harper (1996) propõe ajustes em ambas as esferas. Fica evidente que o autor não aposta em apenas um entre estes modelos para solucionar a crise ecológica, pelo contrário, ele acredita numa

junção dos mesmos enquanto melhor caminho para lidar com as questões ambientais existentes.

Atribuindo ao estado e ao mercado críticas semelhantes às expostas por Harper (1996) e corroborando com as conclusões deste autor, Turner et al (1993) afirmam que os governos são eles mesmos muitas vezes as causas da degradação ambiental. Enquanto estaríamos acostumados com a idéia de que os governos devem colocar as coisas nos lugares certos, estaríamos menos familiarizados com a idéia de que políticas públicas que ostensivamente não têm nada que ver com o meio ambiente possam gerar danos ao meio ambiente, o que caracterizaria a falência do governo na área. Segundo Turner et al (1993), já que os mercados falham também, a questão é encontrar um balanço adequado entre mercados e intervenções políticas.

Exemplos de ações práticas envolvendo tanto o mercado como o Estado e que conduzam a um uso mais racional dos recursos naturais são também analisadas por Margulis (1996), que discorre sobre alguns tipos de instrumentos que vêm sendo empregados na atualidade.

Para o autor, tais instrumentos podem ser divididos em duas categorias: os instrumentos de comando e controle e os instrumentos econômicos, relacionados, respectivamente, as forças políticas e as forças econômicas. Tais instrumentos encontram-se elencados no quadro abaixo:

INSTRUMENTOS DE COMANDO E CONTROLE	INSTRUMENTOS ECONÔMICOS
<ul style="list-style-type: none"> - as licenças, empregadas pelos órgãos ambientais para controlar a instalação de projetos e atividades que contenham impactos ambientais. - o zoneamento, que é um conjunto de regras cujo objetivo é definir o uso da terra, indicando aos agentes econômicos a melhor localização para suas atividades. - os padrões de qualidade ambiental, que definem os limites máximos de concentração de poluentes em um dado ambiente; os padrões de emissão, que delimitam a emissão de fontes de poluição; os padrões tecnológicos, que delimitam o uso de tecnologias; os padrões de produto e processo, que colocam limites para a liberação de poluentes segundo o processo ou a unidade de produção; e os padrões de desempenho, que visam especificar a eficiência dos processos. 	<ul style="list-style-type: none"> - as taxas ambientais, que são os preços a serem pagos a partir da emissão de poluentes. - os mercados onde são negociados direitos de poluição entre empresas de um mesmo setor ou de vários setores. - os sistemas de depósito e reembolso, em que os consumidores são levados a pagar um valor sempre que adquirirem produtos potencialmente poluidores. - os subsídios, que podem ser concessões, incentivos fiscais ou créditos subsidiados, visando estimular os poluidores a diminuírem suas emissões de poluentes ou reduzirem seus custos de controle.

Quadro 3 - Instrumentos de comando e controle e instrumentos econômicos

Fonte: Adaptado de Margulis (1996)

Apoiando-se no preceito que as forças políticas e econômicas devem trabalhar juntas para contornar os problemas ambientais, Margulis (1996, p. 09) afirma que os instrumentos de comando e controle e os instrumentos econômicos são complementares. O bom funcionamento dos primeiros dependerá “(...) da capacidade que o órgão de controle ambiental tiver para assegurar a obediência à lei, ou seja, fazer os poluidores se conformarem com os padrões e punir os infratores (...)”. Independentemente de se apoiarem-se no Estado, no mercado ou na sociedade civil - ou em uma combinação destas esferas - alguns autores vislumbram ações genéricas que seriam necessárias para um desenvolvimento sustentável. Apesar de considerá-los “utópicos” ou em sua “forma pura”, Harper (1996) aponta alguns pré-requisitos para a sustentabilidade, que se encontram descritos em sete categorias no quadro abaixo:

CATEGORIA	PRÉ-REQUISITO	AÇÕES
POPULAÇÃO	- uma sociedade sustentável amorteceria o crescimento populacional e estabilizaria seu tamanho, principalmente nos países menos desenvolvidos.	- programas de contracepção e saúde familiar e ações de suporte para as necessidades humanas básicas.
BASE BIOLÓGICA	- uma sociedade sustentável conservaria e restauraria sua base biológica, incluindo melhorias na fertilidade do solo, nas florestas, nos estoques de água, nos estoques de vida marinha, entre outros.	- desenvolvimento de uma agricultura capaz de imitar o funcionamento da natureza, estimulando a produção orgânica e evitando o uso ostensivo de químicos e a prática de monocultura.
ENERGIA	- uma sociedade sustentável gradualmente minimizaria ou delimitaria o uso de combustíveis fósseis.	- restrição no uso de carvão e petróleo e incentivo ao uso de gás natural e de outras fontes de energia renováveis, de acordo com o potencial de cada região.
EFICIÊNCIA ECONÔMICA	- uma sociedade sustentável trabalharia para se tornar economicamente eficiente em todos os sentidos	- diminuição da produção de lixo nos processos de produção, distribuição e comercialização, além de maximização da reciclagem de detritos e incentivo a produção de bens ecologicamente eficazes.
FORMAS SOCIAIS	- uma sociedade sustentável teria formas sociais compatíveis com suas características naturais, técnicas e econômicas.	- estabelecimento de políticas para estimular múltiplas formas de transporte e novas formas de adensamentos populacionais. Apoio às indústrias de reciclagem e de serviços ambientais, entre outros.
CULTURA	- uma sociedade sustentável requer uma cultura de crenças, valores e paradigmas sociais compatíveis com suas características naturais, técnicas e econômicas.	- percepção dos ambientes naturais mais como sistemas ecológicos a serem mantidos do que a ambientes abertos a serem completamente explorados. Frugalidade e suficiência material em substituição da cultura de consumo e do materialismo.
ORDEM GLOBAL	- uma sociedade sustentável promove a cooperação e a negociação destes ideais com outras sociedades.	- participação em tratados, agências regulatórias e organizações, nos planos regionais e internacionais.

Quadro 4 - Preceitos de uma sociedade sustentável

Fonte: Adaptado de Harper (1996)

Ainda que possam não se concretizar plenamente, estes pré-requisitos podem indicar direções para a solução dos problemas ambientais atuais. Embora muitas destas ações envolvam mudanças estruturais que podem demandar tempo e investimentos, estas podem ser usadas para nortear os rumos que a sociedade atual escolherá tomar para lidar com os problemas ambientais, além de servirem como centro de debates entre os agentes - mercado, Estado e sociedade civil – sobre o tema.

2.3 Problemática ambiental relacionada aos padrões de consumo

A seguir, contextualizaremos especificamente a questão do consumo em meio à problemática ambiental contemporânea, apontando também possíveis soluções para lidar com a questão.

2.3.1 Definição do conceito de consumo

O olhar específico em direção à questão do consumo no âmbito do pensamento ambientalista iniciou-se por volta da década de 60, a partir do movimento da contracultura (PORTILHO, 2005). Contudo, antes de problematizar a questão do consumo e seus impactos ambientais, é preciso delimitar uma definição conceitual para o tema, pois a palavra consumo é traduzida de múltiplas maneiras.

Segundo Stern (1997) os físicos que se baseiam nas leis da termodinâmica, acreditam que a matéria e a energia não podem ser produzidas e tampouco consumidas, sendo o consumo um ato de transformação, por meio de processos de entropia. Os economistas estabelecem uma distinção entre produção e consumo e estes definem o último como a troca de bens no mercado (MURPHY, 2001). Os ecologistas relacionam o consumo aos ecossistemas e consideram que os vegetais seriam os produtores primários enquanto os animais e os seres humanos seriam os consumidores. O papel dos seres humanos iria além da apropriação da produção primária, tendo influência direta na transformação de ecossistemas. Os sociólogos compreendem o consumo enquanto a atividade por meio da qual os indivíduos e seus grupos familiares investem seus orçamentos, em busca de, por exemplo, reconhecimento social.

Stern (1997), considerando o escopo dos estudos que pretendem investigar os impactos ambientais do consumo, propõe que o termo seja definido como transformações humanas de materiais e energia. Segundo o autor, o consumo é ambientalmente importante na medida em que faz com que materiais e energia estejam menos disponíveis para uso, move dinamicamente sistemas biofísicos estáveis a outros estados ou, por meio dos seus efeitos nesses sistemas, ameaça à saúde humana, o bem estar e outras coisas valorizadas pelo homem.

A partir das definições citadas é possível perceber como são “estreitas” algumas das conceituações do termo consumo, como as descritas para cada área de conhecimento, e, por outro lado, como as mesmas podem ser excessivamente genéricas, como o trecho descrito acima em que o consumo é considerado “transformações humanas de materiais e energia”.

Cohen e Murphy (2001) sugerem que o consumo seja entendido como a aquisição, não necessariamente no mercado e com o uso de dinheiro; e o uso de objetos, serviços e lugares. Nesse caso, a preocupação ambiental se daria tanto em relação aos impactos físicos do consumo – sobre outras pessoas e sobre o ecossistema – como quanto impactos sociais - como as questões de distribuição e igualdade.

Tendo em mente tal definição conceitual, é necessário compreender a emergência da questão do consumo em meio ao debate em torno dos problemas ambientais e como esta questão vem se tornando central no processo de busca pela sustentabilidade.

2.3.2 Importância do consumo em meio à problemática ambiental

Portilho (2005) acredita que a questão do consumo está ganhando importância frente às demais causas de degradação ecológica e por isso vem se tornando central no debate sobre a crise ambiental. Segundo a autora, a emergência da problemática do consumo deveu-se a dois deslocamentos discursivos no âmbito de discussão de tal crise. O primeiro deslocamento refere-se à mudança de foco sobre o impacto do aumento populacional em direção ao impacto do modelo de produção das nações desenvolvidas.

A preocupação com o aumento populacional surgiu em 1650, porém foi com Malthus em 1803 que o tema gerou maior debate. Embora as previsões de Malthus não

tenham se concretizado, sua forma de pensamento influenciou muitos teóricos que posteriormente fundaram a corrente neomalthusiana.

Esses teóricos acreditavam que o ser humano é essencialmente racional e objetiva maximizar seu próprio bem estar. Segundo esta perspectiva, para reverter os problemas ambientais, devia-se então defender a propriedade privada e controlar o crescimento populacional e a imigração (PORTILHO, 2005).

Entre as décadas de 60 e 70 surge, entretanto, um debate entre teóricos que apontavam como causa da crise ambiental o aumento populacional e outros que acreditavam que esta se devia a tecnologias pouco eficazes. Esse debate foi ampliado, trazendo para o plano da discussão o impacto ambiental gerado por outros elementos, tais como a produção agrícola, a apropriação excessiva dos recursos naturais, a produção industrial e os níveis de poluição. (PORTILHO, 2005).

Portilho (2005, p. 43) afirma que “o foco começa a se dividir entre problemas derivados de crescimento populacional e problemas derivados do crescimento industrial e tecnológico, estabelecendo a primeira transição discursiva.”

Na Conferência de Estocolmo e na Conferência das Nações Unidas sobre a Biosfera, respectivamente em 1972 e 1968, as nações em desenvolvimento passam a influenciar as discussões, trazendo à tona os debates sobre crescimento econômico, projetos de desenvolvimento e padrões de consumo das nações desenvolvidas, gerando um clima de desacordo entre os países de ambos os extremos.

A dimensão do impacto dos sistemas de produção dos países desenvolvidos passa a ser mais visada e continua a manter presença em discussões, por exemplo, do meio ambientalista e acadêmico (PORTILHO, 2005).

Mesmo em vista de tal deslocamento, conforme Cohen e Murphy (2001), as idéias elaboradas nesse período foram apropriadas pelas nações desenvolvidas, que continuaram a enfatizar argumentos que se apoiavam no aumento populacional para explicar os problemas ambientais, mascarando outras questões, como seu próprio padrão de consumo.

O segundo deslocamento refere-se à mudança de foco do impacto ambiental dos modelos de produção em direção aquele relacionado ao consumo. Tal mudança foi primeiramente sinalizada em 1987 no Relatório Nosso Futuro Comum da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, ao permitir que fosse reconhecido o impacto ambiental dos estilos de vida dos países mais e menos desenvolvidos.

Embora o relatório sugira que o crescimento econômico deva ser acompanhado da preservação do meio ambiente e distribuição de riqueza, ele não menciona a necessidade de alteração nos padrões de consumo das nações mais desenvolvidas (PORTILHO, 2005).

Esta alteração somente foi assumida a partir da realização da Rio 92, em que países em desenvolvimento junto a ONGs reuniram esforços para que os estilos de vida das nações desenvolvidas fosse definitivamente associado as causas da crise ambiental.

Apesar da tentativa das nações desenvolvidas em manter o foco da discussão em torno do crescimento populacional e das possibilidades tecnológicas de resolução da crise, a Agenda 21, a Declaração do Rio e o Tratado das ONGs, gerados a partir do encontro permitem observar a ocorrência do segundo deslocamento discursivo (PORTILHO, 2005). É importante ressaltar que segundo Durning (apud Portilho, 2005, p. 53-54):

Tanto o problema do crescimento populacional quanto do modelo produtivo receberam atenção e foram, adequadamente ou não, debatidos e até mesmo enfrentados. Com relação à problemática do consumo (...) existe uma dificuldade maior, justamente pelo fato de que esse estilo de vida é apreciado e desejado pela maioria da população do planeta.

Mesmo que a dificuldade em implementar ações de enfrentamento do consumo seja significativa (DIAMOND, 2005; MURPHY, 2001; PORTILHO, 2005), iniciativas para reverter tal quadro (as quais serão mais bem descritas em capítulo posterior), tornam-se realidade em alguns países desenvolvidos, cuja parcela das políticas ambientais passa a contemplar a questão.

Este direcionamento não subentende que investimentos em melhorias na produção visando à diminuição de seus impactos ambientais tenham se esvaecido, inexistindo consenso no meio acadêmico sobre até que ponto pode-se ainda otimizar sua relação com o meio natural.

Os argumentos de Portilho (2005) explicitam a centralidade das discussões em torno da questão do consumo, mas devemos destacar que este tema tem sido analisado por alguns outros autores sob diferentes pontos de vista.

Wong (2001) analisa as percepções de estudantes universitários de Taiwan sobre os problemas ambientais e sobre a questão do consumo. O autor afirma que um tema que tende a ser tornado popular na análise ambiental é o que considera o aumento dos padrões de consumo como a principal causa dos problemas ecológicos.

No caso específico de Taiwan, o autor afirma que o desenvolvimento econômico existente nas últimas décadas, aliado ao proporcional incremento do consumo, foi

notável e se refletiu, por exemplo, no crescimento da produção de lixo doméstico, que dobrou entre os anos 80 e 90.

Tal fato é percebido pelos estudantes entrevistados, sendo que 86% deles assumem que a afluência crescente da sociedade de Taiwan tem levado a um superconsumo dos recursos. Wong (2001) conclui que para alcançar um desenvolvimento sustentável, os padrões de consumo e estilos de vida prevalentes em Taiwan devem ser mudados.

O conceito de afluência citado na pesquisa realizada por Wong (2001) também é discutido por Harper (1996). Este autor discorre sobre um modelo elaborado por Paul Ehrlich e por John Holdren que resume o impacto humano sobre o meio ambiente em uma equação:

$$I = P \times A \times T$$

Segundo tal modelo, o impacto ambiental das ações humanas seria relacionado ao tamanho de sua população, ao seu nível de afluência e aos efeitos das tecnologias que suportam tal afluência. Para Harper (1996), a equação acima nada mais seria do que uma forma simples de ilustrar as diferentes, mas relacionadas, dimensões do impacto ambiental. Tal impacto se daria em função do número de pessoas, das tecnologias que elas empregam para produzir bens e da quantidade de bens que elas consomem.

De acordo com Harper (1996), o consumo ou a afluência descritos no modelo se constituem em aspectos de suma importância em nossa sociedade, pois segundo o paradigma vigente nos países mais desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos, estes seriam pré-requisitos para a felicidade, embora tal fato nem sempre seja comprovado em estudos científicos.

Além disso, Harper (1996) afirma que a questão do consumo tem chamado à atenção dos cientistas sociais e vêm sendo estudado junto ao fenômeno da desigualdade social, que estaria ocorrendo de forma crescente entre as nações e também entre as classes sociais de um mesmo país.

Para o autor, tanto os altos quanto os baixos níveis de consumo, associados à alta ou a baixa concentração de renda, seriam capazes de impactar o meio ambiente. Por exemplo, enquanto os mais ricos tendem a consumir quantidades desproporcionais de comida, energia e bens manufaturados; os mais pobres tendem a ocupar e super explorar os recursos naturais locais em busca de sobrevivência, o que inclui erosão do solo e desmatamento.

Além disso, pessoas com menos recursos financeiros não poderiam arcar com produtos menos poluentes e mais eficientes quanto ao consumo de energia, que geralmente são mais caros.

Segundo Kennedy (1993), a importância do impacto ambiental decorrente do consumo se relaciona a constatação de que a Terra não dispõe de recursos naturais suficientes para sustentar a exploração humana e nem para absorver os rejeitos gerados pela mesma, especialmente se todas as nações menos desenvolvidas chegarem a alcançar o patamar de desenvolvimento dos países centrais e adotarem o estilo de vida neles atualmente vigente. Tal pensamento é corroborado por Altvater (1995, p. 25), que afirma:

O modelo da industrialização capitalista visivelmente não é universalizável; as exceções bem sucedidas desta regra não chegam a invalidá-la. A sociedade capitalista afluenta possui um lado ordeiro ao Norte, e um lado desordeiro ou caótico ao Sul. Não parece ser possível espalhar pelo mundo inteiro um modo de vida e de trabalho que, em primeiro lugar, se baseia em um elevado consumo energético e material (...).

Furtado (1983, p. 08) segue na mesma direção e alega que a concretização do ideal de universalização do desenvolvimento existente nos países desenvolvidos seria impossível e por essa razão o “progresso” e o “crescimento econômico” tais como são concebidos e propagados constituiriam um mito. Este mito se relaciona com a crença de que:

O desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente, pretende-se que os padrões de consumo da minoria da humanidade (...) sejam acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão, que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa idéia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.

Kennedy (1993) afirma que o aumento projetado para a população mundial não poderá ser sustentado caso sejam mantidos os atuais padrões de consumo. Para o autor, como 95% do crescimento populacional estimado para o globo até o ano 2025 concentra-se nos países em desenvolvimento, algumas pessoas podem incorrer o erro de acreditar que reside em tais nações a raiz do problema: bastaria uma redução no ritmo de aumento populacional em tais países para haver uma queda na demanda por recursos naturais.

Contudo, Kennedy (1993), deixa claro que as regiões setentrionais mais desenvolvidas exercem uma pressão significativamente maior sobre os recursos naturais, pela simples razão de que praticam altos níveis de consumo. O autor evidencia

desta maneira que não é sensato focar apenas na questão do aumento populacional, pois não somente a quantidade de pessoas na terra, mas o modo de vida que tais pessoas adotam são forças capazes de promover o desequilíbrio ecológico.

Kennedy (1993, p. 29) exemplifica o impacto que altos níveis de consumo podem imprimir a partir da comparação entre os patamares de utilização de insumos tais como o petróleo. Segundo o autor, em 1989 os Estados Unidos, que detêm apenas 4% da população mundial em seu território, consumiram dez vezes mais petróleo que a Grã Bretanha ou o Canadá e centenas de vezes mais do que muitos países subdesenvolvidos.

Segundo um cálculo, o bebê americano médio representa duas vezes mais dano ambiental de uma criança sueca, três vezes o de uma italiana, 13 vezes o de uma brasileira, 35 vezes o de uma indiana e 280 vezes o de uma criança chadiana ou haitiana, porque o seu nível de consumo será, durante toda a vida, muito maior.

Apesar de expor a problemática do crescimento populacional associada aos altos níveis de consumo como ponto central para a análise da crise ambiental, Kennedy (1993, p. 29) afirma há quem veja o incremento do número de pessoas e de consumidores no planeta como algo positivo.

Na opinião dos otimistas, os recursos naturais não constituem uma quantidade absoluta que está sendo desgastada; pelo contrário, muitos recursos são criados pela inventividade e o trabalho humanos, e a tecnologia tem uma capacidade infinita de produzir novos recursos. A escassez de um produto, como o petróleo, leva à busca de (e a descoberta de) novas reservas, e à criação de formas alternativas de energia (...).

Isto indica que embora pareça evidente que “se não controlarmos o mais depressa possível os danos ao meio ambiente (...) pagaremos um preço pesado pela nossa negligência coletiva” (KENNEDY, 1993, p.29), serão encontradas entre o meio acadêmico opiniões contrárias. Há quem acredite que um número maior de pessoas consumindo seria extremamente benéfico para a economia mundial, gerando empregos e riquezas, e que para sustentar ambientalmente esta situação lançar-se-ia mão de soluções tecnológicas que contornariam os limites existentes.

Contrariando esta possibilidade de consumo infinito, Altvater (1995) utiliza dois conceitos oriundos da física termodinâmica para explicitar os contornos que delineiam a relação humanidade e natureza: o primeiro é o de sintropia, que pode ser definido como um sistema fechado de elevada ordem, fonte de recursos energéticos; e o segundo é o de entropia, que pode entendido como a conversão de energia livre em energia vinculada.

A fonte primária de sintropia para a evolução da vida na face da Terra é a radiação solar direta. O desenvolvimento técnico é alimentado

essencialmente por carvão, petróleo e gás, provenientes de radiações solares recebidas anteriormente (...). A exploração de ilhas não renováveis de sintropia positiva para o nosso processo de criação de valor tem desvantagens em relação aos processos utilizados pela natureza no nosso planeta, e constitui a causa essencial de uma ampla parcela das nossas dificuldades globais: nós estamos gastando o que não pode mais ser repostado – e, portanto, estamos consumindo a própria substância (...). (DÜRR apud ALTVATER, 1995, p.45)

Para o autor, o planeta em que vivemos é um sistema fechado e, por essa razão, a exploração dos recursos naturais com fins a manutenção das altas taxas de consumo é limitada. Entretanto, Altvater (1995) alega que existem ilhas de sintropia que podem ser exploradas de maneira desigual pelos países, fazendo com que, embora os recursos naturais do planeta como um todo sejam limitados, a apropriação dos mesmos pelas diferentes nações seja distinta.

Tal fato permite que Estados desenvolvidos consumam fontes energéticas e descartem detritos em quantidade desproporcional se comparados a outros menos desenvolvidos, que não poderiam sequer pleitear um modelo similar, devido aos limites totais existentes.

A Terra constitui, em ampla medida, um sistema fechado (este sistema é aberto em relação à radiação diária de energia do Sol e ao “buraco negro” noturno do espaço, que absorve o aquecimento), mas os Estados nacionais isoladamente não são assim. Eles podem importar matérias-primas e energia, e exportar rejeitos sólidos, líquidos e gasosos. Portanto, em princípio, cada país pode melhorar seu balanço de entropia enquanto piora o balanço de outros países ou regiões, na medida em que exterioriza seus problemas ecológicos relativos à produção e ao consumo. (ALTVATER, 1995, p.37)

Estas colocações nos levam a acreditar que, embora possa existir quem defenda o crescimento ilimitado do consumo humano, existe uma ampla gama de autores que destacam e descrevem os impactos negativos decorrente deste consumo, fazendo com que ele se consolide como aspecto de suma importância na discussão sobre a crise ecológica.

2.3.3 Relevância social, cultural e psíquica do consumo

Embora muitos argumentos nos levem a considerar o consumo um elemento central no debate ambiental contemporâneo, ações nessa área atingem alto grau de complexidade: o consumo é fator estruturante dos modelos econômicos em curso, sendo vital também nas relações coletivas e individuais.

Featherstone (1995) afirma que o consumo na atualidade pode ter sua importância delimitada em quatro esferas distintas: econômica, social, cultural e psíquica. Na esfera econômica o consumo de bens e serviços seria a base para a geração de riquezas e empregos, sustentando o sistema econômico vigente e se constituindo em condição para o crescimento econômico.

Na esfera cultural, o consumo, próprio de cada cultura, pode ser compreendido como uma expressão coletiva de um grupo populacional. Na esfera social, o consumo seria capaz de mediar e promover a interação entre grupos e indivíduos, sendo muito importante para a definição de papéis sociais.

Já na esfera psíquica, o consumo teria importante função na constituição da identidade individual, sendo um canal por meio do qual os indivíduos podem revelar suas crenças e valores, assumindo determinados papéis e inserindo-se em grupos sociais.

Cohen e Murphy (2001) afirmam que, primeiramente, o consumo relaciona-se com o objetivo que as pessoas têm em se manterem vivas, como, por exemplo, o que se dá a partir do consumo de alimentos. Os autores destacam, no entanto, que quando se têm em mente países economicamente mais desenvolvidos o consumo não pode ser visto apenas sobre esse ponto de vista.

À medida que as pessoas se tornam mais ricas o significado material do consumo declina, passando a relacionar-se com objetivos sociais e psicológicos, tais como o desejo de pertencimento a certos grupos sociais e a busca por *status*.

Levando-se em conta as esferas sociais, culturais e especialmente, a psíquica, a importância do consumo na atualidade funda-se em mudanças na estrutura social relacionadas aos estilos de vida, que anteriormente calcavam-se na produção e no trabalho, passando, na sociedade presente para as esferas do lazer e do consumo.

Se antes o principal referencial identitário e de inserção coletiva centrava-se na atividade laboral realizada pelo indivíduo, ou seja, em sua profissão, hoje este abrange a posse de bens e os hábitos de consumo (PORTILHO, 2005).

Para Zaveckoski (2001) trabalhadores na força de trabalho capitalista têm dificuldade de obter por meio do seu trabalho os níveis de auto-estima, eficácia e autenticidade que desejam. Conseqüentemente, eles procuram formas de satisfação a partir do consumo de bens materiais.

Além da diminuição do trabalho como alicerce no referencial identitário, há autores que apontam ainda outros fatores que podem ajudar a compreender o papel do

consumo nas esferas culturais, sociais e psíquicas. Hobson (2001) se baseia em Beck e Giddens para afirmar que estão em erosão na sociedade pós-moderna as formas tradicionais de construção da identidade social, tais como a classe e a religião.

Os indivíduos desta sociedade teriam então que se responsabilizar por suas escolhas, questionando-se constantemente sobre sua trajetória de vida, sobre como querem ou podem viver. A identidade social seria mais fluida e sujeita às rápidas transformações nos âmbitos da vida social, podendo se apoiar então no consumo de objetos, cujas características e significados seriam bastante dinâmicos.

Zavestoski (2001) distingue os estudos que tratam da relação entre o consumo e a formação da identidade social em duas diferentes vertentes teóricas. Na primeira, estudos na área de Marketing indicam que o consumo é parte do processo de formação do auto-conceito porque a estrutura psíquica seria maleável o suficiente para permitir que os consumidores busquem alcançar satisfação por meio da aquisição de item diversos, associem suas identidades a determinadas marcas ou acreditem que certos produtos, sob o ponto de vista de seu poder simbólico, detêm prestígio o suficiente para lhes aumentar a auto-estima.

Uma segunda vertente teórica, ligada à sociologia, a antropologia e aos estudos sobre a cultura, apresenta uma visão mais crítica quanto à relação entre consumo e formação de identidade.

Para Zavestoski (2001), estudos feitos por Baudrillard (1981, 1983), Bourdieu (1984), Featherstone (1991) e Jameson (1984) indicam que a proliferação de bens materiais na sociedade atual, calcada no consumo, está tornando os indivíduos “esquizofrênicos” que buscam criar identidades em um mundo repleto de símbolos e sinais transitórios e efêmeros. Tal fenômeno permitiria que as estruturas sociais estratifiquem-se tendo como base a questão do consumo de produtos e serviços.

Em meio aos debates sobre a relação entre consumo e as esferas sociais, culturais e psíquicas da vida humana, notam-se também os estudos que investigam a posse de objetos e seu significado. Cohen e Murphy (2001) analisam o significado da posse de objetos a partir de sua utilidade, interconexão e simbolismo.

Segundo tais autores, a escolha, aquisição e posse de produtos não se limitam a sua funcionalidade, durabilidade e preço – que estariam mais relacionados a sua utilidade. Os sujeitos levariam em conta a relação de um objeto com outros bens e serviços que já possuem e a simbologia associada a tais posses.

Cohen e Murphy (2001) partem de Baudrillard para afirmar que poucos objetos hoje são oferecidos sozinhos, fora de um contexto de objetos que ‘falem’ por eles. E isso muda a relação do consumidor com o objeto: ele não mais se refere a um objeto a partir de sua utilidade específica, mas a partir da significação total de um conjunto de objetos.

Máquinas de lavar roupas, refrigeradores e máquinas de lavar louças levam consigo diferentes significados frente ao que cada uma individualmente representa. As vitrines, a publicidade, o fabricante e a marca, que têm um papel crucial, impõem uma visão coerente e coletiva, como se eles fossem quase uma totalidade indissociável, uma série. Assim não temos mais apenas uma seqüência de meros objetos, mas uma cadeia de significados, levando os consumidores para uma série de motivações mais complexas. A simbologia associada aos produtos também é descrita por Featherstone (1995, p. 35):

Comida e bebida, em geral, são mercadorias de vida curta, mas nem sempre: uma garrafa de vinho do Porto de boa safra, por exemplo, pode gozar de prestígio e exclusividade; isso significa que ela nunca será consumida de fato (isto é, aberta e bebida), embora possa ser consumida simbolicamente de diversas maneiras (contemplada, desejada, comentada, fotografada ou manipulada) que propiciam uma grande dose de satisfação. É nesse sentido que podemos designar o aspecto “duplamente” simbólico das mercadorias nas sociedades ocidentais contemporâneas: o simbolismo não se evidencia apenas no design e no imaginário embutido nos processos de produção e marketing; as associações simbólicas das mercadorias podem ser utilizadas e renegociadas para enfatizar diferenças de estilo de vida, demarcando as relações sociais.

O contexto brasileiro apresenta contornos específicos que podem indicar um impacto ainda maior do consumo na formação de identidade e na mediação da relação entre os grupos sociais. O Brasil é um país que tem sido influenciado pela cultura norte americana, em que o consumo é supra valorado. Além disso, o país vive séculos de brutal desigualdade social.

Podemos nos questionar se, nestas condições, o uso de bens como forma de estratificação social e distinção de classe não poderia ser ainda mais exacerbado: ao ascender socialmente as pessoas necessitariam demonstrar a partir de suas posses que já não estão inseridas nos grupos menos privilegiados, o que se daria, por exemplo, por meio da aquisição de automóveis luxuosos, vestimentas de marcas internacionais e adoção de hábitos e atitudes similares as das altas classes.

Sob o ponto de vista dos objetivos desta pesquisa, a mais importante conclusão que os estudos anteriormente mencionados nos deixa é que não seria possível examinar a percepção dos indivíduos em relação ao consumo com se estes fossem agentes

autônomos. Ou seja, não se pode deixar de ter em mente a ampla gama de influências sociais e culturais nas quais o consumo individual está inserido.

É possível desde já supor que tais influências sociais e culturais relacionadas ao consumo em muito impactaram as respostas que os sujeitos da pesquisa apresentaram quando forem levados a refletir sobre suas próprias ações na área.

Zavestoski (2001) ao investigar se a preocupação com o meio ambiente e as posições anti-consumistas são parte do auto-conceito individual revela que apenas um pequeno número de pessoas têm valores altamente desenvolvidos no que tange a preocupação a natureza, embora seja comum que as pessoas tenham atitudes favoráveis a um meio ambiente mais limpo e preservado. O autor conclui que só uma minoria das pessoas desenvolveu uma preocupação mais consistente no que se refere às conseqüências de suas ações e comportamentos individuais sobre o meio ambiente.

Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998, p. 49) destaca ainda que embora muitas pessoas quando abordadas possam demonstrar atitudes positivas em relação ao meio ambiente, tais atitudes nem sempre correspondem a comportamentos na mesma direção, tornando a incorporação de ações práticas ecologicamente corretas um desafio.

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup a respeito de problemas do meio ambiente, maiorias significativas, tanto no Norte como no Sul, classificaram tais problemas como "muito importantes". Resultados muito próximos foram obtidos em pesquisas de opinião nacionais nos EUA e na Holanda (...). Na maior parte desses estudos, os consumidores também expressaram a vontade de procurar mais por produtos menos danosos ao meio ambiente, ou pagar impostos mais altos em apoio a medidas de proteção ambiental. Porém, como nos alertam freqüentemente especialistas em pesquisas, as atitudes não correspondem necessariamente ao comportamento.

Tais informações aliadas às demais citadas neste capítulo mostrar-se-ão fundamentais para compreender as respostas dos jovens frente à relação do consumo com o meio ambiente.

2.3.4 Ações para lidar com os impactos ambientais do consumo

Sendo o consumo um fator tão significativo no contexto atual, um dos aspectos mais controversos é pensar sobre soluções para o modo de vida predominante em nossa sociedade.

De acordo com Diamond (2005) esta é uma questão complexa já que o primeiro mundo, por si só, mantém hoje um ritmo de consumo não sustentável, sendo politicamente improvável que os governantes destes países proponham aos seus habitantes a diminuição no consumo de recursos ou na produção de resíduos. Aliás, a definição do que seria um consumo mínimo e, por outro lado, no que consistiria um consumo perdulário, são aspectos polêmicos em que não prevalece um consenso (FELDMANN, 2003).

Diamond (2005) deixa claro que a problemática relativa ao consumo não se limita ao hemisfério Norte. Os padrões de consumo ali adotados são refletidos por meio, entre outras formas, dos meios de comunicação, à população do terceiro mundo, cuja tendência é aspirar ao mesmo estilo de vida.

As conseqüências desta aspiração aos padrões de vida do primeiro mundo entre os demais países, na opinião de Diamond (2005), são pressões em duas direções: o aumento no patamar de consumo entre nações cuja economia vem crescendo nas últimas décadas (como na China, Índia e em alguns países do leste asiático) e a ocorrência do fenômeno da imigração de pessoas aos países desenvolvidos, buscando inserção no modelo vigente. Segundo Diamond (2005, p. 593):

(...) o problema populacional esmagadoramente mais importante para o mundo como um todo não é a alta taxa de aumento populacional no Quênia, Ruanda e alguns outros países pobres do Terceiro Mundo (...). Em vez disso, o maior problema é o aumento do impacto humano total, como resultado da melhora do padrão de vida do Terceiro Mundo, e de indivíduos do Terceiro Mundo se mudando para o Primeiro Mundo e adotando seus padrões. (...) Mesmo que a população do Terceiro Mundo não existisse, seria impossível para o Primeiro Mundo manter o padrão atual, porque não está em estado sustentável e sim, exaurindo os seus recursos e os importados do Terceiro Mundo.

Tal fenômeno é igualmente observado por teóricos que analisam a evolução no tratamento das questões ambientais no contexto brasileiro nas últimas décadas:

O consumo mundial e brasileiro vem crescendo em vários aspectos gerando impactos desiguais entre países e entre regiões de um mesmo país. As “pegadas ecológicas”, ou seja, o quando se afeta o meio ambiente, dos países desenvolvidos são quatro vezes maiores do que as dos países de menor renda. (WWF apud CAMARGO et al, 2002, p.9)

Até agora, o caminho trilhado pelo Brasil e por outros países em desenvolvimento, no que diz respeito aos padrões de consumo e produção é muito similar ao dos países já desenvolvidos, replicando (...) o caminho de uso não sustentável dos recursos naturais anteriormente percorrido. (CAMARGO et al, 2002, p.9)

Camargo al (2002, p. 09) ainda ressaltam que embora altos níveis de consumo sejam comumente associados às populações dos países desenvolvidos, podem existir nos países em desenvolvimento camadas da população com padrões de compra iguais ou ainda mais elevados: “em alguns aspectos, a população rica dos países em desenvolvimento como o Brasil consomem até mais que a população dos países ricos”.

Logo, o dilema existente tanto no que se refere ao Brasil como aos demais países consiste em “como encorajar as pessoas a adquirirem um padrão de vida mais alto, sem minar tal padrão através da exploração excessiva dos recursos globais” (DIAMOND, 2005, p.593).

Considerando-se a importância que o consumo assume em nossa sociedade, mas tendo em mente os problemas ambientais a ele associados, partem da perspectiva do desenvolvimento sustentável algumas propostas.

Cohen e Murphy (2001) categorizam as propostas de ação relativas aos problemas ambientais decorrentes do consumo em três grupos: as de ordem econômica, as de ordem tecnológica e as de ordem social, tendo as duas primeiras dominado as a maior parte das discussões.

As propostas de ação de ordem econômica baseiam-se na economia neoclássica e sugerem que o mercado deva funcionar plenamente e que os problemas em geral decorrem da falta de boas informações disponíveis para os indivíduos e preços ajustados. Da esfera econômica surgem então ações tais como a internalização dos custos relacionados à destruição ambiental, a remoção de subsídios inadequados, a prática de eco-rotulação e eco-impostos, além da melhoria na qualidade das informações circulantes no mercado.

Cohen e Murphy (2001) criticam alguns aspectos destas propostas, especialmente o fato de elas pressuporem que os consumidores são sempre racionais e autônomos, o que, tendo em conta as interações sociais, culturais e psíquicas relacionadas ao consumo deixam em aberto sérios questionamentos.

As propostas de ação de ordem tecnológica baseiam-se principalmente nas áreas de *design* e engenharia e sugerem que os problemas ambientais sejam resolvidos a partir de invenções técnicas. Segundo Cohen e Murphy (2001), nesta área os estudos consideram a relação entre os recursos e a fluidez dos materiais; e os *inputs* e *outputs* de energia, tendo como objetivo a máxima eficiência do sistema.

Ações de ordem tecnológica incluiriam melhoramentos no *design* dos produtos fazendo com que estes tenham menor impacto sobre o meio ambiente (especialmente na

fase de utilização), o uso de ferramentas como a análise do ciclo de vida dos produtos, a obrigatoriedade por parte das empresas de receber os produtos já utilizados de volta, dando-lhes o aproveitamento ou descarte adequado, o estímulo ao tele-trabalho, etc. (COHEN e MURPHY, 2001).

Tais propostas recebem críticas na medida em que promovem um otimismo exacerbado ao inferir que todos os problemas podem ser solucionados pela tecnologia, além de não incluir reflexões sobre como os indivíduos vão lidar com tais invenções, desconsiderando também os possíveis efeitos de segunda ordem (COHEN e MURPHY, 2001).

Medidas técnicas são, na melhor das hipóteses, de eficácia apenas parcial na solução de problemas ambientais. Especialmente a longo prazo, o efeito dos níveis cada vez mais altos de consumo e o crescimento acelerado da população mundial neutralizarão as vitórias obtidas, a curto prazo, com a adoção de tecnologias mais eficientes. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1998, p. 23)

Kennedy (1993) ainda aponta que as soluções de cunho tecnológico devem ser avaliadas dentro de um contexto. Embora possam ser eficazes, no mundo atual, nem sempre tais tecnologias estão à disposição de todos os indivíduos ou de todas as nações. Pelo contrário, segundo o autor, muitas nações pobres, por exemplo, que necessitariam de soluções tecnológicas não detêm recursos para desenvolvê-las ou adquiri-las. Além disso, as empresas multinacionais têm cada vez mais assumido o papel de grandes detentoras de tecnologia, utilizando-as segundo seus próprios interesses.

Segundo Murphy (2001) as propostas de natureza econômica ou tecnológica são importantes, mas é necessária uma expansão nos horizontes, incluindo a dimensão social e ações a ela associadas. Para o autor, as invenções tecnológicas podem colaborar positivamente na modernização ecológica do consumo, mas é necessário também observar os processos sociais que estão escondidos atrás das mudanças nos comportamentos do consumidor.

Para Murphy (2001) políticas que encorajam e requeiram mudanças tecnológicas orientadas aos produtos podem ser parte do programa, mas uma concepção mais ampla é necessária. Para de fato reestruturar as práticas de consumo por meio da integração das preocupações ambientais as políticas públicas deverão reconhecer pelo menos três questões: o papel que o consumo tem na formação de identidades; as características relacionais das práticas de consumo e os constrangimentos na estrutura-infra-estrutura relacionadas ao consumo.

As propostas de ordem social incluem idéias como a do consumo sustentável e sugerem ações que poderiam ser implementadas pelos governos, tais como mudanças nos currículos escolares, promoção do debate público sobre consumo e qualidade de vida e, até, restrições nas mensagens enviadas via campanhas publicitárias (MURPHY, 2001).

Sobre a idéia de consumo sustentável, conforme Paavola (apud Bedante, 2004) esta pode ser caracterizada simplesmente como um padrão de consumo em que os impactos ambientais são minimizados. Segundo um dos relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998, p. 65), uma possível definição para o conceito de consumo sustentável seria:

O fornecimento de serviços e de produtos correlatos, que preencham as necessidades básicas e dêem uma melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo em que se diminui o uso de recursos naturais e de substâncias tóxicas, assim como as emissões de resíduos e de poluentes durante o ciclo de vida do serviço ou do produto, com a idéia de não se ameaçar as necessidades das gerações futuras.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1998, p. 65) ressalta que o “consumo sustentável não é uma quantidade específica entre o baixo consumo causado pela pobreza e o super consumo gerado pela riqueza, mas um padrão de consumo bem diferente para todos os níveis de renda pessoal em países do mundo todo.”

Além disso, o consumo sustentável seria amplo e abrangente, sendo capaz de envolver não somente o uso dos produtos em si, mas toda a extensão da cadeia ligada a sua produção, assim como os demais fatores ligados a sua utilização.

O conceito de consumo sustentável compreende toda a gama de produtos e serviços da sociedade em geral, os processos que os produzem e o consumo e a manufatura de muitos produtos colaterais e dependentes que o uso de um único produto ou o fornecimento de serviços implica. Por exemplo, a utilização do automóvel compreende todos os impactos ambientais durante a produção e o uso do próprio carro. Também implica a produção e o uso de petróleo, a construção de estradas, o uso do solo para estacionamento e os congestionamentos. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1998, p. 65)

Portilho (2005), considerando a dificuldade em normatizar ou regular o consumo, aponta a emergência de duas propostas, a do “consumo verde” e a do “consumo sustentável”, sendo necessário estabelecer uma distinção entre elas.

O consumo verde teria surgido “a partir da conjunção de três fatores, inter-relacionados: o advento (...) do ambientalismo público; a ambientalização do setor

empresarial (...) e a preocupação com o impacto ambiental de estilos de vida e consumo das sociedades afluentes” (PORTILHO, 2005, p.04). Os consumidores verdes seriam então aqueles que entre seus critérios de escolha optam por observar a variável ambiental, dando preferência a produtos que impactem menos o meio ambiente.

Enquanto o consumo verde tem como pressuposto mudanças comportamentais individuais e restringe-se a alterações tecnológicas e de design nos produtos, o consumo sustentável seria, segundo Portilho (2005) mais abrangente, baseando-se também em mudanças coletivas que afetariam a formulação de políticas públicas na esfera do consumo.

A diferenciação destacada por Portilho (2005, p. 134) aponta para um novo olhar sobre a questão, em que “o que importa não é exatamente o ‘impacto ambiental do consumo’ em si, mas antes, o ‘impacto da distribuição desigual de recursos naturais’, uma vez que tanto o ‘superconsumo’ quanto o ‘subconsumo’ são apontados como causando degradação social e ambiental.”

Assim sendo, apesar de as propostas de comercialização de produtos com menor impacto ambiental e da possível aceitação destes entre alguns extratos da população, refletindo uma ampliação da consciência ecológica em alguns níveis, persiste a idéia de que o padrão de consumo atual e sua dinâmica são incongruentes com a perspectiva de uma sociedade sustentável, indicando a necessidade de mudanças mais profundas na estrutura que temos hoje (PORTILHO, 2005).

Para Cohen e Murphy (2001) a importância da proposta de consumo sustentável reside justamente no fato de ela suscitar a necessidade de mudanças sociais. Os autores afirmam que os responsáveis pelas políticas públicas e privadas se apoiaram durante muitos anos na ciência e na tecnologia como propostas de ação para reverter problemas ambientais relacionados ao consumo, acreditando que tais problemas se deviam a processos produtivos perigosos ou geradores de grandes desperdícios.

Segundo os autores, embora publicações apocalípticas como *The limits of growth*) e *Blue print for survival* sugerissem que as coisas poderiam se tornar mais complicadas, os responsáveis pelas políticas públicas não perceberam a idéia de que os problemas ambientais levantavam questões básicas sobre a estrutura da sociedade. A emergência recente de um debate sobre políticas na área de consumo sustentável, contudo, pode representar uma iniciativa para superar algumas décadas em que se ignorou as dimensões sociais dos problemas ambientais.

Cohen e Murphy (2001) concluem que a questão do consumo sustentável não se limita a ações isoladas, tendo na realidade profundas implicações na estrutura política de nossa sociedade.

Portilho (2005) afirma que o consumo por um lado, pode ser um agente fortalecedor da desintegração social e política, reforçando a apropriação privada dos bens naturais e o individualismo, mas por outro pode também ser visto como um promotor da participação dos cidadãos em decisões que envolvem a coletividade, tornando o debate sobre as questões ambientais mais presente no dia-a-dia.

2.4 Racionalidade, valores e mudanças ambientais

Seguindo o ponto de vista dos autores que apostam no consumo sustentável como uma das alternativas mais consistentes para lidar com os problemas ecológicos atuais é preciso compreender como se dariam mudanças na estrutura da sociedade moderna que favorecessem novos comportamentos mais alinhados a proteção do meio ambiente.

Goodman et al (2001) analisam os preceitos de uma sociedade onde o consumo seja mais sustentável e acreditam que transformações nesta direção pressupõem a existência de outros tipos de racionalidade que não somente a instrumental.

Segundo tais autores, a visão reducionista pressupõe que o consumo sustentável seja largamente associado a uma questão tecnológica, a ser resolvida dentro dos parâmetros da racionalidade capitalista dentro de uma sociedade onde as relações de troca capitalistas têm penetrado em todas as áreas da vida econômica e social. Em uma segundo e menos restritiva concepção do consumo sustentável, tem-se como premissa racionalidades alternativas e formas de organização social que poderiam coexistir e potencialmente restringir o escopo das relações capitalistas de troca.

Guerreiro Ramos, entre outros autores, discute racionalidade ao teorizar sobre as relações sociais, embora tenhamos que ressaltar que esta temática se constitui em ponto central em muitos sistemas filosóficos, sendo desde a antiguidade um aspecto fundamentalmente relacionado às escolhas sociais e aos princípios orientadores da ação (CUNHA, 1990).

Ramos (1983) parte de Weber e Mannheim ao discorrer sobre o conceito, se referindo a duas categorias de racionalidade, denominadas “funcional” e “substantiva”.

Ramos (1983, p. 38) afirma que “atos ou elementos são funcionalmente racionais quando, articulados ou relacionados com outros atos ou elementos, contribuem para que se logre atingir um objetivo pré-determinado”. O autor também entende que:

(...) é substancialmente racional todo ato intrinsecamente inteligente que se baseia num conhecimento lúcido e autônomo de relações entre fatos. É um ato que atesta a transcendência do ser humano, sua qualidade de criatura dotada de razão. (...) A racionalidade substancial é estreitamente relacionada com a preocupação em resguardar a liberdade. (RAMOS, 1983, P.39)

Ao discorrer sobre o assunto, Ramos (1983) cita ainda outros teóricos como Voegelin, que igualmente assume a existência de dois tipos de racionalidade, as quais denomina pragmática e noética e cujos sentidos correspondem, respectivamente, às categorias “funcional” e “substantiva” propostas por Weber e Mannheim.

Segundo Voeglin (apud Ramos, 1983, p. 39) “a ‘qualidade’ de uma sociedade pode ser aferida à luz da razão noética. Esta qualidade é tanto maior quanto mais a razão noética assumir o caráter de força criadora e exercer influência sobre a vida humana”.

Contudo, há que se frisar que nas sociedades contemporâneas, marcadas pela industrialização e pela tecnologia, a racionalidade funcional vem sendo cada vez mais presente nas atividades – como no trabalho – e em outras esferas da vida humana (RAMOS, 1983). Ramos (1983, p. 40) dimensiona tal fenômeno ao afirmar que:

O operário de uma fábrica taylorizada, que executa o seu trabalho segundo as instruções, os tempos e movimentos preestabelecidos, adota uma conduta auto-racionalizada. O mesmo acontece com todos aqueles que se subordinam a padrões e normas constitutivas de uma carreira. O fazer carreira implica autodomínio, auto-racionalização da conduta de quem a pretende, que afeta sua vida fora e até a sua vida interior. (...) A vida é constante luta por promoções, melhoria, ascensões, tendendo assim, a diminuir o conteúdo de (...) simpatia, emoções e sentimentos.

Neste contexto, observa-se uma modificação significativa no cerne da orientação da ação humana, cujos objetivos afastam-se de um bem estar comum a todos e tendem a focar-se em uma preocupação com a auto-sustentação e a acumulação material, de cunho individualista. Sobre esse processo, Ramos (1981, p. 35) afirma que:

Através dos séculos de desenvolvimento comercial e industrial, a teoria política foi redefinida (...). Sua principal preocupação passou a ser a prosperidade material (...). O padrão ético inerente à teoria política substantiva foi substituído pela justificação moral do interesse imediato do indivíduo.

Estas mudanças foram capazes de afetar a estrutura da sociedade e as inter-relações que nela decorrem, já que prevalecem criaturas que tendem a comportar-se

segundo imperativos extrínsecos, havendo um arrefecimento da reflexão e da busca por uma conduta ética. (RAMOS, 1981). Com base em tais idéias, pode-se visualizar a existência de uma sociedade marcada por seres humanos que tendem à adoção acrítica de modelos impostos:

Homens e mulheres já não vivem mais em comunidades onde um senso comum substantivo determina o curso de suas ações. Pertencem, em vez disso, a sociedades em que fazem pouco mais além de responder a persuasões organizadas. (RAMOS, 1981, P. 51)

Goodman et al (2001) vislumbram dois cenários quando relacionam a questão da racionalidade à problemática ambiental. O primeiro, o qual os autores denominam “universalista”, propõe que as atividades de consumo sustentável possam ser caracterizadas essencialmente como uma parte das relações gerais de produção e consumo capitalistas focadas nas relações técnicas ou forças de produção e em suas conseqüências ambientais.

Assim, o consumo sustentável não proporia nenhuma mudança fundamental na sociedade capitalista e em sua distintiva racionalidade, mas apenas ajustes para reorientar a produção e o consumo em direção a algo mais ambientalmente amigável. O objetivo seria estimular um processo reflexivo e auto-cognitivo que levaria as demandas dos indivíduos e da sociedade a processos menos ambientalmente degradantes.

O segundo cenário descrito por Goodman et al (2001) baseia-se, conforme os autores, em uma diferente teorização do capitalismo, propondo que em vez de uma totalidade de relações de troca, a premissa subjacente seja a de que a racionalidade instrumental da economia capitalista não é universal. Assim, formas alternativas de organização social poderiam co-existir, e até mesmo conviver com a economia capitalista. Neste modelo, a economia capitalista estaria estruturalmente acoplada a outros sistemas com suas lógicas de operação próprias e a vida no mundo seria formada por várias relações sociais, de identidades, de interesses e de valores.

Os conceitos de racionalidade instrumental e substantiva serão utilizados neste estudo para analisar a orientação da ação dos jovens, de forma a melhor compreender suas tendências comportamentais e sua forma de valorar e posicionar-se frente aos problemas ambientais. É necessário, contudo, ressaltar que uma análise aprofundada sobre a questão da racionalidade pode demandar uma investigação mais específica, ficando este estudo limitado aos dados fornecidos pelo instrumento de coleta de dados empregado.

Além da questão da racionalidade, outros elementos vinculados ao pensamento e a ação humana têm sido estudados por teóricos quando o objetivo é compreender diferentes posicionamentos frente à problemática ambiental. Diversos autores partem do pressuposto que valores, crenças, atitudes e comportamentos são fatores determinantes na compreensão da relação entre homem e natureza.

Ester et al (2004) acreditam que embora a compreensão dos valores não seja o único elemento capaz de explicar o posicionamento dos indivíduos frente à problemática ambiental, estes são bastante importantes no processo de mudança cultural rumo a uma sociedade mais sustentável.

Para os autores pesquisas indicam que mudança de valores em algumas culturas em particular, por exemplo, no noroeste europeu, deram origem ao mais alto nível de consciência ambiental e suporte à proteção ambiental no mundo. Além disso, compreender o impacto dos valores e sua influência nas atitudes e comportamentos relacionados ao meio ambiente é o principal pré-requisito para o desenvolvimento e implementação de políticas ambientais.

Segundo Ester et al (2004), existem duas diferentes correntes teóricas que analisam a relação entre valores e posicionamento frente às questões ambientais: uma aposta na análise de valores pós-materialistas e outra que investiga valores básicos ou universais entre os seres humanos.

A primeira corrente é representada principalmente pelos estudos do cientista político americano Ron Inglehart, que acredita ocorrer na modernidade uma mudança dos valores relacionada ao crescimento econômico e a expansão dos estados de bem-estar social.

Para este teórico, a geração nascida no pós-guerra teria prioridades como a qualidade de vida e a auto-expressão. A degradação ambiental relacionada a sociedade industrial é vista por esta geração como uma ameaça aos esforços por uma melhor qualidade de vida, o que os tornaria mais conscientes sobre estes problemas e mais dispostos a agir em relação a eles.

Esta corrente recebe críticas que se direcionam principalmente a relação entre afluência econômica e atitudes a favor do meio ambiente. Sociólogos ligados a temática ambiental alegam que a consciência acerca dos problemas ecológicos não pode ser vista como um “luxo” entre habitantes de sociedades economicamente seguras (ESTER et al, 2004).

A segunda corrente, representada por diversos cientistas americanos, em sua maioria psicólogos, aponta *clusters* de valores definidos a partir de inventários. Tais *clusters* agrupariam valores que melhor explicariam o posicionamento das pessoas frente às questões ambientais. Estes *clusters* abrangem desde preocupações com o bem estar de um único indivíduo ou família até perspectivas ecocêntricas holísticas nas quais os seres humanos são vistos como parte indissociável do meio ambiente. Os *clusters* distinguem valores tais como interesse próprio, preocupação com os outros, preocupação com a biosfera, etc., (ESTER et al, 2004).

Baseados nas vertentes teóricas que relacionam valores a posicionamento frente às questões ambientais e em suas próprias pesquisas, Ester et al (2004) concluíram que a preocupação ambiental é parte de uma estrutura de atitudes baseada em valores, sendo que diferentes problemas ecológicos podem estar associados a diferentes tipos de valores. Isto possibilita que as pessoas tenham atitudes a favor do meio ambiente em alguns casos e contra o meio ambiente em outros, dependendo dos valores aos quais as questões ambientais estão associadas (ESTER et al, 2004).

Ester et al (2004) concluem que nem sempre comportamentos ambientalmente corretos, tais como reciclagem, ativismo político e uso racional de energia, entre outros, formam um padrão consistente. A prática de um comportamento ecologicamente consciente não pressupõe o engajamento em outro e isso pode dever-se ao fato de que o mapeamento mental dos indivíduos consiste em uma heurística de decisão multifacetada, incluindo questões como conforto, saúde, segurança, preço, eficiência, efetividade e responsabilidade social, que parecem estar hierarquicamente ordenadas e em competição com a heurística ambiental.

Ester et al (2004) afirmam que um paralelo entre a consciência ambiental e o comportamento a favor do meio ambiente não é incontestável. Muitos estudos indicam que indivíduos com altos níveis de consciência ambiental não são necessariamente caracterizados por forte aderência a um comportamento ambiental amigável.

Neste estudo priorizou-se investigar a racionalidade predominante entre os estudantes e sua possível influência na percepção dos mesmos em relação às questões ambientais. Ainda assim, é importante ressaltar que diferentes fatores, tais como valores e crenças, podem igualmente influir no comportamento dos indivíduos, podendo ser analisados junto aos jovens de Florianópolis em estudos posteriores.

3 METODOLOGIA

O processo de investigação de caráter científico difere da observação cotidiana na medida em que prioriza o controle sobre a qualidade do dado, assim como o cuidado com a forma pela qual se deu sua obtenção (CASTRO, 1998).

Segundo Köche (1997), no processo de construção da ciência torna-se essencial compreender as especificidades do método científico, que pode ser definido como a descrição e a discussão de critérios básicos que são empregados nos processos de investigação de caráter científico.

A metodologia abrange a formulação de hipóteses e problemas, métodos de observação e coleta de dados, definição e mensuração de variáveis, além de técnicas para analisar os dados obtidos (KERLINGER, 1979). Apresentamos a seguir as definições metodológicas referentes a este estudo.

3.1 Delineamento da pesquisa

Como o objetivo deste estudo é verificar a percepção dos jovens sobre os problemas ambientais, especialmente o consumo, incluindo agentes e ações para sua solução, optou-se pela realização de uma pesquisa de caráter predominantemente quantitativo, do tipo descritivo-interpretativa com corte e perspectiva seccionais e unidade de análise centrada no indivíduo.

Foi realizado um levantamento de dados, método que pode ser definido como a coleta de dados de uma população, com o objetivo de avaliar a incidência relativa, distribuição e inter-relações de fenômenos que ocorrem de forma natural (SELLTIZ, 1987).

3.2 Universo da pesquisa

O universo desta pesquisa constitui-se em jovens estudantes do ensino médio matriculados em escolas da rede particular e da rede pública estadual, situadas no município de Florianópolis.

A amostra é não probabilística e definida por conveniência. De forma a tornar o processo mais objetivo, foi realizado um levantamento junto a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina acerca das 10 escolas situadas no município de Florianópolis com maior número de alunos matriculados no ensino médio. Entre estas foram sorteadas aleatoriamente duas, que foram convidadas a participar do estudo.

O convite foi feito diretamente às diretoras das escolas sorteadas, por meio do envio de correspondências. Após o recebimento das correspondências, as diretoras das escolas foram contatadas por telefone e por correio eletrônico. Ambas as escolas concordaram em participar do estudo, porém solicitaram que a coleta de dados fosse realizada no início do ano letivo, quando os professores e os alunos dispõem de mais tempo livre para atividades tais como a pesquisa em questão.

Os sujeitos que responderam à pesquisa foram os estudantes presentes na data de aplicação do questionário nas turmas consideradas disponíveis a participar do estudo conforme a direção das escolas que consentiram em participar do projeto. Os estudantes foram entrevistados independentemente do ano letivo em curso e da idade. Apenas exigiu-se que estes cursassem o ensino médio e fossem residentes de Florianópolis.

3.3 Coleta de dados

Os dados foram coletados essencialmente de fontes primárias, por meio da aplicação de questionários. Segundo Selltiz et al (1987) os questionários de levantamento são elaborados antes da coleta de dados e permitem a exploração das relações entre variáveis, não possibilitando, no entanto, investigar com profundidade sentimentos ou interpretações dos informantes.

Antes da aplicação dos questionários os mesmos foram pré-testados junto a estudantes de escolas públicas e privadas. No pré-teste foram aplicados dez questionários, tendo sido observados aspectos tais como o tempo para preenchimento; compreensão das instruções e questões; clareza e entendimento das opções de resposta; e adequação da linguagem utilizada.

A partir dos resultados do pré-teste, os questionários foram alterados, de maneira à melhor adequarem-se ao modo de comunicação dos estudantes e no sentido de melhorar a identificação dos conceitos relativos à percepção dos jovens acerca dos aspectos estudados. Uma mudança importante também se refere ao tipo de escala

empregado na terceira questão do instrumento de coleta de dados: inicialmente era utilizada a escala de *Likert* - escala de concordância, porém, a partir das sugestões oriundas no pré-teste, optou-se pelo emprego de uma escala de cinco pontos em que as opções iam de “totalmente verdadeiro” a “totalmente falso”.

Após o pré-teste, a aplicação dos questionários ocorreu nas aulas de Biologia e foi conduzida pelos professores das escolas, que foram previamente contatados e orientados sobre os procedimentos relacionados à coleta de dados. Cogitou-se a possibilidade de a própria pesquisadora aplicar os questionários nas salas de aula, mas as diretoras julgaram ser mais adequado que os alunos fossem abordados pelos próprios professores, não alterando o cotidiano das aulas. Desta maneira, embora informados que o questionário relacionava-se a uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Santa Catarina, os alunos não tiveram um contato direto com a pesquisadora.

Foram aplicados 218 questionários, contudo, destes selecionamos 200, pois existiam 18 casos de alunos que estudavam em escolas situadas em Florianópolis, porém residiam em outros municípios. Destes 200 questionários, 128 referem-se a alunos da escola privada e 72 a alunos da escola pública. Esta diferença deve-se a determinação da direção das escolas participantes acerca do número de turmas que poderiam participar do estudo.

3.4 Análise dos dados

Levando em conta o caráter predominantemente quantitativo do estudo, a análise, que visa ordenar e sumarizar os dados coletados fazendo com que se definam respostas ao problema elaborado (GIL, 1994) foi predominantemente estatística.

Primeiramente, realizou-se a entrada dos dados, previamente formatados. Em um segundo momento, empregou-se ferramentas de estatística descritiva, tais como ponderações e cálculos de médias e porcentagens, a partir das quais pode-se realizar a análise dos dados, que foram posteriormente cruzados.

Os principais cruzamentos realizados tiveram como objetivo verificar se haviam diferenças nos resultados obtidos entre estudantes de escolas privadas e públicas e, também, entre pesquisados de diferentes faixas de renda familiar. Desta forma, averiguamos se variáveis tais como a renda e o tipo de escola influenciam de alguma maneira a posição dos jovens frente às questões ambientais.

Devido à fragilidade do arcabouço teórico e do tipo de amostragem utilizados, não foi possível realizar análises mais complexas, tais como as de correlação e de regressão.

3.5 Definição de termos

De maneira a delimitar as principais variáveis observadas neste estudo é necessário apresentar a definição dos termos relacionados à pesquisa conduzida juntos aos jovens de Florianópolis.

O primeiro termo a ser delimitado é o “**consumo**”, cuja definição adotada é aquela apresentada por Cohen e Murphy (2001). Segundo os autores o consumo é a aquisição, não necessariamente no mercado e com o uso de dinheiro; e o uso de objetos, serviços e lugares.

O segundo termo a ser delimitado é o “**problema ambiental**”. Para tanto, devemos nos referir primeiro a definição de meio ambiente. De acordo com Anger (2006), meio ambiente é aquilo que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas, incluindo desta maneira elementos urbanos ou não. Desta forma, um problema ambiental pode ser caracterizado como qualquer interferência negativa em tal meio ambiente.

O terceiro termo a ser delimitado é a “**racionalidade**”, cuja definição no dicionário Aurélio é “(...) a qualidade, socialmente construída, da atividade humana que é adequada às finalidades visadas.” Segundo Cunha (1990), a racionalidade se refere às escolhas sociais e aos princípios orientadores da ação humana.

Os últimos termos a serem definidos referem-se aos possíveis agentes capazes de liderar ações que visem contornar os impactos ambientais do consumo: “**mercado**”, “**Estado**” ou “**sociedade civil**”. Baseado em Gramsci, Harper (1996) afirma que a esfera política trata do poder e da governança, a esfera econômica trata dos meios de subsistência e da geração de renda e a esfera da sociedade civil se refere à promoção de normas de civilidade, tais como igualdade, justiça e direitos civis.

3.6 Limitações

Cabe afirmar que devido ao tipo de amostra empregado, este estudo tem sua capacidade de generalização limitada, pois os sujeitos que forneceram os dados não representam, necessariamente, o conjunto de características da população em questão.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão analisados os dados da pesquisa. A apresentação dos resultados se iniciará com a caracterização da amostra pesquisada. Posteriormente, abordaremos os resultados referentes à valoração da problemática ambiental e da questão do consumo, assim como as percepções sobre as ações e os agentes adequados para lidar com tal questão. Por fim, analisaremos a relação entre a racionalidade e os comportamentos relativos ao consumo.

De forma a complementar a análise, os resultados obtidos junto aos jovens de Florianópolis foram eventualmente comparados aos dados levantados em outros estudos anteriormente realizados. Segundo Ester et al (2004), a partir da década de 70 pesquisas sobre a preocupação dos indivíduos para com o meio ambiente vêm sendo conduzidas, tanto por agências comerciais como por cientistas sociais ligados a academia, sendo que utilizaremos aqui tanto uma como outra fonte de dados.

4.1 Caracterização da amostra

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Akatu, em parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), os jovens brasileiros são filhos do período pós-ditadura militar e sucederam à chamada geração rebelde e os *hippies* e pacifistas dos anos 60 e 70. Estes jovens cresceram em um mundo marcado pelo fim da Guerra Fria e pela globalização econômica.

Ainda segundo a pesquisa, os jovens enfrentarão uma forte competição em um mercado de trabalho estreitado pelo processo da globalização e pela reengenharia produtiva, estando, aparentemente, mais preocupados consigo mesmos do que com questões que envolvam a coletividade.

De fato, a maioria dos jovens que compõem a amostra utilizada neste estudo nasceu no início da década de noventa, tendo presenciado no Brasil um período de consolidação da democracia e de abertura econômica, acompanhadas de rápida modernização empresarial e tecnológica. Tais jovens têm acesso a um grande número

de informações sobre os mais diferentes assuntos e estes vivem uma era em que as distâncias são cada vez menores.

Embora os dados coletados não nos permitam aprofundamentos quanto às características demográficas dos jovens pesquisados, podemos afirmar que estes, em sua maioria, estudam em escola privada e têm entre 15 e 16 anos. A faixa etária dos estudantes encontrou maior variação na escola pública. Já na escola privada, houve maior homogeneidade neste quesito:

Tabela 1 - Distribuição da amostra por tipo de escola

Tipo de escola	Representatividade na amostra
Escola pública	36%
Escola privada	64%

Fonte: elaborado pela autora

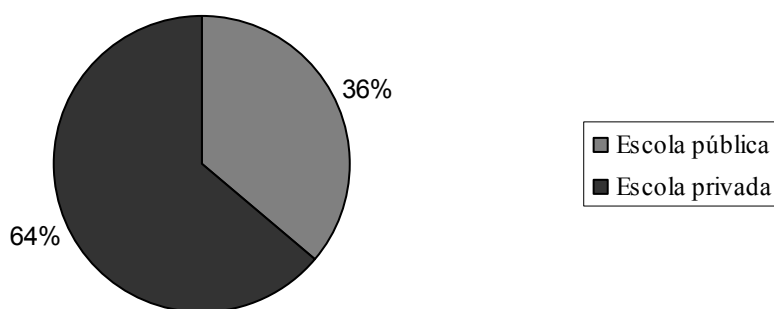


Gráfico 1 - Distribuição da amostra por tipo de escola

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 2 - Idade segundo tipo de escola

Tipo de escola	Idade							
	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	20 anos	NS\NR
Escola pública	0%	4%	12,5%	10%	6,5%	1,5%	1,5%	0%
Escola privada	1%	14,5%	24,5%	18%	6%	0%	0%	6%
Total	1%	18,5%	37%	28%	12,5%	1,5%	1,5%	6%

Fonte: elaborado pela autora

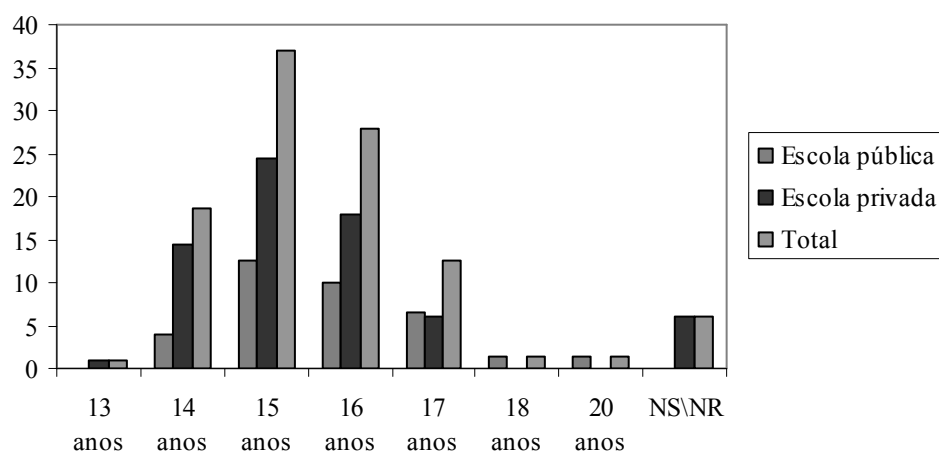


Gráfico 2 - Idade segundo tipo de escola.

Fonte: elaborado pela autora

Quanto ao perfil sócio-econômico, os estudantes da escola privada possuem, em sua maioria, renda familiar acima de R\$5000,00. Os estudantes da escola pública possuem rendas familiares bastante diferenciadas, mas, ainda assim, entre parte deles tal renda varia de R\$1001,00 a R\$3000,00:

Tabela 3 - Renda familiar segundo tipo de escola

Tipo de escola	Renda				
	Até R\$1000,00	De R\$1001,00 a R\$3000,00	De R\$3001,00 a R\$5000,00	Mais de R\$5000,00	de NS\NR
Escola pública	9%	16,5%	4%	2,5%	4%
Escola privada	0%	4,5%	9,5%	41%	9%
Total	9%	21%	13,5	43,5%	13%

Fonte: elaborado pela autora

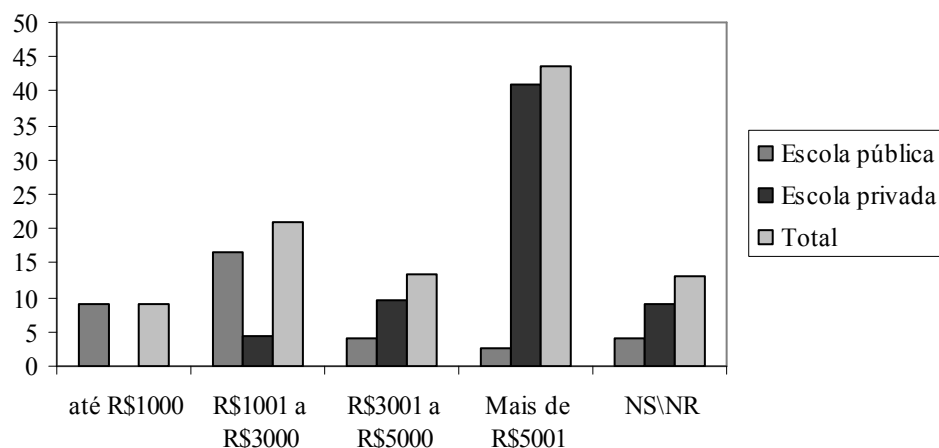


Gráfico 3 - Renda familiar segundo tipo de escola.

Fonte: elaborado pela autora

4.2 Valoração dos problemas ambientais

De forma a investigar espontaneamente qual valoração os estudantes atribuem à crise ambiental, em meio às demais questões existentes na realidade brasileira, pedimos aos mesmos que ordenassem sete categorias de problemas da atualidade.

Realizamos uma ponderação atribuindo mais pontos aos problemas considerados mais graves e os resultados indicam que, de forma geral, os estudantes, tendem a preocupar-se mais com a violência, a saúde e a educação do que com o meio ambiente. Contudo, enquanto os estudantes da escola privada colocam os problemas ambientais em quarto lugar, os da escola pública os colocam na última posição:

Tabela 4 - Valoração dos problemas da atualidade segundo tipo de escola

Tipo de escola	Problemas da atualidade – ponderação de pontos						
	Violência	Desemprego	Corrupção	Meio ambiente	Desigualdade social	Saúde	Educação
Escola pública	421	236	254	206	250	306	275
Escola privada	642	393	474	503	429	556	586
Total	1063	629	728	709	679	862	861

Fonte: elaborado pela autora

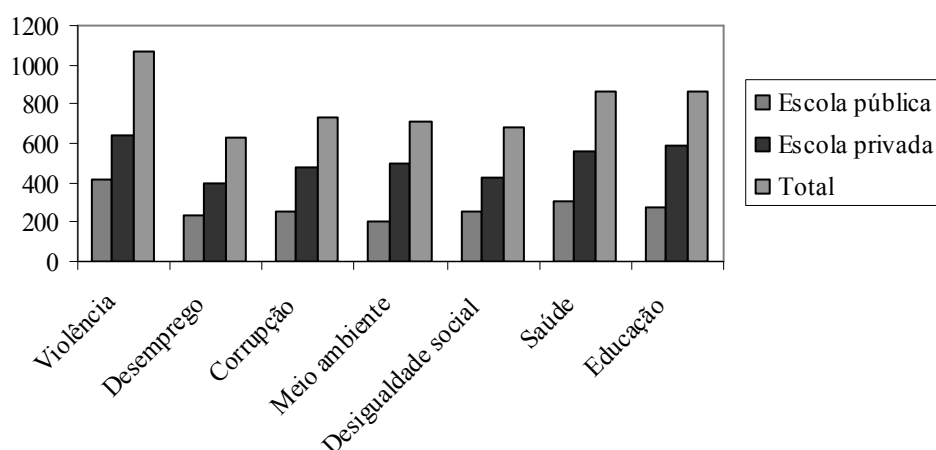


Gráfico 4 - Valoração dos problemas da atualidade segundo tipo de escola.

Fonte: elaborado pela autora

A tendência de diferenciação entre estudantes da escola pública e da escola privada quanto à valoração dos problemas ambientais se repete entre estudantes de diferentes rendas familiares. Observamos que estudantes com rendas familiares mais altas tendem a valorizar mais os problemas ambientais do que aqueles com rendas familiares mais baixas.

Tal resultado pode estar associado ao maior acesso a informações sobre o assunto por parte dos estudantes com rendas familiares mais altas ou a maior preocupação dos estudantes com rendas familiares mais baixas com questões básicas de sobrevivência, tais como segurança, saúde e educação, que podem ser mais agudas em sua realidade social.

Tabela 5 - Valoração dos problemas da atualidade segundo renda familiar

Renda	Problemas da atualidade – ponderação de pontos						
	Violência	Desemprego	Corrupção	Meio ambiente	Desigualdade social	Saúde	Educação
Até R\$1000,00	106	59	70	38	70	78	57
De R\$1001,00 a R\$3000,00	238	141	146	133	150	183	169
De R\$3001,00 a R\$5000,00	141	81	99	97	93	103	116
Mais de R\$5000,00	431	260	318	329	293	397	407

Fonte: elaborado pela autora

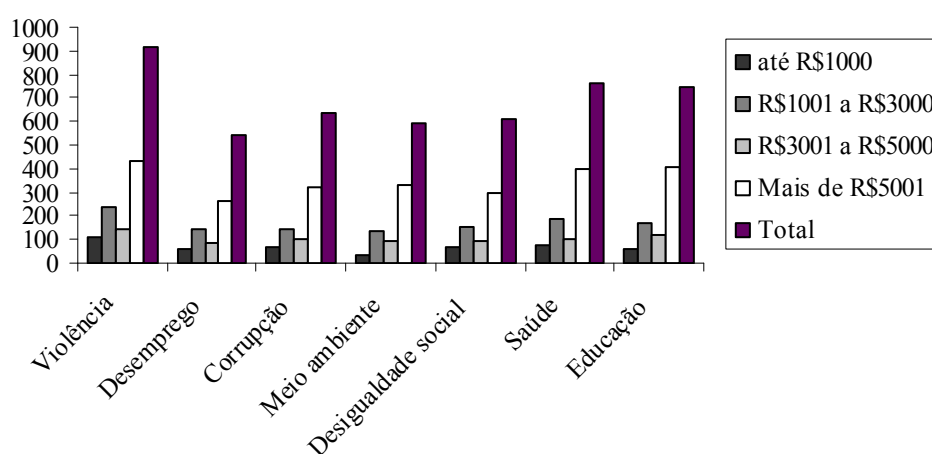


Gráfico 5 - Valoração dos problemas da atualidade segundo renda familiar

Fonte: elaborado pela autora

É importante ressaltar que, embora tenha sido entrevistado um menor número de estudantes de escolas públicas, houve um maior número de pesquisados deste perfil que considerou o meio ambiente como último problema com o qual se preocupa:

Tabela 6 - Número de jovens que colocam o meio ambiente em primeiro e em último lugar, segundo o tipo de escola

Tipo de escola	Número de jovens que colocam o meio ambiente em primeiro lugar	Número de jovens que colocam o meio ambiente em último lugar
Escola pública	05	23
Escola privada	16	19

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 7 - Número de jovens que colocam o meio ambiente em primeiro e em último lugar, segundo a renda familiar

Renda	Número de jovens que colocam o meio ambiente em primeiro lugar	Número de jovens que colocam o meio ambiente em último lugar
Até R\$1000,00	0	10
De R\$1001,00 a R\$3000,00	04	11
De R\$3001,00 a R\$5000,00	03	05
Mais de R\$5000,00	08	12

Fonte: elaborado pela autora

Estes resultados, se confrontados a outros dados coletados anteriormente, nos levam a interessantes comparações. A pesquisa “O que o brasileiro pensa do meio ambiente”, levantamento nacional de opinião realizado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião) a cada quatro anos, desde 1992, verificou que:

(...) de 1992 para 2001, evoluiu de 22% para 31% o número de pessoas que acreditam que o meio ambiente deve ter prioridade sobre o desenvolvimento econômico. Em quatro anos, de 1997 para 2001, cresceu de 23% para 31% o número de pessoas que estão convencidas de que os nossos hábitos de produção e consumo precisam de grandes mudanças para conciliar o desenvolvimento com a proteção ambiental. (CAMARGO et al, 2002, p.13)

Embora exista uma tendência de crescimento significativo no nível de informação e preocupação da sociedade brasileira para com as questões relativas à sustentabilidade nos últimos anos (CAMARGO et al, 2002), como verificado pela pesquisa citada, no caso dos jovens pesquisados em Florianópolis outros problemas chamam mais atenção, quando colocados lado a lado com as questões ambientais.

Isto pode estar relacionado ao fato de a pesquisa realizado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo ISER não ter sido realizada especificamente com jovens. Mas

também pode indicar que o meio ambiente, apesar de tender a ser cada vez mais valorado, perde relevância quando comparado aos demais problemas da realidade brasileira.

4.3 Valoração do consumo em meio aos problemas ambientais

Conforme já descrevemos, segundo Ester et al (2004), as percepções em relação aos problemas ambientais dependem de aspectos tais como cultura e valores. Embora não tenham pesquisado especificamente o público jovem ou a questão do consumo, estes autores investigaram, em meio aos aspectos ligados ao posicionamento dos indivíduos em relação ao meio ambiente, quais são os problemas ecológicos que mais chamam a atenção dos habitantes de diferentes países.

Os autores chegaram à conclusão que, enquanto na Holanda as pessoas estão preocupadas com a poluição do ar e da água e com a superpopulação, no Japão a preocupação é com o lixo industrial, com a poluição do ar e com a contaminação por químicos tóxicos. No Brasil, o que mais chama a atenção são os problemas ligados ao desmatamento e contaminação da água, que segundo Ester et al (2004) devem estar relacionados ao fato de o país concentrar um terço das florestas do mundo e possuir muitas deficiências em termos de saneamento básico e demais infra-estruturas urbanas.

Uma observação interessante formulada por Ester et al (2004) é a tendência das pessoas oriundas dos países em desenvolvimento em associar os problemas sócio-econômicos aos ambientais, ligando questões básicas de infra-estrutura com problemas ecológicos. Isso explicaria o fato de nestes países - onde o saneamento e a distribuição de água tratada podem ser deficientes - a poluição dos recursos hídricos ser comumente citada, enquanto que nos países em desenvolvimento, é a poluição do ar que fica em destaque.

Ainda segundo Ester et al (2004), é possível dizer que nos países em desenvolvimento os problemas ambientais mais presentes no âmbito local – por exemplo, na cidade ou na região - tendem a ser mais valorados do que as questões mais abrangentes, ou seja, aquelas que afetam o globo como um todo.

Tal fato pode ser observado na pesquisa realizada por Wong (2001) junto a estudantes universitários de Taiwan. Quando questionados sobre quais eram os principais problemas ambientais, os estudantes universitários de Taiwan apontaram a

poluição do ar, a destruição da camada de ozônio, a geração de resíduos sólidos e a poluição da água, sendo as duas primeiras questões de âmbito global.

No que se refere à pesquisa desenvolvida com os jovens de Florianópolis, o objetivo era verificar qual a importância os estudantes atribuem ao consumo em meio às demais questões ambientais, e por isso elaboramos uma lista com os nove dos doze problemas descritos por Diamond (2005). Estes problemas foram apresentados aos estudantes, aos quais pedimos que os ordenassem conforme sua importância.

Vale ressaltar que não utilizamos todas as categorias de problemas propostas por Diamond (2005) por acreditar que isso dificultaria a resolução da ordenação por parte dos pesquisados. É importante também destacar que não houve uma preocupação em distinguir problemas de âmbito local e global.

Os resultados indicam que a emissão de gases e a perda dos habitats naturais são os dois problemas ambientais listados por Diamond (2005) que mais preocupam os estudantes, tanto aqueles da escola pública como os da escola privada.

É importante ressaltar que, de forma genérica, a emissão de poluentes, representada pelos problemas “emissão de gases” e “emissão de produtos tóxicos”, assim como o dano direto aos habitats, representado pelos problemas “perda dos habitats naturais” e “perda da diversidade biológica”, chamam mais a atenção dos pesquisados do que a limitação dos recursos naturais, representada pelos problemas “limitação dos recursos hídricos” e “limitação dos recursos não renováveis”, mesmo tendo que tal limitação seja intensamente discutida no plano teórico, por autores como Altvater (1995) e Furtado (1983).

Podemos supor que tal comportamento esteja associado a maior exposição na mídia brasileira de casos e desastres ecológicos relacionados à emissão de poluentes e a destruição de ambientes naturais, como, por exemplo, os vazamentos de óleo no mar, os rompimentos de barragens liberando rejeitos de mineração em rios, o desmatamento, as queimadas, entre outros.

Outra hipótese passível de explicar a menor preocupação dos pesquisados em relação à limitação dos recursos naturais seja a crença por parte dos mesmos de que a tecnologia e a inteligência humanas serão capazes de pesquisar e encontrar novas fontes de recursos naturais ou explorar melhor as fontes existentes.

Enquanto a emissão de poluentes e o dano direto aos habitats dominam a atenção dos pesquisados, as questões populacionais - representadas pelos problemas “crescimento populacional” e “impacto do consumo humano” - tendem a despertar

interesse mediano, ocupando, respectivamente, o 7.º e o 6.º lugares nos resultados que se referem aos alunos como um todo.

É interessante ressaltar, contudo, que embora por muitos anos o crescimento populacional tenha ocupado lugar de destaque no meio acadêmico quando o assunto era crise ambiental, tendo sido também amplamente discutido na mídia, este gera menos preocupação entre os pesquisados que os impactos do consumo humano.

Ou seja, o deslocamento discursivo ocorrido no meio acadêmico em que o foco da atenção se altera dos problemas ligados ao crescimento populacional em direção aos problemas da produção e do consumo se reflete nos resultados obtidos. De alguma forma, sob influência ou não da produção científica, os pesquisados expressam maior preocupação com os impactos do consumo humano do que com o crescimento do contingente de pessoas no globo.

Quando se compara a importância atribuída ao crescimento populacional e ao impacto do consumo humano entre pesquisados de diferentes faixas de renda familiar, este resultado tende a se repetir, a exceção dos estudantes com renda de R\$3001,00 a R\$5000, 00, que colocam o crescimento populacional em 4.º lugar e o impacto do consumo humano em 6.º.

Em suma, o impacto do consumo humano se posiciona nos patamares intermediários, não sendo um problema ambiental que gera grande mobilização, mas também não se tratando de uma questão que passa totalmente despercebida.

Alunos de escolas públicas e privadas colocam o impacto do consumo humano em 5.º e 6.º lugares, respectivamente, havendo ligeira diferença entre os resultados segundo o tipo de escola.

Para compreensão dos gráficos e tabelas a seguir torna-se necessário explicitar as seguintes abreviações: “Lim. rec. não ren.” indica limites de recursos não renováveis; “Perda biod.” Indica perda da biodiversidade; “Erosão” indica erosão do solo; “Cresc. pop.” indica crescimento populacional; “Lim. rec. hid.” Indica limitação dos recursos hídricos; “Consumo” indica impactos do consumo; “Emissão de gas.” indica emissão de gases; “Perda.hab.” indica perda dos habitats naturais e “Emissão prod. tox.” indica emissão de produtos tóxicos.

Tabela 8 - Valoração do consumo segundo tipo de escola

Tipo de escola	Problemas ambientais – ponderação de pontos								
	Lim. rec. não ren.	Perda biod.	Perda hab.	Erosão	Cresc. pop.	Lim. rec. hid.	Consumo	Emissão de gas.	Emissão prod.tox.
Escola pública	207	328	433	309	298	303	312	478	403
Escola privada	429	677	759	425	587	694	668	843	673
Total	636	1005	1192	734	885	997	980	1321	1076

Fonte: elaborado pela autora

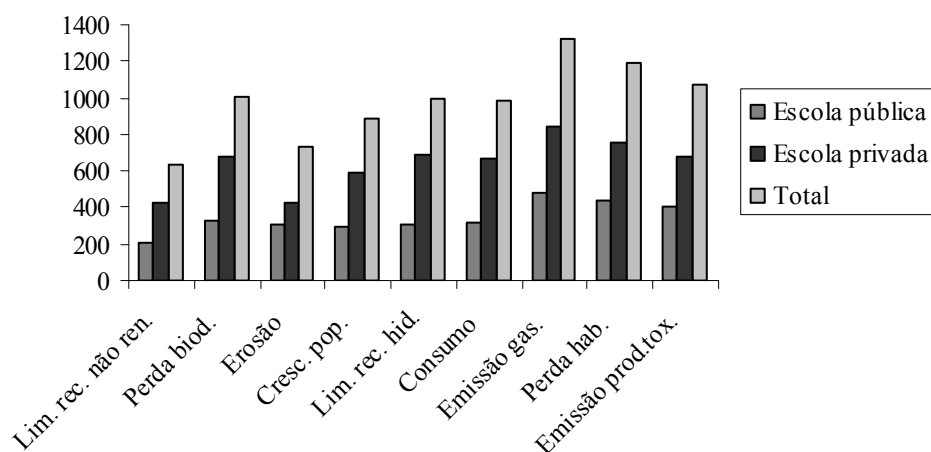


Gráfico 6 - Valoração do consumo segundo tipo de escola.

Fonte: elaborado pela autora

Curiosamente, pesquisados com as menores rendas - até R\$1000,00 - e as maiores rendas - mais de R\$5000,00 - são aqueles que mais se preocupam com o impacto do consumo humano, chegando a colocar o problema em 4º lugar na escala de importância:

Tabela 9 - Valoração do consumo segundo renda familiar.

Renda	Problemas ambientais – ponderação de pontos								
	Lim. rec. não ren.	Perda biod.	Perda hab.	Erosão	Cresc. pop.	Lim. rec. hid.	Consumo	Emissão de gas.	Emissão prod.tox.
Até R\$1000,00	50	75	104	76	81	87	88	115	94
De R\$1001,00 a R\$3000,00	129	202	248	183	174	185	174	282	229
De R\$3001,00 a R\$5000,00	80	125	172	86	137	131	130	164	145
Mais de R\$5000,00	300	459	522	283	377	457	461	585	466

Fonte: elaborado pela autora

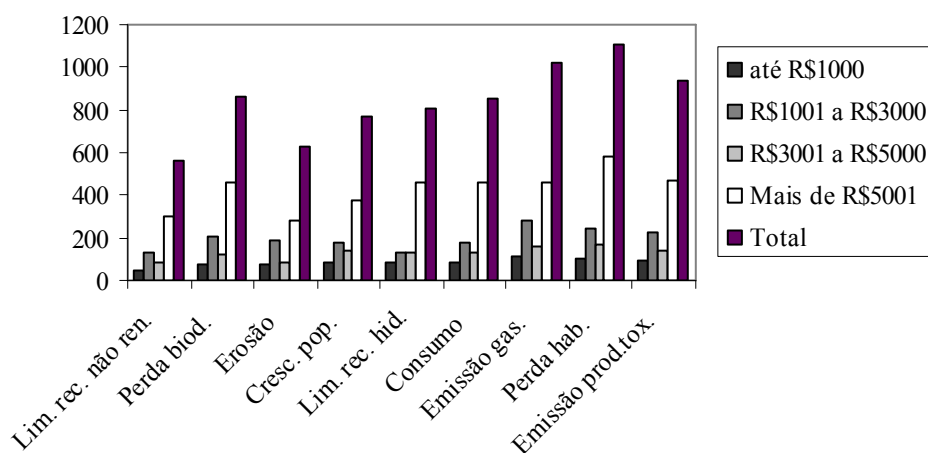


Gráfico 7 - Valoração do consumo segundo renda familiar.

Fonte: elaborado pela autora

Embora a tendência seja posicionar o consumo entre os patamares intermediários, entre os jovens que estudam em escolas privadas, seis colocam o consumo em primeiro lugar. Entre jovens com renda acima de R\$5000,00, cinco lhe atribuem à mesma importância:

Tabela 10 - Número de jovens que colocam o consumo em primeiro e em último lugar, segundo tipo de escola

Tipo de escola	Número de jovens que colocam o impacto do consumo humano em primeiro lugar	Número de jovens que colocam o impacto do consumo humano último lugar
Escola pública	05 (em 72)	06
Escola privada	06 (em 128)	03

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 11 - Número de jovens que colocam o consumo em primeiro e em último lugar, segundo a renda familiar

Renda	Número de jovens que colocam o impacto do consumo humano em primeiro lugar	Número de jovens que colocam o impacto do consumo humano último lugar
Até R\$1000,00	03	02
De R\$1001,00 a R\$3000,00	0	04
De R\$3001,00 a R\$5000,00	0	01
Mais de R\$5000,00	05	02

Fonte: elaborado pela autora

4.4 Agentes e ações para lidar com os impactos do consumo

Quanto às possíveis formas de resolução dos problemas ambientais relacionados ao consumo, pedimos aos jovens que apontassem entre governo, pessoas comuns, empresas e organizações não governamentais quem seriam os principais agentes a liderar mudanças na área.

Os resultados indicam que na percepção dos jovens são as pessoas comuns, seguidas das empresas, as maiores responsáveis por implementar ações ligadas aos impactos ambientais do consumo, existindo pouca diferenciação neste resultado segundo o tipo de escola ou a renda familiar:

Tabela 12 - Agentes para liderar ações segundo tipo de escola

Tipo de escola	Ator responsável pela solução dos problemas ligados ao consumo – ponderação de pontos			
	Pessoas comuns	Governo	Empresas	ONGs
Escola pública	229	144	160	147
Escola privada	420	314	332	210
Total	649	458	492	357

Fonte: elaborado pela autora

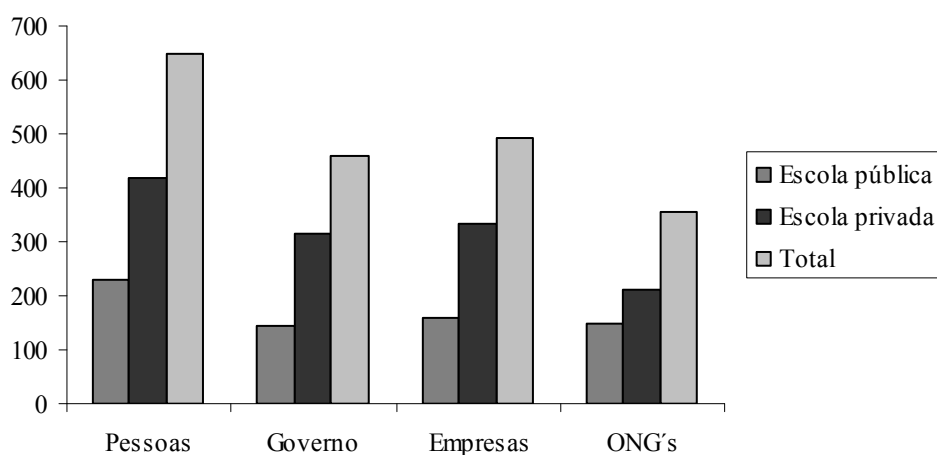


Gráfico 8 - Agentes para liderar ações segundo tipo de escola.

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 13 - Agentes para liderar ações segundo renda familiar

Renda	Ator responsável pela solução dos problemas ligados ao consumo – ponderação de pontos			
	Pessoas comuns	Governo	Empresas	ONGs
Até R\$1000,00	56	37	40	37
De R\$1001,00 a R\$3000,00	135	88	100	77
De R\$3001,00 a R\$5000,00	85	60	68	47
Mais de R\$5000,00	288	215	222	141

Fonte: elaborado pela autora

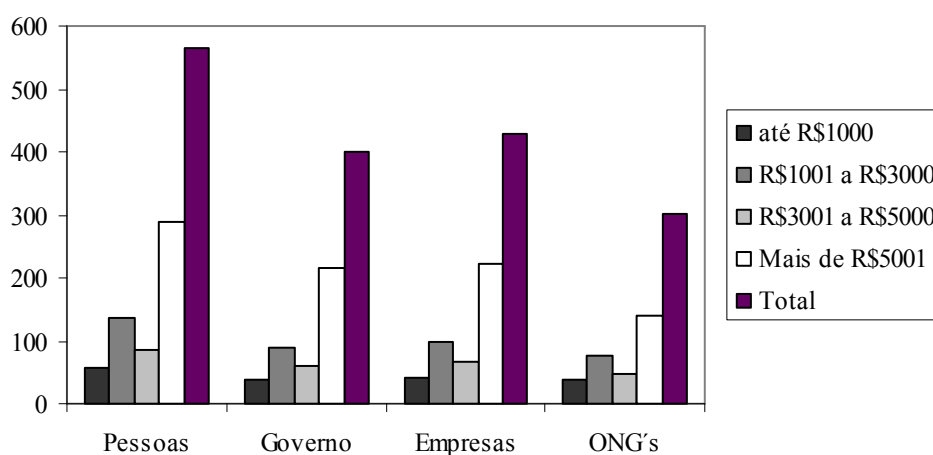


Gráfico 9 - Agentes para liderar ações segundo renda familiar

Fonte: elaborado pela autora

Este resultado confirma a postura de alguns teóricos, tais como Diamond (2005), de que existe uma grande dificuldade por parte dos governos em implementar ações nessa área e que as mudanças tendem a se sustentar fortemente em ações pulverizadas, calcadas no plano individual.

De alguma forma, seja devido aos impactos ecológicos relacionados à produção, seja devido ao crescente investimento em responsabilidade sócio-ambiental por parte das empresas, estas são apontadas como o segundo ator que deve liderar ações que visem a minorar os impactos do consumo humano. Assim, a parceria entre empresa e consumidor parece ser bem vista por parte dos jovens quando se trata de questões nesta área.

Quando se analisam as colocações atribuídas ao governo e as organizações não governamentais, enquanto o primeiro ocupa a terceira posição entre alunos de escolas privadas, entre alunos de escolas públicas o mesmo é colocado em último lugar. Tal fato

pode estar relacionado à visão mais crítica daqueles que mais dependem dos serviços públicos ou, por outro lado, um maior crédito por parte dos alunos de escolas privadas em relação à importância da participação do Estado nesse campo.

Em comparação com os resultados obtidos em outras pesquisas, embora nem sempre estas contemplem especificamente a questão do consumo, encontramos concordâncias e dissonâncias.

A pesquisa “Os Jovens e o Consumo Sustentável”, realizada pelo Instituto Akatu (2001, p. 43) buscou verificar quais eram os temas de interesse por parte dos jovens brasileiros. Foram oferecidas as opções: educação\carreira, desfrutar a natureza, música\dançar, sair com amigos, compras, assistir TV, esportes, usar computador, literatura\ler, cultura/visitar museus, vídeo games e política\sociedade. Enquanto a opção educação\carreira ficou em primeiro lugar, a literatura\ler ficou em nono lugar e a política\sociedade ficou em último. Segundo as conclusões desta pesquisa:

Num mundo altamente competitivo, os jovens de hoje preocupam-se predominantemente com seu futuro profissional. Essa preocupação desloca o peso do binômio educação/carreira utilizado na pesquisa para o segundo termo. A questão passa a ser mais técnica do que cultural: a necessidade do diploma é maior do que a de leitura. Assim, os jovens da pesquisa parecem caminhar sozinhos e solitários em direção a esse objetivo. A organização social e política não são instrumentos com os quais eles contam. As saídas são individuais, compostas por pequenas ações, capazes de transformar suas vidas, mas sem a pretensão de uma transformação que vá além das questões que os atingem mais imediatamente. Não se pretende com isso afirmar que os jovens entrevistados sejam alienados ou que não tenham consciência do mundo em que vivem. O que se conclui apenas é que não se coloca, para eles, a responsabilidade por essas transformações, como já o fez a juventude de outras épocas.

Os dados coletados junto aos jovens de Florianópolis e junto aqueles que participaram da pesquisa realizada pelo Instituto Akatu mostram uma tendência entre os jovens em optar por atitudes independentes no momento de buscar soluções para a questão do consumo, em vez de apoiar soluções políticas.

Contudo, outras pesquisas encontraram resultados diferentes. A pesquisa “O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente” realizada pelo ISER questionou aos entrevistados quem eram as pessoas ou grupos responsáveis por solucionar os problemas do meio ambiente. O governo (municipal, estadual e federal, nesta ordem), ocupa os três primeiros lugares, seguidos das opções “cada um de nós”, “entidades ecológicas” e “comunidades locais”.

Uma das pesquisas realizadas por Ester et al (2004) encontra resultados similares. Os autores afirmam que entrevistados de diferentes países abordados pelo

estudo GOES (*Global environment survey*) concordam que é o Estado quem deve liderar políticas em prol do meio ambiente. No entanto, nos países em desenvolvimento, esta responsabilidade tende a recair sobre os governos municipais enquanto que nos países desenvolvidos tende a ser atribuída aos governantes da nação.

Para Ester et al (2004), a despeito das forças liberais do mercado, os públicos em geral nos vários países participantes do GOES enfatizam a responsabilidade primária de seus respectivos governos por lutar contra a degradação ambiental. Em diferentes países, as pessoas desejam um papel forte e diretivo do governo em elaborar, implementar e controlar políticas ambientais que estão muito longe de uma mentalidade *laissez-faire*.

Ester et al (2004) destacam, contudo, que embora o governo seja a instituição responsável por liderar a solução dos problemas ambientais, a ação individual também é lembrada pelos entrevistados no GOES e vista como eficaz na conservação do meio ambiente.

Segundo os autores, a valorização de ações desta natureza deve ser vista positivamente, já que os problemas ambientais contemporâneos costumam estar além do controle do cidadão comum, sendo complexos, multifacetados abstratos e fora dos horizontes de tempo dos indivíduos.

Vale ressaltar que estas duas últimas pesquisas não tinham como público-alvo somente pessoas jovens, além de tratarem dos problemas ambientais como um todo, não tendo o consumo como foco principal.

Depois de investigar os agentes que deveriam liderar ações que tenham por objetivo minimizar os impactos ambientais do consumo, avaliamos quais ações, especificamente, devem ser implementadas.

Estudos anteriores com o público jovem, tais como o conduzido por Wong (2001) apontam algumas ações possíveis de serem colocadas em prática tais como: a compra de produtos artesanais ou naturalmente degradáveis, o boicote a produtos que poluam o meio ambiente, a compra e reutilização de produtos usados ou de “segunda-mão”, o uso de sacolas não descartáveis para as compras cotidianas, a separação do lixo doméstico para reciclagem, entre outras.

No que se refere à pesquisa junto aos jovens de Florianópolis, para verificar quais ações devem ser adotadas foi elaborada uma lista de doze soluções, sendo:

1. quatro delas de caráter econômico: existência de acordos entre empresas que poluem mais e poluem menos, fazendo com que no fim a poluição total não seja tão grande; criação de descontos para compra de produtos feitos com matéria prima que não agrida o meio ambiente; criação de rótulos/selos para os produtos fabricados de maneira ecológica, de forma que as pessoas possam privilegiar as marcas ambientalmente corretas; pagamento de mais impostos por parte das pessoas que consomem mais;
2. quatro de caráter tecnológico: invenção de máquinas cada vez mais modernas para reciclagem de materiais, tais como plástico e borracha; desenvolvimento de tecnologias mais avançadas para processamento do lixo nos aterros sanitários; desenvolvimento de um maior número de tecnologias para controlar a poluição na fabricação de produtos; invenção de produtos que consumam cada vez menos energia;
3. quatro de caráter social: realização de aulas nas escolas sobre formas de evitar o excesso de consumo; participação das pessoas em partidos políticos, pressionando pela existência de leis que regulem o consumo; realização de campanhas que ensinem as pessoas a consumir de forma consciente; criação de leis que regulem o nível de consumo das pessoas.

Os jovens deveriam escolher cinco ações, sem que fosse necessário ordená-las segundo sua importância e os resultados indicam a tendência dos mesmos em apoiar as soluções tecnológicas, o que tende a se manter estável entre estudantes de diferentes rendas e distintos tipos de escola:

Tabela 14 - Natureza da ação segundo tipo de escola

Tipo de escola	Natureza da ação para contornar problemas ligados ao consumo – número de citações		
	Tecnológica	Econômica	Social
Escola pública	153	87	101
Escola privada	312	205	120
Total	465	292	221

Fonte: elaborado pela autora

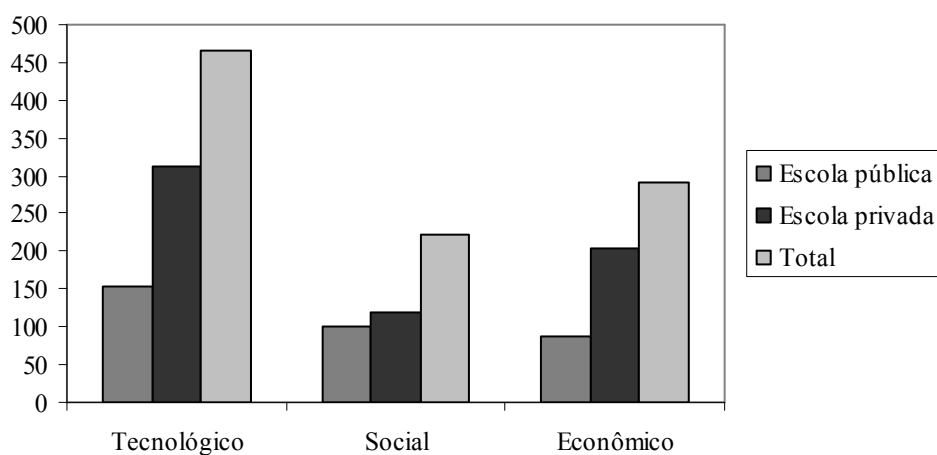


Gráfico 10 - Natureza da ação segundo tipo de escola

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 15 - Natureza da ação segundo renda familiar

Renda	Natureza da ação para contornar problemas ligados ao consumo – número de citações		
	Tecnológica	Econômica	Social
Até R\$1000,00	35	23	26
De R\$1001,00 a R\$3000,00	90	48	59
De R\$3001,00 a R\$5000,00	62	44	19
Mais de R\$5000,00	214	138	85

Fonte: elaborado pela autora

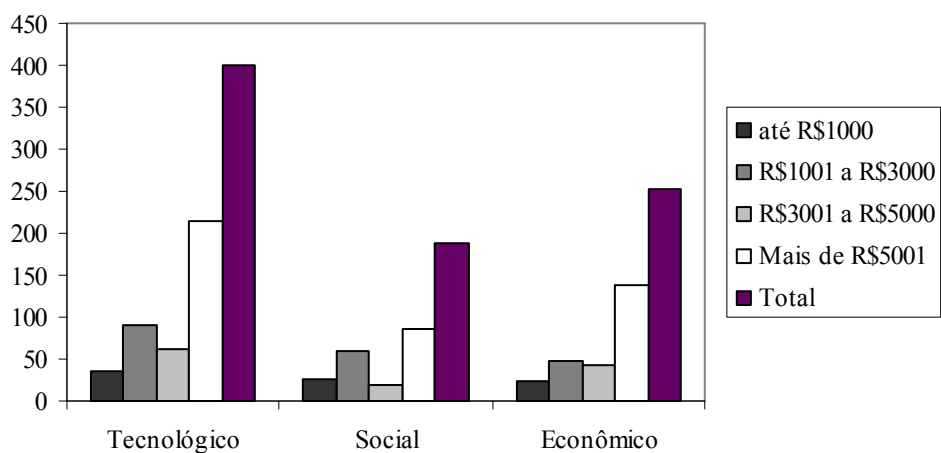


Gráfico 11 - Natureza da ação segundo renda familiar

Fonte: elaborado pela autora

Embora não seja possível explicar as razões que conduzem a esse resultado, pode-se supor que a valorização tecnológica existente na atualidade influencie as respostas dos pesquisados levando-os a dar mais crédito às soluções desta área ou pode-se ainda acreditar que para os jovens pesquisados é preferível “escolher” ou “comprar” um produto ecologicamente produzido, do que fazer com as próprias mãos outras mudanças mais profundas, como a redução do consumo ou a participação política.

Recordando a existência de dois conceitos em torno do consumo descritos por Portilho (2005) - consumo verde e consumo sustentável - pode-se inferir que os jovens pesquisados conhecem melhor ou apóiam com mais força o primeiro em detrimento do segundo.

De forma específica, as ações mais citadas pelos pesquisados foram o desenvolvimento de tecnologias mais avançadas para processamento do lixo nos aterros sanitários (caráter tecnológico); o desenvolvimento de um maior número de tecnologias para controlar a poluição na fabricação de produtos (caráter tecnológico); a existência de acordos entre empresas que poluem mais e poluem menos, fazendo com que no fim a poluição total não seja tão grande (caráter econômico); e a invenção de produtos que consumam cada vez menos energia (caráter tecnológico). Apesar de as soluções tecnológicas atingirem a preferência dos pesquisados, existem algumas ações específicas de cunho econômico e social que alcançaram bons níveis de aceitação.

As ações menos citadas pelos pesquisados foram a participação das pessoas em partidos políticos, pressionando pela existência de leis que regulem o consumo (caráter social), a criação de leis que regulem o nível de consumo das pessoas (caráter social) e o pagamento de mais impostos por parte das pessoas que consomem mais (caráter econômico).

Para a compreensão das tabelas e gráficos a seguir é necessário salientar que: “VS aulas” indica a realização de aulas nas escolas sobre formas de evitar o excesso de consumo; “VS partidos” indica a participação das pessoas em partidos políticos, pressionando pela existência de leis que regulem o consumo; “VS campanhas” indica a realização de campanhas que ensinem as pessoas a consumir de forma consciente; “VS leis” indica a criação de leis que regulem o nível de consumo das pessoas; “VE acordos” indica a existência de acordos entre empresas que poluem mais e poluem menos, fazendo com que no fim a poluição total não seja tão grande; “VE descontos” indica a criação de descontos para compra de produtos feitos com matéria prima que não agrida o meio ambiente; “VE rótulos” indica a criação de rótulos/selos para os

produtos fabricados de maneira ecológica, de forma que as pessoas possam privilegiar as marcas ambientalmente corretas; “VE impostos” indica o pagamento de mais impostos por parte das pessoas que consomem mais; “VT máquinas” indica a invenção de máquinas cada vez mais modernas para reciclagem de materiais, tais como plástico e borracha; “VT lixo” indica o desenvolvimento de tecnologias mais avançadas para processamento do lixo nos aterros sanitários (lixões); “VT poluição” indica o desenvolvimento de um maior número de tecnologias para controlar a poluição na fabricação de produtos e “VT energia” indica a invenção de produtos que consumam cada vez menos energia:

Tabela 16 - Ação a ser implementada segundo tipo de escola

Tipo de escola	Ação para contornar problemas ligados ao consumo – número de citações											
	VT reciclagem	VT lixo	VT poluição	VT energia	VE acordos	VE descontos	VE rótulos	VE impostos	VS aulas	VS partidos	VS campanhas	VS leis
Escola pública	34	51	27	41	40	31	14	2	31	22	24	14
Escola privada	61	88	95	68	80	72	36	17	31	26	46	22
Total	95	139	122	109	120	103	50	19	62	48	70	36

Fonte: elaborado pela autora

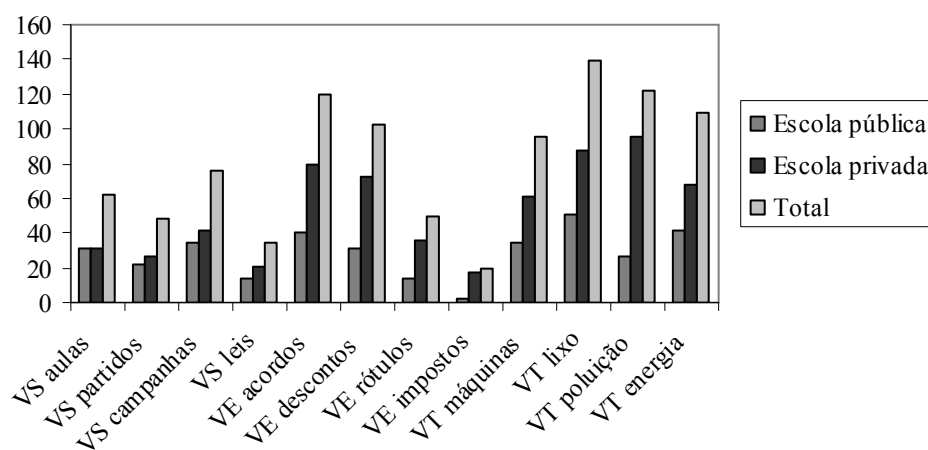


Gráfico 12 - Ação a ser implementada segundo tipo de escola

Fonte: elaborado pela autora

Abaixo, as ações mais citadas de acordo com sua natureza - social, econômica ou tecnológica:

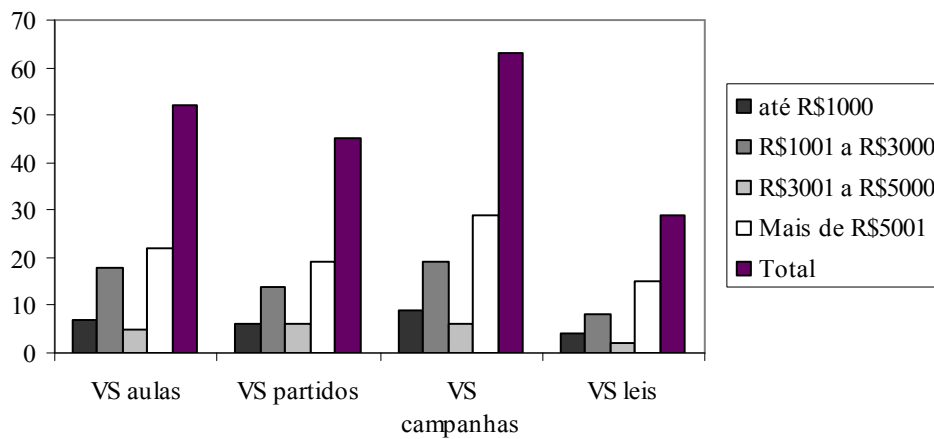


Gráfico 13 - Ação de natureza social a ser implementada segundo renda familiar
Fonte: elaborado pela autora

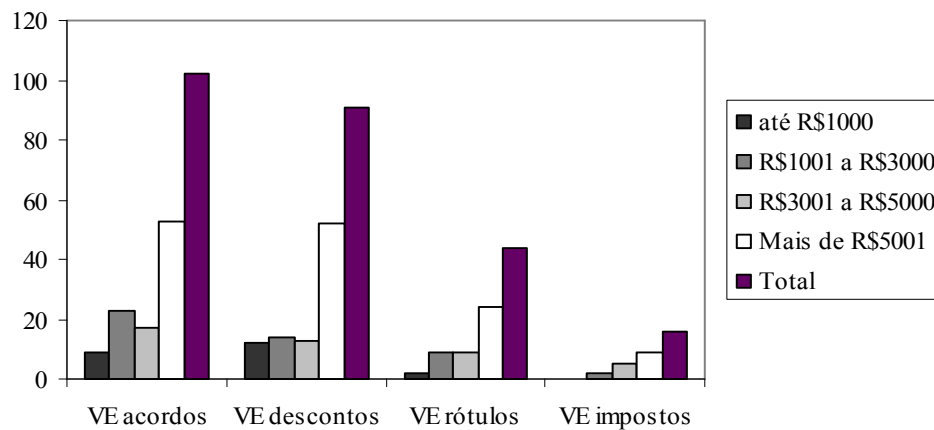


Gráfico 14 - Ação de natureza econômica a ser implementada segundo renda familiar
Fonte: elaborado pela autora

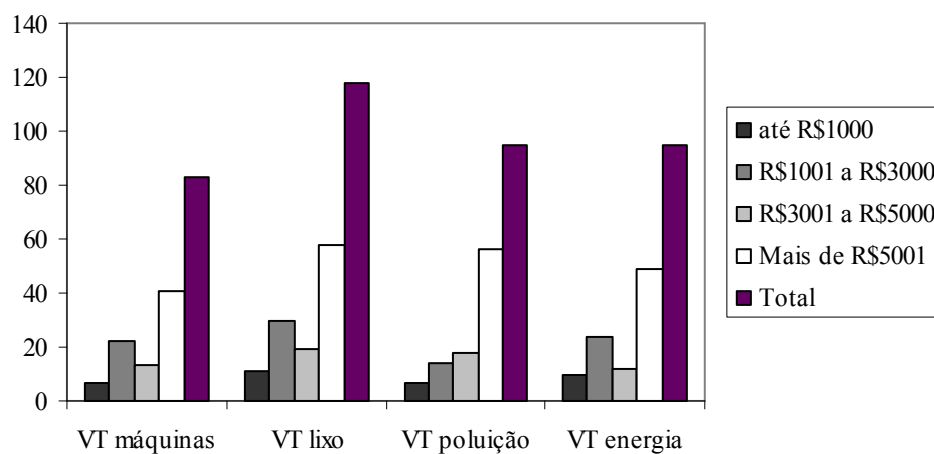


Gráfico 15 - Ação de natureza tecnológica a ser implementada segundo renda familiar
Fonte: elaborado pela autora

As respostas obtidas deixam claro que a legislação, seja na forma de impostos, seja na forma de regulamentos, não deve tornar a diminuição dos impactos relativos ao consumo uma obrigação legal do cidadão. Os resultados indicam caminhos em outra direção: como os pesquisados elegem as pessoas comuns e as empresas como líderes para as ações na área e rejeitam soluções tais como leis e impostos que limitem obrigatoriamente o consumo, fica implícito que a base para o processo de transformação em direção a um consumo mais sustentável, no ponto de vista dos mesmos, é o diálogo e o respeito às liberdades individuais.

Sabe-se que o consumo assume importância nos planos psíquico, cultural, social e econômico (FEATHERSTONE, 1995), mas não é possível afirmar qual razão especificamente leva os pesquisados a demonstrar que mudanças nos padrões de comportamento nessa área não podem ser impostas. Fica, porém, a idéia expressa pelos jovens que o consumo não é um problema ambiental que possa ser tratado com medidas excessivamente coercitivas. Conscientes ou não das conseqüências que a diminuição do consumo possa acarretar na economia ou na vida em sociedade, as respostas dadas pelos jovens entrevistados nos levam a se pensar na maior aceitação de ações autônomas baseadas na livre iniciativa.

Nesse contexto, ações de caráter social tais como a realização de aulas nas escolas sobre formas de evitar o excesso de consumo e a realização de campanhas que ensinem as pessoas a consumir de forma consciente tiveram maior aprovação que medidas mais impositivas, tais como a criação de leis que regulem o nível de consumo das pessoas ou o pagamento de mais impostos por parte das pessoas que consomem mais.

Vale ressaltar que embora o estudo GOES (*Global environment survey*) realizado por Ester et al (2004) tenha investigado soluções para os problemas ambientais como um todo e a pesquisa com os jovens de Florianópolis tenha se centrado em soluções para a problemática do consumo, o caráter pouco coercitivo das medidas a serem tomadas é um resultado comum.

Segundo Ester et al (2004) parece existir um acordo justo entre cidadãos dos diferentes países pesquisados pelo estudo GOES no sentido de posicionar-se a favor de medidas leves contra medidas duras na avaliação das políticas ambientais. Instrumentos como campanhas de massa para educar os cidadãos para usar menos energia, usar menos o carro e produzir menos lixo doméstico têm mais preferência que outras medidas como aumentos de impostos para combustíveis, racionamento de energia ou

limitações no uso de carros. Desta forma, cidadãos tanto de países desenvolvidos como de países em desenvolvimento parecem preferir mudanças de estilo de vida voluntárias.

4.5 Racionalidade e mudança ambiental

Embora a racionalidade subjacente à ação humana seja um tema complexo, em relação ao qual por si só se poderiam desenvolver diversos estudos, almejamos nesta pesquisa verificar algumas das tendências comportamentais dos jovens pesquisados neste campo.

Para tanto, apresentamos aos estudantes cinco afirmativas as quais estes deveriam conceder uma resposta numa escala que continha as seguintes opções: “totalmente falso”, “falso”, “nem falso, nem verdadeiro”, “verdadeiro” e “totalmente verdadeiro”. As afirmativas foram construídas a partir de preceitos que diferenciam a racionalidade instrumental e substantiva, conforme o Quadro 5:

ACÇÃO DE CONSUMO RACIONAL INSTRUMENTAL	ACÇÃO DE CONSUMO RACIONAL SUBSTANTIVA
EM RELAÇÃO AOS FINS VISADOS	
Obedece a objetivos e valores econômicos, como o acúmulo de bens materiais ou o aumento de poder social e a conquista de status.	Obedece a valores morais, referentes a subjetividade do indivíduo, como a auto-realização.
É pragmático e egoísta, sendo os benefícios visados relacionados somente ao sucesso e ao aumento do prazer individual.	Os benefícios ocorrem na dimensão individual, porém sem comprometer os recursos e levando em conta o direito dos outros indivíduos.
É orientado por imperativos exteriores, pelas leis do mercado, sendo desprendido de ética e pautado apenas pelo cálculo utilitário e pelas regras de conveniência, adaptação e aprovação social.	É orientado por julgamentos independentes, pela autonomia, pela autenticidade e por uma autoridade própria guiada por uma razão comum presente em qualquer momento e lugar.
EM RELAÇÃO AO CONSUMIDOR	
É desorientado e não tem consciência da finalidade e do significado de seu ato de consumo, pois a escolha de fins é desprovida de argúcia. Não se importa em construir uma sociedade melhor para ser melhor e viver uma vida mais autêntica, pois não se sente responsável por isso.	É consciente de seu papel de consumidor e agente cultural da humanidade e percebe sua capacidade de guiar sua própria evolução enxergando as responsabilidades e as conseqüências de seu consumo.
Vê-se como uma unidade separada lutando pela própria sobrevivência econômica e material onde a preocupação predominante é o ter.	Se enxerga como parte de algo maior, pois acredita numa dimensão mais profunda da vida, buscando sempre o desenvolvimento do ser.
Vê no ato de consumo um meio crucial de exercer sua cidadania no mundo social, de construir sua identidade e estabelecer relações.	Vê no ato de consumo um meio no qual pode conduzir a sua vida pessoal na direção da auto-realização e da emancipação individual e social.
Se comporta utilizando a racionalidade para a perseguição dos desejos que não são contestados acerca de sua natureza.	Age a serviço de sua convicção utilizando a racionalidade para fazer conexões, analisar, criticar e entender suas necessidades.

Quadro 5 - O consumo na perspectiva da racionalidade
Fonte: Adaptado de Girardi (2004)

De forma a não se afastar do tema central da pesquisa, as afirmativas foram concebidas de maneira a abordar a questão do consumo e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, conter intrinsecamente ações que refletiam uma racionalidade instrumental ou substantiva. Duas afirmativas relacionam-se à racionalidade instrumental e três à racionalidade substantiva como exemplificado a seguir:

1. Racionalidade substantiva – “Quando eu compro um produto eu penso se ele é prejudicial ao meio ambiente”.
2. Racionalidade instrumental – “Quando eu compro um produto eu penso se ele tem um preço bom”.
3. Racionalidade instrumental – “Ter mais do que possuo hoje me faria uma pessoa mais feliz, independentemente das conseqüências disso para a natureza”.
4. Racionalidade substantiva – “Quando eu jogo uma lata de refrigerante no lixo eu faço isso porque acho que é a atitude certa e não porque existem muitas ou a reclamação de outras pessoas”.
5. Racionalidade substantiva – “Eu acredito que as pessoas devem respeitar a vida dos animais e plantas porque eles são parte da natureza, mesmo que eles não tenham valor financeiro”.

Realizamos uma ponderação atribuindo mais pontos às respostas “totalmente verdadeiro” e menos pontos as respostas “totalmente falso”. As afirmativas que obtiveram o maior número de pontos foram de natureza substantiva e se referiam ao respeito pela vida dos animais e plantas e ao descarte adequado de lixo, respectivamente. Contudo, a afirmativa que recebeu o menor número de pontos foi igualmente substantiva e se referia à reflexão sobre o impacto de um produto no meio ambiente no momento de sua compra. É importante ressaltar que os números de pontos existentes nos Gráficos 16 e 17 referem-se somente aos totais:

Tabela 17 - Racionalidade segundo tipo de escola

Tipo de escola	Racionalidade – ponderação de pontos				
	RI prod. Preço	RI ter mais	RS prod. meio	RS lixo	RS respeito
Escola pública	279	204	176	289	310
Escola privada	523	360	263	578	571
Total	802	564	439	867	881

Fonte: elaborado pela autora

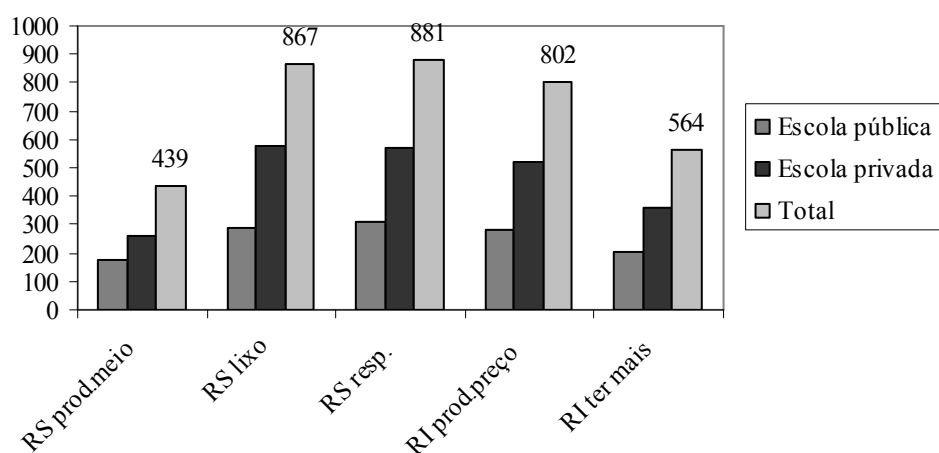


Gráfico 16 - Racionalidade segundo tipo de escola.
Fonte: elaborado pela autora

Tabela 18 - Racionalidade segundo renda familiar

Renda	Racionalidade – ponderação de pontos				
	RI prod. Preço	RI ter mais	RS prod. meio	RS lixo	RS respeito
Até R\$1000,00	66	51	42	69	75
De R\$1001,00 a R\$3000,00	165	113	98	173	183
De R\$3001,00 a R\$5000,00	103	76	52	113	113
Mais de R\$5000,00	351	244	186	390	386

Fonte: elaborado pela autora

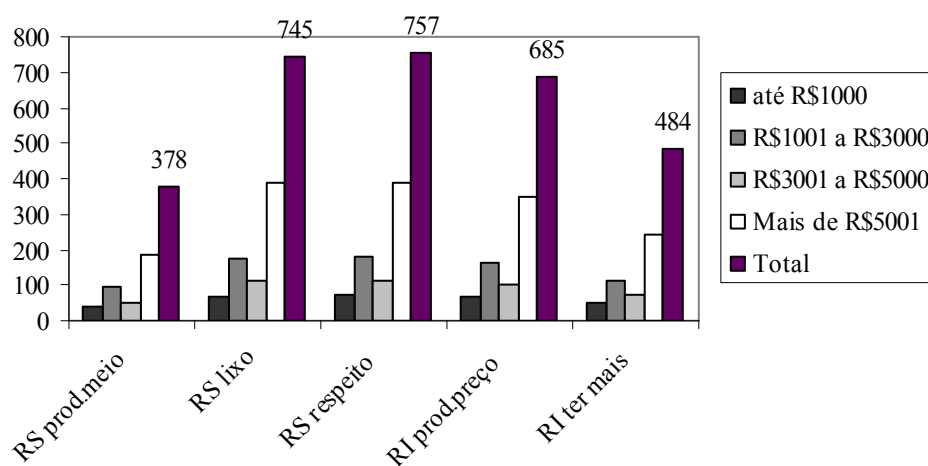


Gráfico 17 - Racionalidade segundo renda familiar.
Fonte: elaborado pela autora

As afirmativas 1 e 2 (“Quando eu compro um produto eu penso se ele é prejudicial ao meio ambiente” e “Quando eu compro um produto eu penso se ele tem um preço bom”) são bons exemplos de como a atitude pode se diferenciar do comportamento no caso dos estudantes em questão.

A análise das respostas dadas a essas afirmativas, se contrapostas às respostas dadas às questões anteriores do questionário, nos propiciam uma interessante comparação. Anteriormente, mencionamos que o impacto ambiental do consumo humano não domina a atenção dos pesquisados, mas também não passa despercebido ficando em 6º lugar numa escala de 9 pontos.

Contudo, quando os pesquisados são questionados sobre seu comportamento de compra, a preocupação com o impacto ambiente se dissipa: a afirmativa “Quando eu compro um produto eu penso se ele é prejudicial ao meio ambiente” é a que recebe o menor número de respostas “totalmente verdadeiro” ou “verdadeiro”, somando apenas 439 pontos.

A afirmativa “Quando eu compro um produto eu penso se ele tem um preço bom”, por outro lado, recebe 802 pontos, o que indica que os pesquisados podem ter alguma consciência dos problemas ligados ao consumo ou até uma atitude positiva em direção a resolvê-los, mas na prática, seu comportamento de compra tende a ser regido por uma racionalidade instrumental, em que o preço do produto é mais valorado que seu impacto ambiental.

Tal dado é preocupante, pois evidencia que o ato de compra individual pode não estar diretamente associado a uma responsabilidade em relação ao meio ambiente, no campo pragmático de ação. Há também a possibilidade de que exista uma responsabilidade associada a um consumo sustentável, não havendo, contudo, disposição a maiores gastos financeiros em troca de produtos mais ecológicos.

Ainda que em seu cotidiano, as relações de consumo pareçam ser baseadas numa racionalidade instrumental, quando questionados sobre seus valores e objetivos de vida, os pesquisados deixam a entender que predominam tendências mais substantivas. A afirmativa que associa consumo a felicidade, por exemplo, não somou muitos pontos (foi a segunda menor soma), o que indica que o individualismo ou o consumismo quando expostos de maneira franca e direta não são vistos positivamente.

Embora seja inquestionável a presença de tendências antropocêntricas em nossa sociedade, em maior ou menor grau, as respostas dos pesquisados tenderam a ser alinhadas ao discurso ambiental moderno, de proteção à natureza e de esforços para

conter os danos relacionados ao lixo, o que é evidenciado no grande número de respostas positivas às questões que abordam essas temáticas.

O paradoxo descrito por Thomas (1988) entre proteger e destruir a natureza fica claro na incongruência entre as respostas dadas as afirmativas 1, 2 e 5. Os pesquisados dizem acreditar ser correto proteger a vida dos animais e plantas, mas no seu ato de consumo privilegiam o preço à proteção ao meio ambiente.

Logo, pode-se inferir se tal tendência preservacionista ou está desvinculada das populações urbanas contemporâneas e pouco associada ao seu ato individual de consumo ou faz parte apenas de um ideário compartilhado socialmente, mas que as pessoas não sabem como concretizar em sua vida prática.

Outras explicações poderiam ser encontradas a partir da análise de estudos anteriormente realizados. Como já havia sido observado por Ester et al (2004), nem sempre a consciência ambiental é acompanhada por comportamentos ecologicamente amigáveis.

Também apontado pelos mesmos autores, atitudes e comportamentos favoráveis à natureza em um determinado aspecto como, por exemplo, o descarte apropriado do lixo, podem não ser encontrados quando se analisam outros tipos de problemas ambientais, como a valorizam da produção ecologicamente correta no momento de compra de produtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face à efervescência que caracteriza o debate em torno da problemática ambiental, este estudo buscou contribuir evidenciando as tendências comportamentais de uma parcela da população brasileira frente a diversas questões, entre elas os impactos ambientais relacionados ao consumo.

Apoiando-se nos pressupostos de que uma sociedade sustentável deve se basear em padrões de consumo mais congruentes com a reserva de recursos naturais existente na Terra e que mudanças nessa área demandarão apoio dos indivíduos, acreditamos que verificar as percepções de parte dos mesmos sobre a crise ecológica e sobre suas formas de solução pode colaborar para a tomada de decisões, tanto por parte dos governos como das demais organizações.

Os resultados indicam que, embora o consumo esteja emergindo como um aspecto crucial na busca pela sustentabilidade, seus impactos ambientais ainda não dominam a preocupação da sociedade civil, aqui representada pelo grupo de jovens pesquisados.

Contudo, apesar de não ser o problema ambiental que mais mobiliza tal grupo, o consumo tampouco se constitui em um aspecto desconhecido. Pelo contrário, embora a emissão de gases e a perda de habitats naturais sejam os problemas ecológicos que mais chamam a atenção dos pesquisados, estes se mostram de alguma forma conhecedores dos impactos negativos do consumo, o que demonstra espaço para a discussão deste tema e possível incentivo a mudanças comportamentais na área.

Em meio ao embate teórico acerca das melhores formas para abordar a problemática do consumo, os jovens pesquisados tendem a creditar seu apoio às respostas de cunho tecnológico, o que pode ser compreendido se nos ativermos à valorização que a ciência e a tecnologia alcançam na modernidade.

Um fator positivo, no entanto, é que embora as soluções tecnológicas obtenham maior aprovação, as soluções econômicas e sociais não são totalmente rejeitadas, o que indica que um conjunto heterogêneo de ações para lidar com os impactos negativos do consumo pode ser aceita pelos jovens.

Antes disso, contudo, as respostas dos pesquisados deixam implícita a necessidade de um maior debate público sobre o tema, de forma que este possa ser tão difundido quanto à questão da emissão de gases e da destruição de habitats naturais.

Faz-se também necessário que a tomada de consciência sobre a problemática relacionada ao consumo seja capaz de refletir-se em comportamentos cotidianos em direção a um consumo mais sustentável.

Verificamos que muitas vezes, embora alinhados a preocupação ecológica vigente em nossa era e de certa maneira conhecedores dos impactos negativos do consumo, os pesquisados ainda tendam, na prática, a privilegiar outros atributos – como o preço – em seus momentos de compra, deixando de refletir nas consequências de tais atos, se somados, para a natureza.

Em suma, pode-se afirmar que no âmbito da Administração Pública, este estudo indicou que os governos não são percebidos como os principais agentes na promoção das mudanças relacionadas aos padrões de consumo. Apesar disso, os pesquisados mostram-se alinhados ao discurso ambiental contemporâneo e provavelmente esperam algum tipo de ação governamental na área. Esta deve basear-se em campanhas de conscientização e de estímulo a proteção do meio ambiente. Medidas mais coercitivas, como leis que restrinjam o consumo ou a criação de tributos que o delimitem, tendem a não serem bem avaliadas.

No âmbito da Administração de Empresas, o estudo mostra que das corporações privadas espera-se uma ação bastante efetiva quanto à problemática ambiental relacionada ao consumo, o que pode envolver mudanças de cunho tecnológico no ciclo de vida dos produtos, assim como ações de conscientização e de educação ambiental em torno da compra e descarte dos mesmos.

Os jovens esperam que as empresas continuem investindo em tecnologia e produzam soluções técnicas que otimizem o seu processo produtivo, mas que, além disso, sejam capazes de agregar valor aos produtos, que devem obter um bom desempenho na fase de uso, principalmente no que se refere ao consumo de energia e a geração de detritos. Ou seja, além de um produto elaborado com mínimo impacto ambiental, os jovens tendem a valorizar outros atributos intrínsecos ao mesmo, tais como baixo consumo de energia e possibilidade de reciclagem após o uso.

As mudanças relativas aos produtos, contudo, não devem ter como consequência um grande aumento nos preços dos mesmos, pois este parece ser um atributo de grande importância para os jovens, suplantando até mesmo a preocupação ecológica.

Além da redução dos impactos ambientais associados à produção e ao consumo dos produtos elaborados e comercializados pelas empresas, percebemos que o investimento em responsabilidade sócio-ambiental e em ações que promovam o

desenvolvimento sustentável por parte das mesmas provavelmente seria visto positivamente pelos jovens pesquisados, já que muitos deles consideram ser totalmente verdadeira a afirmação: “eu acredito que as pessoas devem respeitar a vida dos animais e plantas porque eles são parte da natureza, mesmo que eles não tenham valor financeiro”.

5.1 Recomendações

Por ser de caráter predominantemente quantitativo e basear-se em um questionário estruturado, este estudo nos trouxe respostas a algumas perguntas, mais deixou em aberto muitas outras. Analisando as respostas concedidas pelos 200 estudantes entrevistados, foi possível conhecer um pouco de suas atitudes e comportamentos em relação aos problemas da atualidade, a crise ambiental e aos impactos negativos do consumo.

Emergiram, no entanto, um número imenso de questionamentos sobre as razões que sustentam as opiniões dadas, nos levando muitas vezes a inferências. Nesse contexto, o primeiro contato com os resultados obtidos incita a novas pesquisas que busquem investigar, por exemplo, porque o meio ambiente não é o problema atual que mais preocupa os jovens.

Quanto ao consumo, surgem perguntas sobre a aparente contraposição existente entre a atitude favorável a proteção à natureza e a um consumo “verde” ou “sustentável” e o comportamento instrumental de compra que tende a privilegiar mais o preço que o meio ambiente.

Cabe também indagar a razão de os impactos do consumo posicionarem-se nos patamares intermediários quando comparados com outros problemas ambientais. Segundo Harper (1996), o consumo - traduzido como afluência - seria uma das três variáveis (juntamente ao tamanho da população e a tecnologia) capazes de mediar a relação do homem com a natureza: neste contexto, por que tal questão ainda não se destaca frente aos demais problemas ambientais na percepção dos jovens?

Um olhar mais aprofundado sobre a importância do consumo em meio aos problemas ambientais nos leva a outros questionamentos teóricos. Partindo da perspectiva de Harper (1996), não poderia o consumo ser visto como uma das “raízes” dos impactos humanos ao meio ambiente, ao invés de ser tratado como um problema

ambiental em si, como descreve Diamond (2005)? Embora ainda não seja reconhecido pelos indivíduos pesquisados como tal, o consumo nos parece um fator subjacente a crise ambiental, uma variável capaz de gerar muitos outros impactos, tais como a produção de lixo e a poluição do ar, entre outros.

Nesse contexto, nos perguntamos se os indivíduos vêem o consumo como um problema ambiental qualquer ou o enxergam como uma questão de maior relevância, ao qual está associada uma série de decorrências.

Subjacente a todas estas perguntas, pairam dúvidas sobre como é formada a opinião destes jovens, que em alguns anos estarão liderando partidos políticos, empresas e outras instituições. Como se informam sobre o meio ambiente, em que baseiam suas opiniões, por que e por quem são influenciados?

Pode-se dizer que encontramos nesta amostra um grupo de estudantes para quem de fato o meio ambiente não se coloca nos centro das atenções, mas que, quando levados a pensar sobre o assunto reconhecem, de alguma maneira, a importância que os impactos do consumo vêm assumindo em meio a crise ambiental e tendem a apoiar como soluções para tal problema, ações de base tecnológica.

Acreditamos que este estudo pode levar a realização tanto de pesquisas qualitativas que investiguem as atitudes, crenças e valores subjacentes às respostas objetivas dadas, assim como outras pesquisas quantitativas capazes de abordar os mesmos temas aqui investigados junto a outros públicos. Novas pesquisas quantitativas também podem buscar conhecer melhor as percepções sobre a dimensão dos impactos do consumo ou o processo de formação de opinião desta que será em breve a nova geração de adultos.

REFERÊNCIAS

ANGER, D. B. C. **A banalização do meio ambiente: o uso mercadológico da natureza em Publicidade.** In: III Encontro da ANPPAS, 2006, Brasília. GT10: Mídia e Ambiente, 2006.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial.** São Paulo: UNESP, 1995.

BEDANTE, G.N.; SLONGO, L.A. **O comportamento de consumo sustentável e suas relações com a consciência ambiental e a intenção de compra de produtos ecologicamente embalados.** Encontro de Marketing – EMA. In: Anais...Atibaia (SP): ANPAD, 2004.

CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P.; OLIVEIRA, J. A. P. **Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos Pós-Rio-1992.** São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2002.

CASTRO, C. M. **A Prática de Pesquisa.** São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1998.

COHEN, M.; MURPHY, J. (Ed.). **Exploring sustainable consumption: environmental policy and the social sciences.** Oxford: Elsevier Science, 2001.

CUNHA, V. **Racionalidade administrativa na lógica de ação dos dirigentes da empresa estatal: um estudo nas empresas estaduais de Santa Catarina.** Revista de Administração Pública, v.24, n.3, 1990.

DIAMOND, J. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

ESTER, P.; SIMÕES, S.; HENK, V. **Cultural change and environmentalism: a cross-national approach of mass publics and decision makers.** Revista Ambiente e Sociedade, Vol. 7, n. 2, 2004

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo.** São Paulo, Studio Nobel, 1995.

FELDMANN, F. **Consumo sustentável,** 3 vols. Rio de Janeiro: ISER\Ministério do Meio Ambiente\FBMC, 2003.

FURTADO, C. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. 4^a.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **O capitalismo global**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1994.

GIRARDI, T.R. **O consumo na perspectiva da racionalidade**. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GONÇALVES-DIAS, S.L.F.; MOURA, C. **Consumo sustentável: muito além do consumo 'verde'**. In: Encontro científico de Administração - XXXI ENANPAD, 2007, Rio de Janeiro. XXXI ENANPAD: Encontro Científico de Administração. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. v.1. p. 194.

GOODMAN, D; GOODMAN, M. **Sustaining foods: organic consumption and the socio-ecological imaginary**. In: COHEN, M.; MURPHY, J. (Ed.). Exploring sustainable consumption: environmental policy and the social sciences. Oxford: Elsevier Science, 2001.

HARPER, C. L. **Environment and society: human perspectives on environmental issues**. New Jersey: Prentice-Hall, 1996.

HOBSON, K. **Rethinking sustainable-lifestyles concepts and theoretical frameworks**. In: COHEN, M.; MURPHY, J. (Ed.). Exploring sustainable consumption: environmental policy and the social sciences. Oxford: Elsevier Science, 2001.

ISER/MMA. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**. Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População jovem no Brasil: a dimensão demográfica**. Rio de Janeiro, 1996.

INSTITUTO AKATU. **Pesquisa Jovem e Consumo Sustentável: construindo o próprio futuro?**, 2001. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br>>. Acesso em: 10 nov. 2007.

KENNEDY, P. M. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campos, 1993.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1979.

KÖCHE, J.C. **Fundamentos de metodologia científica**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2000.

LEIS, H. R. **Modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARGULIS, S. **A regulamentação ambiental: instrumentos e implementação**. IPEA, Rio de Janeiro, 1996.

MINAYO, M.C.S. **Introdução à metodologia da pesquisa social**. In: MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1993.

MURPHY, J. **From production to consumption: environmental policy in the European Union**. In: COHEN, M.; MURPHY, J. (Ed.). Exploring sustainable consumption: environmental policy and the social sciences. Oxford: Elsevier Science, 2001.

PAAVOLA, J. **Economics, ethics and green consumerism**. In: COHEN, M.; MURPHY, J. (Ed.). Exploring sustainable consumption: environmental policy and the social sciences. Oxford: Elsevier Science, 2001.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Consumo sustentável**. Trad. Admond Ben Meir. São Paulo: Secretaria do MeioAmbiente/IDEC/Consumers International, 1998.

RAMOS, A.G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. São Paulo: FGV, 1981.

Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração. 2^a.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

RICHARDSON, J. **Pesquisa social.** São Paulo, Atlas, 1980.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S.W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** (volumes 1, 2 e 3). São Paulo, EPU, 1987.

STERN, P. **Toward a working definition of consumption for environmental research and policy.** In: STERN, O. et al (Ed.). Environmentally significant consumption. Washington: Committee on the Human Dimensions of global Change\Commission on Behavioral and Social Sciences and Education\National Research Council\National Academy Press, 1997. p.12-25.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500 – 1800).** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TURNER, R.K.; PEARCE, D.; BATEMAN, I. **Environmental economics: an elementary introduction.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VIOLA, E., 1992. **O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável.** In: Ecologia, Ciência e Política (M. Goldenberg, coord.), pp. 49-75, Rio de Janeiro: Revan.

WONG, K. K. **Taiwan's environment, resource sustainability and green consumerism: perceptions of university students.** Sustainable Development; p.222-233, Nov 2001.

ZAVESTOSKI, S. **Environmental concern and anti-consumerism in the self-concept: do they share the same basis?** In: COHEN, M.; MURPHY, J. (Ed.). Exploring sustainable consumption: environmental policy and the social sciences. Oxford: Elsevier Science, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário

Questão 1 – A sociedade tem vários desafios hoje em dia. Ordene os problemas abaixo, colocando número 1 para aquele que você considera mais grave, número 2 para o que você considera o segundo mais grave, e assim por diante.

- _____ Violência
- _____ Desemprego
- _____ Corrupção
- _____ Meio ambiente
- _____ Desigualdade social
- _____ Saúde
- _____ Educação

Questão 2 – Os desafios relacionados ao meio ambiente também são muitos. Ordene os problemas abaixo, colocando número 1 para aquele que você considera mais grave, número 2 para o que você considera o segundo mais grave, e assim por diante.

- _____ **Limitação dos recursos não renováveis**, como a dificuldade de acesso a combustíveis como o petróleo.
- _____ **Perda da biodiversidade**, ou seja, a diminuição do número de espécies de plantas e animais.
- _____ **Erosão do solo**, ou seja, modificações no aspecto do solo, tornando-o menos fértil.
- _____ **Crescimento da população mundial**, o que exerce pressão no uso de recursos naturais, na ocupação do solo e na geração de detritos.
- _____ **Limitação na obtenção de recursos hídricos**, como a maior dificuldade na obtenção de água doce.
- _____ **Impacto do consumo** no meio ambiente a partir da aquisição de uma diversidade de produtos e serviços por parte das pessoas, causando exaustão dos recursos naturais e produção de lixo.
- _____ **Emissão de gases** que danificam a camada de ozônio e geram o efeito estufa.
- _____ **Destruição dos ambientes naturais** onde vivem plantas e animais.
- _____ **Fabricação ou liberação de produtos tóxicos** como, por exemplo, os materiais químicos que saem das pilhas e baterias usadas e que podem poluir a água e o solo.

Questão 3 – Cada pessoa tem uma forma de agir em relação ao meio ambiente. Leia cada frase abaixo e marque o quanto ela é verdadeira ou falsa para você. Seja sincero, o que nos interessa é a forma como você realmente age no dia-a-dia.

1 - Quando eu compro um produto eu penso se ele é prejudicial ao meio ambiente.	() Totalmente falso	() Falso	() Nem falso nem verdadeiro	() Verdadeiro	() Totalmente verdadeiro
2- Quando eu compro um produto eu penso se ele tem um preço bom.	() Totalmente falso	() Falso	() Nem falso nem verdadeiro	() Verdadeiro	() Totalmente verdadeiro
3 – Ter mais do que possuo hoje me faria uma pessoa mais feliz, independentemente das conseqüências disso para a natureza.	() Totalmente falso	() Falso	() Nem falso nem verdadeiro	() Verdadeiro	() Totalmente verdadeiro
4 – Quando eu joga uma lata de refrigerante no lixo eu faço isso porque acho que é a atitude certa e não porque existem muitas ou a reclamação de outras pessoas	() Totalmente falso	() Falso	() Nem falso nem verdadeiro	() Verdadeiro	() Totalmente verdadeiro
5 – Eu acredito que as pessoas devem respeitar a vida dos animais e plantas porque eles são parte da natureza, mesmo que eles não tenham valor financeiro.	() Totalmente falsa	() Falsa	() Nem falsa nem verdadeira	() Verdadeira	() Totalmente verdadeira

Questão 4 – O consumo humano de produtos e serviços é um dos fatores que mais colabora para a crise ambiental atual. Tudo o que compramos é feito a partir de materiais retirados da natureza, que muitas vezes depois de usados são descartados. Ordene a lista abaixo, colocando 1 para quem você acha que tem mais responsabilidade em preservar o meio ambiente controlando o consumo, 2 para o que tem a segunda maior responsabilidade e assim por diante.

- _____ Pessoas comuns
 _____ Governo
 _____ Empresas
 _____ ONG`s

Questão 5 – Existem algumas propostas para diminuir os impactos que o consumo traz ao meio ambiente. Marque com um X as **cinco** melhores propostas para a preservação do meio ambiente, em sua opinião.

- _____ Realização de aulas nas escolas sobre formas de evitar o excesso de consumo.
 _____ Existência de acordos entre empresas que poluem mais e poluem menos, fazendo com que no fim a poluição total não seja tão grande.
 _____ Invenção de máquinas cada vez mais modernas para reciclagem de materiais, tais como plástico e borracha.
 _____ Criação de descontos para compra de produtos feitos com matéria prima que não agrida o meio ambiente.
 _____ Desenvolvimento de tecnologias mais avançadas para processamento do lixo nos aterros sanitários (lixões).
 _____ Participação das pessoas em partidos políticos, pressionando pela existência de leis que regulem o consumo.
 _____ Criação de rótulos/selos para os produtos fabricados de maneira ecológica, de forma que as pessoas possam privilegiar as marcas ambientalmente corretas.
 _____ Desenvolvimento de um maior número de tecnologias para controlar a poluição na fabricação de produtos.
 _____ Realização de campanhas que ensinem as pessoas a consumir de forma consciente.
 _____ Pagamento de mais impostos por parte das pessoas que consomem mais.
 _____ Criação de leis que regulem o nível de consumo das pessoas.
 _____ Invenção de produtos que consumam cada vez menos energia.

IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

1.- Nome: _____

2 – Idade: _____

3 –Cidade em que você reside:

() Florianópolis

() São José

() Palhoça

() Outros

3 – Renda familiar estimada:

(soma dos salários dos membros da família + aposentadorias + renda vinda de aluguéis
+ outra fontes de renda)

() Até R\$ 1.000,00

() De R\$ 1.000,01 a R\$ 3.000,00

() De R\$ 3.000,01 a R\$ 5.000,00

() Mais de R\$ 5.000,00

Obrigada por sua colaboração!

**Suas respostas e, principalmente, a sua identidade e dados pessoais serão mantidas
sob absoluto sigilo!**